



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**DO LATIFUNDIO E DO AGRONEGÓCIO: AS NOVAS
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL NO CAMPO SERGIPANO
E AS FORMAS EM QUE SE REVESTE O DOMÍNIO DO
“SENHOR” AO “ESCRAVO”**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2010

SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA

**DO LATIFUNDIO E DO AGRONEGÓCIO: AS NOVAS
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL NO CAMPO SERGIPANO
E AS FORMAS EM QUE SE REVESTE O DOMÍNIO DO
“SENHOR” AO “ESCRAVO”**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGEU/UFF – para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profª. Drª. **Alexandrina Luz Conceição.**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S556I	<p>Shimada, Shiziele de Oliveira Do latifúndio e do agronegócio : as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo” / Shiziele de Oliveira Shimada. – São Cristóvão, 2010. 212 f. : il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.</p> <p>Orientador: Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz da Conceição.</p> <p>1. Agronegócio – Cana-de-açúcar. 2. Relações trabalhistas. 3. Territorialidade – Aspectos econômicos. 4. Agricultura e Estado - Sergipe. I. Título.</p>
	CDU 911.3:33(813.7)

**DO LATIFUNDIO E DO AGRONEGÓCIO: AS NOVAS
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL NO CAMPO SERGIPANO E A
FORMAS EM QUE SE REVESTE O DOMÍNIO DO “SENHOR” AO
“ESCRAVO”**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição (NPGEO/UFS)

1º Examinador: Prof. Dr. Jones Dari Goettert (UFGD)

2º Examinador: Prof^a. Dra. María Franco Garcia (DGE/UFPb)

Mestranda: Shiziele de Oliveira Shimada

São Cristóvão/SE, 10 de agosto de 2010.

DEDICATÓRIA

*A todos os trabalhadores do corte da cana que na labuta
diária tentam sobreviver às intempéries do capital
excludente.*

AGRADECIMENTOS

Chegar nesse momento de finalização da pesquisa torna importantíssimo agradecer às pessoas que contribuíram de alguma maneira para a construção dessa caminhada.

À **Alexandrina**, orientadora e grande amiga, pessoa que confiou em meu potencial e esteve presente na orientação/construção da pesquisa, estimulando assim o processo de crescimento intelectual. Amizade sincera estabelecida em todos esses anos de orientação.

Ao **Junior**, noivo/companheiro e amigo, por estar ao meu lado participando das angústias e alegrias desses anos e incentivando para a realização desta etapa. Pessoa especial, que compreendeu as minhas ausências quando tive de abdicar de alguns (grandes) momentos para dedicação desta pesquisa. Além de participar das idas ao campo, mesmo sem ser geógrafo, aprendeu geografia e a realidade existente. Amo você...

Aos meus pais, **Nádna** e **Seiji** (*in memorian*), que com muito sacrifício estabeleceram o estudo como meta para as suas filhas. Agora colhem mais uma vitória de sua filha que retribui toda a aprendizagem recebida por estes grandes mestres da vida. Amo vocês...

As minhas irmãs, **Shênia** e **Simone**, e respectivos cunhados, **Igo** e **Alan**, com quem partilho momentos de alegrias, sempre prestativos me auxiliaram na realização dessa pesquisa. Além da **Lorena**, que não teve a tia/madrinha 100% presente.

Aos meus familiares, em especial ao **tio Gamaliel**, morando no município de Japaratuba disponibilizou-se no compromisso de ajudar na aplicação dos questionários.

Aos amigos, **Márcia**, **Katinei** e **Daniel**, que torceram para minha vitória e fazem parte dessa história.

À **Fabrícia**, minha “conterrânea”, colega de disciplinas que tornou uma grande amiga.
Valeu seus conselhos.

Aos colegas de disciplinas do NPGEOL e aos funcionários do Núcleo.

À **FAPITEC-SE**, pelo auxílio financeiro recebido.

À Prof^a. Dra. **Josefa Lisboa** por disponibilizar a sua disciplina para execução do estágio obrigatório.

Ao Prof. Dr. **Marcelo Mendonça** por ter lido a minha Qualificação fazendo apontamentos essenciais para o desenvolvimento desse trabalho, mas que por motivos outros não pode participar da defesa.

Ao **LEA – Laboratório de Estudos Agrários** e ao **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamento Territorial** (CNPq) e todos os participantes pelos ensinamentos recebidos.

Aos representantes dos órgãos visitados.

Aos **trabalhadores do corte da cana** que disponibilizaram seu tempo para responder ao questionário.

A todos, muito obrigada...

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: O circulo virtuoso do etanol	83
FIGURA 02: Consumo Nacional de Etanol e Gasolina	85
FIGURA 03: Bioma Amazônia, Bioma Pantanal e Bacia do Alto Paraguai no Território Brasileiro	100
FIGURA 04: Área de influência da Usina de cana-de-açúcar, Brasil, 2009	106
FIGURA 05: Sergipe: Microregiões	118
FIGURA 06: Sergipe: Território Sergipanos	120
FIGURA 07: Sergipe – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar	126
FIGURA 08: Presença do cultivo da cana-de-açúcar ao longo da BR-101, próximo ao município de Laranjeiras	127
FIGURA 09: Presença do cultivo da cana-de-açúcar ao longo das rodovias estaduais, próximo ao município de Neópolis	128
FIGURA 10: Posto de Gasolina no município de Santo Amaro das Brotas	131
FIGURA 11: Posto de Gasolina no município de Japaratuba	132
FIGURA 12: Trabalhadores da Usina Campo Lindo no corte da cana, estrada de acesso ao povoado Sibalde, município de Japaratuba	139
FIGURA 13: Trabalhadores colocando vestimenta de trabalho necessária para o corte da cana.....	139
FIGURA 14: Trabalhadores em dupla realizando o corte da cana que coloca enfileirada em feixes que depois serão medidos com a vara contabilizando o quantitativo de tonelada de cana cortada	156
FIGURA 15: O feixe da cana cortada	156

FIGURA 16: À Direita da foto representantes da Usina: a pessoa que está na motocicleta é o fiscal, os outros dois (que está de costa, e o outro encostado ao ônibus) são chefe/cabo de turma	159
FIGURA 17: Carteira de Trabalho mostrando a remuneração por produção e o preço pago por determinada Usina em Sergipe	161
FIGURA 18: Alojamento	165
FIGURA 19: Alojamento	166
FIGURA 20: Alojamento	167
FIGURA 21: Trabalhadores chegando ao povoado de Japaratuba para mais um dia de trabalho	176
FIGURA 22: Ônibus da Usina que faz o transporte dos trabalhadores do corte da cana	176

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Sergipe: Produção de Cana-de-açúcar – 2006	121
GRÁFICO 02: Cortadores de cana e família	135
GRÁFICO 03: Renda dos cortadores de cana	135
GRÁFICO 04: Atividade exercida anterior ao corte da cana	136
GRÁFICO 05: Cortador de cana e a plantação de subsistência	138
GRÁFICO 06: Carteira assinada do cortador da cana	147
GRÁFICO 07: Naturalidade dos entrevistados	162
GRÁFICO 08: Cana cortada pelo cortador	171
GRÁFICO 09: Faixa etária dos cortadores de cana	173
GRÁFICO 10: Escolaridade dos entrevistados	178

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Organograma de um engenho	32
QUADRO 02: Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro	87
QUADRO 03: Sergipe: Relação das Usinas – 2008	130
QUADRO 04: Municípios participantes do programa <i>Mão Amiga</i> trabalhadores da cana	152
QUADRO 05: Brasil: Antiga escravidão e Nova escravidão	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Sergipe: Produção Temporária Cana-de-Açúcar (2006-2007)	21
TABELA 02: Crescimento do Número de Engenhos no Território Sergipano em relação aos principais produtores da região Nordeste - Sergipe/Nordeste (1630-1890)	50
TABELA 03: Evolução do Número de Engenhos em Sergipe (1612/1862)	52
TABELA 04: Sergipe: Número de Engenhos no Estado Sergipano (1808-1881)	56
TABELA 05: Produção Mundial de Etanol 2008	84
TABELA 06: Regiões brasileiras safras (toneladas)	103
TABELA 07: Cana-de-Açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro - Safras 2008 e 2009	109
TABELA 08: Variações médias em diferentes períodos nos indicadores macroeconômicos e nos preços da terra (1965-2003)	111
TABELA 09: Sergipe: Área Total de Cultivo Temporário e Permanente (1990-2004)	123
TABELA 10: Sergipe: Área Colhida de Cana-de-Açúcar (1990-2004)	124
TABELA 11: Sergipe: Produção da Cana-de-Açúcar (1990-2006)	125

LISTA DE SIGLAS

- AET – Análise Ergonômica do Trabalho
ASPLAN-SE – Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI's – Complexos Agroindustriais
CAT – Comunidade por Acidente de Trabalho
CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CMA – Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis
CENAI – Comissão Nacional do Álcool
CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAN – Consultoria Econômica de Planejamento
CMA – Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNAL – Conselho Nacional do Álcool
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPDA – Comissão de Defesa da Produção Açucareira
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FMI – Fundo Monetário Internacional
FURAGRO – Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISI – Industrialização por Substituição das Importações
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTBE – Éter Metil Terbutílico (sigla em inglês)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PNA – Programa Nacional do Álcool
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PSDI – Programa de Desenvolvimento Industrial
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
SAG – Sistema Agroindustrial
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STI – Secretaria de Tecnologia Industrial
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
ZAE – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar

RESUMO

A financerização da economia foi viabilizada pelo desmonte do sistema fordista de produção e da desregulamentação do Estado. Desregulamentação que ocasionou a falência do *Estado do Bem Estar Social* e a flexibilização da produção e do mercado. A internacionalização do capital ampliou a participação via mercantilização de terras, através do modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio, com o predomínio da monocultura em larga escala. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo analisar o agronegócio da cana-de-açúcar a partir da realidade do espaço agrário sergipano, propondo compreender, do período colonial do latifúndio ao do agronegócio, o que permanece e o que se altera com a nova reestruturação produtiva; não só no que se refere ao sistema de produção, como também a implementação tecnológica, a estrutura fundiária e principalmente as relações de trabalho estabelecidas entre os usineiros e os cortadores de cana. Esta pesquisa está fundamentada no método histórico-dialético, remetendo ao ir-e-vir da escala local/nacional/internacional. Para melhor entender a lógica desigual e combinada do capital, é fundamental a análise do Estado presente em todo o processo histórico da economia canavieira, seja em articulação com a Metrópole Portuguesa na época colonial, seja na atualidade através dos incentivos fiscais oferecidos aos pequenos produtores e, principalmente, aos grandes latifundiários para estabelecer o poder nas grandes empresas sucroalcooleira. Compreende-se assim, que as novas configurações territoriais geradas pela produção canavieira levam a um pensar reflexivo e contraditório estabelecido pela relação capital-trabalho, colocando em evidência as formas de travestimento do trabalho “escravo” precarizado estabelecido pela exploração e expropriação dos cortadores de cana que nas amarras do capital ficam subservientes ao poderio dos grandes latifundiários e do Estado. Desse modo, tem-se o espaço agrário sergipano como local de reprodução do capital estabelecido pelo fortalecimento do agronegócio em que as novas territorialidades geradas pelo latifúndio e do agronegócio da cana-de-açúcar continuam a se estabelecer no domínio do Senhor ao Escravo.

Palavras-chave: Agronegócio; Trabalho precarizado; Território; Estado.

RESUMEN

La financeirización de la economía fue viabilizada por la desarticulación del sistema fordista de producción y de la desregulamentación del estado. Desregulamentación que ocasionó la falencia del estado de bienestar social y la flexibilización de la producción y del mercado. La internacionalización del capital amplió la participación por vía de mercantilización de tierras, a través del modelo de desarrollo económico de agronegocio, con el predominio de la monocultura en gran escala. Nuestro intento con esta disertación tiene como objetivo analizar el agronegocio de la caña de azúcar a partir de la realidad del espacio agrario sergipano, proponiendo comprender, del período colonial y de los latifundios hasta el agronegocio, lo que permanece y lo que cambió con la nueva reestructuración productiva; no sólo en lo que se refiere al sistema de producción, como también la implementación tecnológica, la problemática de la estructura latifundista y principalmente las relaciones de trabajo establecidas entre los dueños de usinas que procesan la caña de azúcar y los cortadores de caña. Esta pesquisa está fundamentada en el método histórico-dialéctico, recordando el ir-y-venir de la escala local/nacional/internacional. Para entender mejor la lógica desigual y combinada del capital, es fundamental el análisis del estado presente en todo el proceso histórico de la economía cañera, sea en articulación con la metrópoli portuguesa en la época colonial, sea en actualidad a través de incentivos fiscales ofrecidos a los pequeños productores rurales y principalmente a los grandes latifundistas para establecer el poder de las grandes industrias alcoholeras/azucareras. Comprendemos así, que las nuevas configuraciones territoriales generadas por la producción cañera llevan a un pensar reflexivo y contradictorio establecido por la relación trabajo-capital, colocando en evidencia las formas de travestimiento del trabajo “esclavo” precarizado establecido por la explotación y expropiación de los cortadores de caña que en las amarras del capital quedan subservientes al poderío de los grandes productores latifundistas y del estado. De esa manera, hay el espacio agrario sergipano como sitio de reproducción del capital establecido por el fortalecimiento del agronegocio en que las nuevas territorialidades generadas por los latifundistas y del agronegocio de la caña de azúcar continúan a establecer en el dominio del Señor el Esclavo.

PALABRAS-CLAVE: Agronegocio; Trabajo precarizado; Territorio; Estado.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xii
RESUMO	xiv
RESUMEN	xv
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: A ECONOMIA AÇUCAREIRA NA ESFERA DA CIRCULAÇÃO	27
<i>1.1 A Inserção da Economia da Colônia ao Sistema Capitalista Mercantil</i>	28
<i>1.2 . A Substituição das Usinas aos Engenhos Centrais: a nova configuração da economia açucareira</i>	40
<i>1.3 Sergipe: a produção da cana-de-açúcar e os primórdios da sua formação espacial.</i>	47
CAPÍTULO II: A PRODUÇÃO DA CANA E A SUBSERVIÊNCIA DO ESTADO ÀS AMARRAS DO CAPITAL	63
<i>2.1 A Intervenção do Estado na Política Econômica Açucareira</i>	64
<i>2.2 As Novas Configurações Espaciais da Economia Açucareira e sua Inserção no Modelo de Modernização do Campo</i>	73

CAPÍTULO III: AS NOVAS TERRITORIALIDADES DA CANA-DE-AÇÚCAR NO CAMPO BRASILEIRO	89
3.1 Agronegócio: território da cana em questão	90
3.2 A conjuntura do agronegócio e o monopólio da terra para os donos do capital	110
3.3 A Territorialização da Cana em Sergipe: como fica o espaço agrário?	117
CAPÍTULO IV: AS NOVAS FORMAS DE TRAVESTIMENTO DO TRABALHO “ESCRAVO” – PRECARIZADO	141
4.1 Na Dialética da Exploração e Expropriação do Trabalho	142
4.1.1 O Poderio dos Latifundiários e do Estado	149
4.2 A Carteira de Trabalho: o Fetiche para a Superexploração do Capital	153
4.3 A Mobilidade do Trabalho: forma indireta para a garantia do trabalho precarizado – “escravo”	160
4.4 A Lógica do Agronegócio da Cana e a Precarização do Trabalho	175
4.4.1 Os Acidentes de Trabalho/ Péssimas Condições de Trabalho	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
APÊNDICES	205
APÊNDICE 1	206
APÊNDICE 2	210

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável de lucros, se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contradicoriatamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepuja a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Com o objetivo de ampliar o lucro, o capital se alia ao Estado que viabiliza as condições de sua realização. A condição é a liberação de capitais para a esfera financeira o que representa uma diminuição de investimentos no setor produtivo industrial e traz em seu bojo a desregulamentação do trabalho, do comércio e do mercado.

A financerização da economia através da mundialização do capital e do trabalho, em função da competitividade de mercado, na sua lógica produtiva foi viabilizada pelo desmonte do sistema fordista de produção e da regulação do Estado. Tal política econômica está assentada em privatizações, com a transferência dos serviços públicos para empresas privadas. Desregulamentação que ocasionou a falência do *Estado do Bem Estar Social* e a flexibilização da produção e do mercado, e consequentemente, o desemprego.

Com baixo investimento na esfera produtiva ocorre uma acentuada queda de consumo que é a condição da retro-alimentação do capital. Para Antunes (1999) a financeirização da economia significa fuga de capitais da esfera produtiva, atrofiada pela crise, mas também a condição do capital se expandir de forma mais dinâmica. Ainda que potencialmente represente um acúmulo de

contradições autodestrutivas. Entretanto o sistema do capital cria e recria formas de reestruturação produtiva, tendo em vista garantir a extração do mais-trabalho.

No contexto da interseção mundial, os últimos governos brasileiros têm assumido o modelo de financerização da economia atendendo aos interesses do Banco Mundial e seus subsequentes órgãos de intermediações. As políticas públicas viabilizadas pelo Estado cumprem o padrão de financerização aprofundando as desigualdades, embora contradicoratoriamente viabilize, mesmo que de forma mínima, as condições de vida da população.

No campo tem sido destaque a política de ordenamentos territoriais sob a égide do modelo de desenvolvimento local. De um lado prioriza-se a pequena produção, de outro são incentivadas políticas de estímulo aos grandes proprietários, através da exportação de *commodities*. Embora, a grande maioria das políticas públicas esteja voltada para a pequena produção da agricultura familiar, nos últimos anos o agronegócio vem se constituindo a principal polêmica no Brasil. De forma geral o que se pode observar é que, “na grande maioria dos municípios do interior do Brasil, a estrutura produtiva ainda está bastante assentada na agropecuária e a aristocracia rural normalmente exerce o domínio político” (HESPAÑHOL, 2007, p.281), tal estrutura favorece a implementação do agronegócio, consolidada principalmente com a conhecida economia de produção de grão, tendo a soja como principal produto.

A internacionalização do capital ampliou a sua participação pela mercantilização de terras, através do modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio, com o predomínio da monocultura em larga escala. Havendo o incentivo a produção da cana-de-açúcar que vem assumindo um novo perfil no quadro de interesse de investimento no Brasil, ressurgindo a economia primária do mais antigo produto agrícola da economia do Brasil Colônia, e nesse ínterim a produção canavieira deu lugar ao aparecimento de novos produtores oligopolistas que se expandiram no território brasileiro, como um grande complexo agroindustrial exportador, a partir do impulso dado à produção de álcool em escala mundial.

Nesse contexto é fundamental refletir sobre a expansão do plantio e da produção da cana-de-açúcar que ressurge como produto crescente do agronegócio em todo o território brasileiro. O complexo agroindustrial exportador da cana gera a concentração de terras nas mãos dos grandes empresários, concomitante ocorre a exploração da força de trabalho dos cortadores de cana,

mesmo tendo carteira assinada, pelo intensivo aumento das horas de trabalho. A regulamentação trabalhista é constantemente desrespeitada, além do uso intensivo de agrotóxicos que provocam impactos sócio-ambientais.

O agronegócio tem sido associado à tecnologia, se caracteriza como produção em fazendas modelos especializada, em um único cultivo (monocultura), em grandes faixas de terras para a exportação. Conforme Conceição, o agronegócio representa uma:

[...] nova perspectiva para a solução do país, diante de uma área rural considerada “atrasada”, “tradicional”. Os meios de comunicações saúdam o Agronegócio como a resposta modernizante responsável pelas divisas internacionais, participação significativa do PIB, garantindo o crescimento da economia, da produção de alimentos, o fim da pobreza no campo (2006, p. 1).

A modernização do campo através do agronegócio da cana-de-açúcar estabelece uma temática atual para o entendimento da lógica do capital no espaço agrário de Sergipe. Para melhor entender tal dinâmica foi necessário fazer um recuo no tempo histórico e verificar como a cana-de-açúcar constituiu produto econômico principal no período Colonial para o processo de ocupação do espaço nordestino, fortalecendo a economia nas diferentes escalas local/regional/nacional, através de momentos de oscilações: expansão e recuo do plantio e da produção nas diferentes fases de reestruturação produtiva para a reprodução do capital, que foi do Banguê ao Engenho e deste para a Usina, cada vez mais fortalecida no domínio do setor sucroalcooleiro.

Para compreender esse contexto foi fundamental a análise da ação do Estado sempre presente em todo o processo histórico da economia canavieira, seja em articulação com a Metrópole Portuguesa na época colonial, seja na atualidade através de Políticas Públicas, via incentivos aos pequenos agricultores para o fortalecimento do agronegócio com o objetivo da exportação crescente, além do fortalecimento aos grandes latifundiários para o domínio das grandes empresas no setor sucroalcooleiro, ampliando a desigualdade estabelecida pela lógica do capital.

Sendo importante ressaltar que a análise local da expansão do agronegócio no estado de Sergipe está inscrita na esfera nacional/mundial. O novo modelo neoliberal de desenvolvimento se institucionaliza na aliança entre o Estado, as Grandes Empresas multinacionais: químicas, de

automobilismo, de petróleo e da agroindústria, via capital especulativo, através de subsídios diretos e indiretos dos governos, nacionais e locais, com o objetivo de grandes lucros na promoção de agrocombustíveis produzidos em grande escala. Sob o modelo do agronegócio as transnacionais ampliam seu controle de mercado no território brasileiro, em prejuízo da produção camponesa, controlando mais de 60% dos territórios produtivos.

Com esta preocupação é que foi direcionado o interesse de analisar as novas configurações do espaço agrário nos municípios sergipanos que apresentam destaque de produção de cana-de-açúcar. Segundo dados da CEPLAN (2006), em 2006, o Estado de Sergipe superou a média nacional em termos de crescimento do PIB, com uma variação superior à observada no PIB nacional. Esta situação se deve ao aumento principalmente do setor agropecuário, setor primário, com um avanço de 4,8% em relação ao mesmo período de 2005. Os cultivos da cana-de-açúcar, mandioca e milho foram os que mais cresceram em termos de produção física. Em relação a 2005, a cana-de-açúcar cresceu 10%.

A partir de então o crescimento na produção sucroalcooleira acontece no espaço agrário sergipano devido à política de estímulo ao agrocombustível estabelecida pelo governo nacional, como mostra os dados da Tabela 01.

TABELA 01
Sergipe: Produção Temporária Cana-de-Açúcar
2006-2007

ANOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)
2006	31.356	1.924.975
2007	36.966	2.285. 707

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe (2008)¹.

¹ Dados obtidos em documentos recebidos através de trabalho de pesquisa em visita ao órgão citado em outubro de 2008.

O novo *boom* dado à cana-de-açúcar na lógica do agronegócio nas diferentes escalas comprometeu ao local, a partir dessa nova “roupagem” da modernização capitalista, uma nova configuração espacial. A economia açucareira ainda permanece atividade dominante no estado de Sergipe e a cana-de-açúcar se insere na lógica do agronegócio pelo crescimento da produção do açúcar e do álcool etílico que fortalecem o agrocombustível. Atualmente tem sido contínuo o crescimento da economia canavieira configurando uma realidade que instigou esta pesquisa, propondo compreender do período do latifúndio e do agronegócio o que permanece e o que se altera com a nova reestruturação produtiva, não só no que se refere ao sistema de produção, como também, a implementação tecnológica, a estrutura fundiária e, principalmente, as relações de trabalho estabelecidas entre os usineiros e os cortadores de cana.

A proposta metodológica da pesquisa de dissertação se estabeleceu na perspectiva dialética que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica. De acordo com Spósito (2004) o método abrange os componentes – leis, conceitos, teorias – e as influências ideológicas alicerçadas ao método estabelecido numa formação sistemática analítica de abordar a realidade social. Para o método dialético é de fundamental importância a relação espaço-tempo implícita na história, estabelecida a contradição como forma de compreender a relação sujeito e objeto. A realidade na sua totalidade (sujeito/objeto) é contraditória. A contradição é inerente ao próprio movimento do real. O método escolhido é a expressão de nossa concepção do mundo. Método, portanto, é uma escolha que diz respeito ao nosso ritmo e a nossa compreensão/ética (SUERTEGARAY, 2002).

Nesse contexto esta dissertação teve como abordagem a análise das novas configurações territoriais geradas pela produção canavieira no espaço agrário sergipano, a partir do estudo teórico-empírico da produção do espaço agrário nas diferentes leituras escalares: local, regional, nacional e mundial, em um pensar reflexivo e contraditório. Compreendendo a relação capital-trabalho que se estabelece na lógica do capital. A compreensão da leitura para o desenvolvimento de uma dissertação se apoiou em teóricos da geografia, da história, da economia política, da sociologia e da literatura. Para o entendimento do processo histórico tiveram como principais fontes as obras de Manuel Correia de Andrade (1987, 1988, 1991, 2005, 2009), José de Souza

Martins (1985, 1990, 1990a, 1991, 1994), Francisco de Oliveira (1981), Ruy Moreira (1990), Caio Prado Junior (1969); da produção da cana destacam-se Maria da Glória Santana de Almeida (1984, 1987, 1973, 1975, 1993) e Vera Lúcia Amaral Ferlini (1988, 1998). Além da análise literária das obras de José Lins do Rêgo (1980, 1980a) e Gilberto Freire (1969, 1989).

As leituras realizadas em Karl Marx (2004, 2006), Friedrich Engels (2009), István Meszáros (2002), Alexandrina Luz Conceição (1991, 2001), Antônio Thomaz Junior (2002, 2007) foram imprescindíveis para o entendimento da lógica do capital na sua relação com o trabalho.

A importância do aprofundamento epistemológico das categorias espaço e território foram necessárias para a análise da articulação com a realidade estudada numa postura marcadamente crítica. Entendendo que o território faz parte do espaço, sendo o resultado das relações de poder estabelecidas pelo domínio da classe social que se fortalece na lógica do capital. Spósito (2004, p.66-67) mostra que exercer o pensamento crítico é contextualizar ideias numa característica de totalidade, compreendendo definir os recortes desse objeto que se quer estabelecer, para melhor apreensão racional dessa realidade.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de três procedimentos metodológicos: observação, descrição e análise dos resultados; pesquisa documental, em arquivos e bibliotecas; levantamento empírico.

A observação é procedimento importante com a pretensão de chegar à leitura reflexiva da realidade pesquisada. Sendo importante citar nesse momento a delimitação da área da pesquisa devido o espaço-tempo não permitir uma maior abrangência da pesquisa de campo e posteriormente aplicação de questionário. Assim, a área definida foi estabelecida num primeiro momento pelos municípios de maior produção de cana-de-açúcar em Sergipe, que são: Laranjeiras (berço da produção canavieira no Estado), Capela, Japaratuba e Pacatuba. No entanto, *in loco* identificou-se que a mobilidade dos cortadores de cana é uma constante nos municípios sergipanos, por ser uma atividade realizada por produção as usinas levam estes cortadores onde for necessário cortar a cana. Desse modo, os questionários realizados mostram a presença de cortadores de cana de outros municípios do estado sendo que, na condição de sobrevivência as intempéries do capital os trabalhadores, como força de trabalho, saem em busca do corte da cana

por ser este fetichizado pela ideia do trabalho de carteira assinada, na prática encontra-se a presença do trabalho precarizado.

A seleção do material de estudo em torno do assunto em questão foi de essencial importância para compreender a lógica do capital estabelecida no agronegócio da cana-de-açúcar, através de levantamentos bibliográficos e documentais pesquisados em: livros, jornais, teses, dissertações, monografias, periódicos, artigos, etc; objetivando uma revisão literária acerca da questão canavieira no âmbito do local/regional/nacional em uma análise geo-histórica, tendo a especificidade na realidade do espaço agrário sergipano, compreendendo a (des)configuração espacial nas novas territorialidades estabelecidas pela lógica do capital.

A pesquisa em arquivos possibilitou a consulta direta a documentos como as notícias de jornais impressos de grande circulação no Estado de Sergipe sobre o assunto abordado, de notícias em sites sobre a temática, de leituras de publicações de eventos científicos e revistas sobre o processo histórico-geográfico da economia canavieira em Sergipe. Foram realizadas visitas aos órgãos públicos como: Bibliotecas do NPGEOP – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – e BICEN – Biblioteca Central – da Universidade Federal de Sergipe; ASPLAN-SE, EMDAGRO, Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe, FETASE, DEAGRO, além de levantamentos no IBGE, EMBRAPA, CONAB.

É importante observar em toda a trajetória da pesquisa a unidade dialética, sendo esta a unidade das contradições da quantidade/qualidade, teoria/prática. Assim a análise foi baseada em informações quantitativas e qualitativas, ou seja, os dados coletados foram tabulados e analisados criticamente permitindo que fossem transformados em informações qualitativas. Como cita Minayo (2002, p.22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem; ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

As visitas ao campo foram desenvolvidas através de aplicações de 80 questionários e entrevistas abertas aos trabalhadores do corte da cana, além das realizadas junto aos representantes da EMDAGRO de Capela-SE, ASPLAN-SE e da FETASE.

Foi de fundamental importância esta parte da pesquisa para a construção da dissertação que foi a mais conflituosa e de difícil integração principalmente na aplicação dos questionários com os cortadores de cana, pois esses trabalham em um serviço que requer muita força física só tendo por semana uma única folga, no sábado ou domingo, para o lazer/descanso. Para encontrá-los em quantidade era necessário ir bem cedo pela manhã, enquanto os trabalhadores estavam esperando o ônibus da Usina; ou no próprio canavial, no momento que paravam para fazer a refeição (único descanso que não passava de uma hora).

Nas respostas das entrevistas percebeu-se o medo de expressarem a realidade devido à presença do cabo de turma ou mesmo da denúncia de algum outro cortador. Assim muitas vezes respondiam de forma vaga coisas tão óbvias, que um relance do olhar nos permitia constatar a condição de precarização do trabalho. Ao instigar a conversa sobre o domínio e subserviência existente entre a administração da Usina e os cortadores de cana, patrões e empregados, muitas vezes os cortadores percebiam a contradição existente, mas devido ao medo de represálias, somente alguns comentaram a situação e tentaram responder o que pensavam.

Todo o aparato metodológico teve como resultante a estruturação desta dissertação que está dividida em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo analisa a economia açucareira na esfera da circulação numa estrutura estabelecida desde a inserção no período colonial ao sistema capitalista mercantil, entre a burguesia comercial, os senhores de engenho e o Estado Mercantilista português. Além da substituição das usinas aos engenhos centrais e a nova configuração da economia açucareira a partir desse período, evidenciando em toda a historicidade a relação social desigual através da dominação e subserviência numa contínua estrutura de dominação agrária. A análise se constitui do nacional ao local, sendo em Sergipe abordada a produção da cana e os primórdios da formação espacial e sua interação ao longo dos anos com a produção brasileira.

O segundo capítulo tem como análise a intervenção do Estado na política econômica açucareira embasada na configuração estabelecida no século XX com a monopolização do capital financeiro para o processo de reprodução do capital. Destacando algumas contribuições com a intervenção do Estado na economia açucareira, como o IAA e o PROÁLCOOL, além do período da política global de créditos constituída com o fortalecimento do agrocombustível.

Esta análise tem continuidade no terceiro capítulo, que procura expor as novas territorialidades da produção da cana fortalecidas pelo agronegócio no campo brasileiro, mostrando a atual lógica do capital que é da lucratividade em grande escala, ao mesmo tempo em que gera a exploração do trabalho numa precarização e a desigualdade das relações sociais no espaço agrário, tendo o Estado como participante do processo. Também foi desenvolvida a abordagem sobre o agronegócio, pelo monopólio da terra estabelecido pelos donos do capital; na dinâmica do nacional para o local consta a análise da territorialização do capital via monopólio da produção da cana no estado de Sergipe, o que revela como fica o espaço agrário nas intempéries do capital que tem o grupo dominante fortalecido mediante apoio financeiro do Governo, através de programas governamentais que estão a favor do grupo dominante. Assim, o trabalhador na lógica desigual do capital subordina sua força de trabalho de forma precarizada.

O quarto capítulo busca colocar em evidência as formas de travestimento do trabalho “escravo” – precarizado, estabelecendo em uma análise dialética a exploração e expropriação do trabalho que tem na lógica do capital o poderio, sempre presente, dos latifundiários e do Estado; assim, com o crescimento sucroalcooleiro, as contradições marcadas como o fetiche da carteira de trabalho, a mobilidade do trabalho que gera a superexploração do capital. A lógica do agronegócio estabelecida pelos agentes produtores, principalmente o Estado, fortalece o avanço tecnológico em detrimento a relação capital-trabalho, instaurando a precarização do trabalho, através de acidentes e péssimas condições de trabalho vividas pelos cortadores não só no âmbito local como nacional.

A leitura que segue nas próximas páginas fortalece o entendimento da lógica desigual e combinada do capital compreendendo o espaço agrário sergipano como local de (re)produção do modelo estabelecido pelo fortalecimento do agronegócio em que as novas territorialidades geradas pelo latifúndio e o agronegócio da cana-de-açúcar continuam a estabelecer-se no domínio do Senhor ao Escravo.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA AÇUCAREIRA NA ESFERA DA CIRCULAÇÃO

“A cronologia, que reparte e mede a aventura da vida e da História em unidades seriadas, é insatisfatória para penetrar e compreender as esferas simultâneas da existência social”
(BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos).

CAPÍTULO I

A Economia Açucareira na Esfera da Circulação

A economia colonial brasileira estava integrada ao capitalismo mundial pelo processo de acumulação comercial em uma estrutura de produção para o mercado europeu. Submetida ao monopólio e à tributação real da metrópole portuguesa, a produção da cana-de-açúcar era centrada na grande propriedade monocultora, no latifúndio e no sistema escravista. O controle dessa estrutura se estabelecia na esfera da circulação em um acordo tácito entre a burguesia comercial, os senhores de engenhos e o Estado Mercantilista português.

1.1 A Inserção da Economia da Colônia ao Sistema Capitalista Mercantil

Na constituição da sociedade e sua produção social há como necessidade estabelecer o modo de produção determinado pelas forças produtivas materiais. Para Marx, tem-se assim o processo fundamentado no movimento da sociedade, através do modo de produção que se relaciona à História². Com isso, o modo de produção está relacionado ao modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção estabelecido pelas relações sociais.

² Concepção retirada do Dicionário do pensamento Marxista, editado por Tom Bottomore (2001).

Para compreender a dinâmica instituída pela cana-de-açúcar ao longo do processo histórico inserido às relações sociais, deve-se entender a lógica de dominação do Brasil pelos portugueses e a instituição da economia colonial dadas aos produtos retirados das terras brasileiras.

Um primeiro ponto a ser discutido é com relação aos próprios conceitos estabelecidos por vários historiadores sobre o processo de “conquista” do território brasileiro pelos portugueses numa noção de formação econômica e social, levando a crítica estabelecida por Martins (1990), o qual institui que a ideia formação torna um sentido “desfigurado” quando se tem a realidade como exemplo a brasileira. Assim, o autor deixa claro que “formação” deve ser entendida numa concepção de totalidade desenvolvida por Marx e Lênin que a empregavam em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo.

Na condição de domínio do território brasileiro, a ocupação de terra foi fator de poder social, devido a terra ser a condição fundamental para a reprodução da agricultura, sendo utilizada como garantia no processo de produção, através da apropriação privada. No Brasil, a ocupação das terras leva ao entendimento da propriedade fundiária com a doação das grandes extensões de terras a particulares – denominadas sesmarias. O sistema de posse e uso da terra no Brasil-Colônia era feito na perspectiva de possibilitar o desenvolvimento das grandes produções para o mercado da metrópole portuguesa, pois “os portugueses foram os primeiros colonizadores a empregar o capital, em larga escala, na instalação e na exploração da empresa agrícola” (ANDRADE, 1991, p.6), sendo presente desde então a lógica da concentração fundiária.

A agricultura estabelecida pela grande propriedade monocultora realizada por escravos estabelecia a organização econômica da colônia com intuito da exploração agrária. A economia desse período se estabelecia de um lado pela organização da produção e do trabalho e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro tinha o fornecimento do comércio internacional através da produção para o exterior (PRADO JUNIOR, 1969).

De acordo com José Graziano da Silva (2007) surgiram assim os latifúndios escravistas numa idéia de exportar em grande quantidade, unida à existência rentável do mercado de tráfico de escravo. Formando as duas classes sociais básicas da Colônia, os senhores e os escravos, que

se reapresentam nos últimos anos com configurações próximas da mesma lógica de exploração no agronegócio, afirmindo o domínio agrário.

A produção canavieira não é indiferente a essa lógica, estando bastante relacionada com os interesses dos proprietários das melhores terras que lucravam enormemente com os cultivos de exportação consolidando a formação do latifúndio, isto é, a grande propriedade rural, através da estrutura fundiária concentrada desde o período colonial.

Para Ferlini (1994), o Nordeste se constituiu como a “civilização do açúcar” no período Colonial com a posse de terras e de escravos estabelecidas pelos senhores do açúcar como formas de poder da sua aristocracia rural, além de firmar o escravismo como elemento de domínio do capitalismo.

Analizando os estudos de Ferlini (1988), observa-se que a autora delineia sua análise sobre a dinâmica da economia açucareira entre os séculos XVI e XVIII deixando explícito que o Nordeste Colonial se revela das complexas relações de favores estabelecidos entre os senhores de escravos e a Coroa, enquanto a relação entre os senhores de engenhos e os escravos era de dominação e dependência.

As *plantations* canavieiras tinham o “senhorio plantacionista” como o concentrador de poder na Colônia, através primeiramente da propriedade de escravos que proporcionava a condição para ter a propriedade da terra. Este poder de concentração delineia a formação da produção canavieira, através da *plantation*, raiz do poder hegemônico do senhor plantacionista sobre a Colônia, numa centralização de forças que se sobrepõem mesmo aos senhores dos outros anéis³, que, para os parâmetros da Coroa respondem por atividades econômicas secundárias (MOREIRA, 1990).

Ao analisar a estrutura da economia açucareira, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1979) deixa explícito seu caráter capitalista, afirmado que o controle da produção de açúcar era exercido pelo senhor de engenho que dominava os outros agentes sociais (lavradores proprietários e não proprietários e o restante da população livre). Sendo importante salientar que

³ O autor analisa o espaço agrário colonial-escravista brasileiro a partir de formações de manchas de ocupação agropecuária que, a grosso modo, o autor cita como formações de anéis de disposição norte-sul, são eles: canavieiro, extrativo vegetal atlântico, pastoril, mineiro, extrativo vegetal amazônico, comunitário indígena.

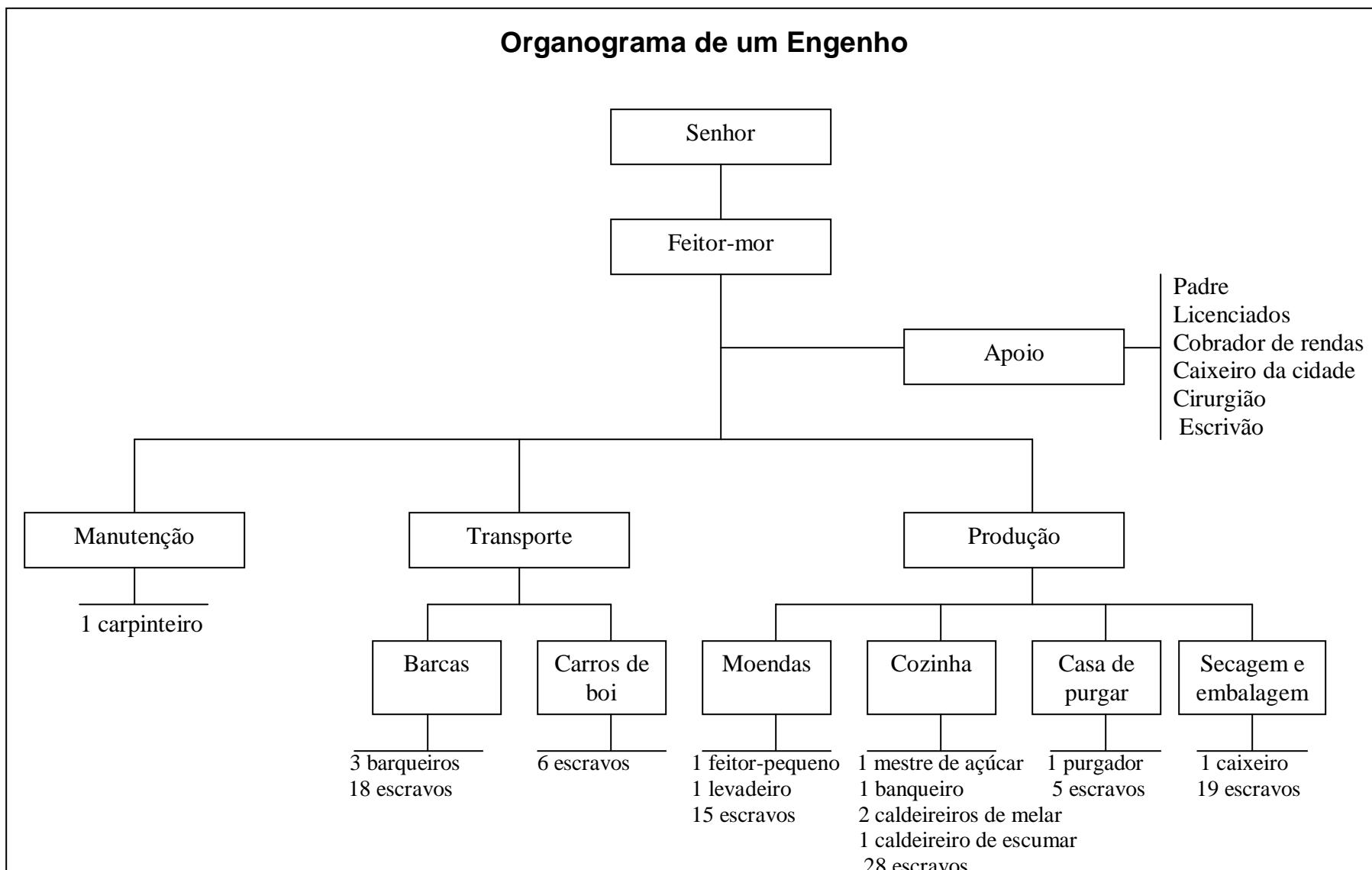
essas relações tinham um caráter eminentemente econômico, diferenciando-a de uma relação tipicamente feudal.

A população livre, para Ferlini (1994) seriam os trabalhadores livres, ou seja, os técnicos habilitados, condecorados de procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais, desconhecidas pelos negros. Daí o processo de produção do açúcar ter além dos escravos, a presença dos trabalhadores livres, pagos sistematicamente pelos engenhos; compreendendo tarefas sequenciais na moenda, na cozinha, na casa de purgar e no setor de secagem e caixotaria.

De acordo com o organograma tem-se as funções exercidas no engenho, assim nas moendas trabalhavam o feitor-pequeno e o levadeiro, mais sete ou oito escravas por turno. Na cozinha estava o mestre de açúcar, o banqueiro, dois caldeireiros de melar, um caldeireiro de escumar e 14 escravos por turno. No trabalho da noite, as funções do mestre de açúcar eram exercidas pelo sotabankeiro. A casa de purgar contava com o trabalho de um purgador e cinco escravos, apenas no período diurno. A secagem, pesagem e encaixotamento requeriam um caixeiro e dezenove escravos, também em turno diurno (Quadro 01).

QUADRO 01

Organograma de um Engenho



Fonte: FERLINI, Vera L. A. A Civilização do Açúcar – séculos XVI a XVIII. São Paulo: Brasiliense, 9^aed, 1994.

De acordo com Ferlini (1994) as funções desses trabalhadores livres destacavam-se:

- Feitor-mor – era uma espécie de gerente, cuidava de todos os problemas com o pessoal do engenho, sendo responsável pelos escravos, quer quanto a distribuição, quer quanto à disciplina;
- Caixeiro da cidade – função de agente comercial, recebia do engenho o açúcar encaixotado e colocava-o no armazém do cais do porto, encarregando-se da venda ou do embarque;
- Cobrador de rendas – função típica da época em que os engenhos moíam predominantemente cana de lavradores e que arrendavam suas terras. Deveria fazer cumprir a obrigação de moagem dos lavradores de cana obrigada, bem como receber as rendas dos lavradores arrendatários;
- Escrivão – chamado também como despenseiro, controlava os estoques (ferramentas, tecidos, alimentos) e transcrevia os livros de controle;
- Cirurgião – cuidava dos negros, sangrando-os e aplicando-lhes medicamentos;
- Caldeireiro de escumar – tinha por encargo a limpeza do caldo no processo de decoada;
- Mestre de açúcar – era o mais especializado dos trabalhadores. Espécie de engenheiro de produção, comandava todos os processos técnicos para a obtenção do açúcar;
- Banqueiro – auxiliar direto do mestre de açúcar, substituía-o na supervisão, durante o trabalho noturno;
- Carpinteiro – chamado também de carapina, com função de manutenção das rodas da moenda;
- Feitor-pequeno – cuidava de todo o setor da moagem e era assistido pelo lavadeiro. Deveria cuidar pelo recebimento da cana e de sua introdução na moenda, de acordo com o ritmo determinado pelo mestre de açúcar;
- Levadeiro – era responsável pela relação entre a força d'água e o funcionamento da moenda;
- Purgador – responsável pela supervisão do processo de clarificação do açúcar.

Durante a segunda metade do século XVII, essa organização básica na estrutura do processo de produção do açúcar com a presença de trabalhadores livres sofreu modificações. Isso aconteceu devido a escravidão ter sido introduzida pela lógica capitalista de estabelecer domínio da relação de produção à formação comercial. O trabalho escravo, superexploração, subordinado ao capital se estabeleceu num caráter de acumulação primitiva da economia colonial, tornando a maneira mais rentável para a fixação capitalista.

Articulado a propriedade da terra, o sistema escravocrata foi de fundamental importância no processo de relações de produção, nele a cana-de-açúcar e o escravo eram mercadorias, constituindo algo rendoso para os donos do capital. José de Souza Martins (1990) apresentando sua análise a partir dos estudos de Florestan Fernandes⁴, afirma que a escravidão colonial foi uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho ao capital comercial. Com isso o período de transição entre a fase escravocrata para a assalariada, na prática seria como uma “reintegração da ordem social e econômica dos negros e mulatos”, pois o trabalho livre gerado pela crise do cativeiro daria qualitativamente o produzido pelo agregado, por se estabelecer numa nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador, ou seja, o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra.

De acordo com Smith (1990), o escravismo foi a relação social que fundou o processo de produção gestado sob a égide da lógica mercantil, em que o escravo é uma figura do capital mercantil integrado ao capital. Nele a terra não é elemento de produção, tendo por base a absolutização inacabada da propriedade fundiária – sempre uma concessão, não legitimada, pela Coroa portuguesa. Daí a mercantilização como característica da propriedade fundiária moderna, fundamenta-se na exploração do trabalho assalariado que aprofunda a generalização da renda em dinheiro, o lento processo através do qual se passa a produzir com vistas ao lucro e não com vista à renda. Sendo assim,

A transição onde aparece a propriedade capitalista da terra oferece uma perspectiva contraditória em termos de tese e antítese. Pela primeira – o capital ao se firmar superando o capital mercantil – a propriedade se torna a moderna propriedade, isto é, propriedade capitalista da terra, o que configura a produção

⁴ FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo: Dominus, USP, Vol.1, 1965.

do trabalho assalariado, em geral. A antítese é a negação da propriedade privada da terra, como monopólio que rebaixa a taxa de lucro do sistema, como um ônus social, do qual se beneficia a classe de proprietários de terras. Sua negação pelo capital implica, no entanto, a negação do trabalho assalariado, que aparece como trabalho que tenta se autonomizar do capital: a propriedade da terra aparece também como refúgio à margem das relações capitalistas. Nesse sentido, a abertura de terras coloniais abre a perspectiva de negação capitalista e da crise no sistema, a que o escravismo em parte se contraporia (*Ibid*, p.137).

Conforme a análise de Martins (1990) no seu livro *O Cativeiro da Terra*, o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Sendo importante observar que o escravo era tratado como renda capitalizada e não como capital, daí ser importante entender a questão da exploração do trabalho e a renda fundiária do Brasil.

Através do cativeiro, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria, força de trabalho e sim diretamente como mercadoria [...]. Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada (*Ibid*, p.15).

Segundo Martins (1990) o capitalismo não só redefine antigas relações, mas também engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão e forma de garantir a produção não-capitalista do capital, pois a primeira etapa da expansão do capitalismo, para o autor, é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas.

Sobre o trabalho livre tem-se a análise de Martins (1990a), no seu livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*, que faz referência as idéias de Marx analisando as contradições do trabalho livre devido esta mudança expressar claramente a transformação das relações de produção como meio para continuar fortalecendo a economia colonial, ou seja, o fortalecimento do capitalismo no Brasil definido pela subordinação da produção ao comércio, mediando assim as formas de reprodução do capital. Logo, a personificação do capital no burguês acoberta as relações que engendraram a exploração do trabalho.

Com isso, a condição de liberdade no sentido de vender a força de trabalho é antagônica para o escravo e o homem livre, como cita Martins (1990a):

Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser condição da liberdade. É no trabalho livremente vendido no mercado que o trabalhador recria e recobra a liberdade de vender novamente a sua força de trabalho (Ibid, p.17).

A transição do trabalho escravo para o livre, de acordo com Andrade (1991), levou os agricultores brasileiros a desenvolver uma política de adaptação e de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, à sombra das casas-grandes, sistemas de trabalho em que o agricultor sem a terra é transformado em morador, passando a dispor de pequenas áreas para plantação de produtos de subsistência, prestando dias de trabalho semanal gratuito ao proprietário. Também havia a forma de parceria em que o pequeno produtor pagava a renda da terra com uma expressiva parte de sua produção agrícola ou em dinheiro.

A cana-de-açúcar é o principal dos ciclos econômicos de produção por estar instituído em todo processo histórico-econômico brasileiro, estando presente na região Nordeste desde o período colonial, com momentos de expansão e de recuo como consequência de sua dependência às oscilações do mercado externo. Deve-se destacar que a hegemonia da economia colonial estava retida na região nordestina devido a cana-de-açúcar ter sido o primeiro produto exportador de importância do país, durante os séculos XVI e XVII. No entanto, o monopólio do açúcar brasileiro perde controle no mercado internacional diante das outras potências europeias, iniciando a crise da economia agrária colonial brasileira no século XVII, no período em que a Espanha dominou Portugal e ocorreu a invasão do Nordeste brasileiro pela Holanda.

A presença holandesa na luta pelo controle do produto na região nordestina do Brasil repercute profundamente na economia brasileira. Ao adquirirem o conhecimento técnico, os holandeses desenvolvem uma indústria açucareira para competir com os portugueses. Enfraquecidos no poder da competição no mercado mundial, principalmente diante dos baixos preços do açúcar das Antilhas, os portugueses acabaram perdendo o monopólio da produção,

passando a ter uma sensível queda na esfera da circulação e consequentemente a perda do controle desse sistema.

No século XVIII houve a continuidade da organização econômica brasileira de três séculos anteriores a colonização, ou seja, uma colônia ligada à economia da Europa devido ao fornecimento de mercadorias para o comércio europeu. As colônias, assim, existiram e foram estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole, através da produção e exportação de gêneros de que necessitava, não só para si própria, mas para comercializar com o supérfluo no estrangeiro (PRADO JUNIOR, 1969).

Com os progressos técnicos ocorridos no século XVIII surgiu o algodão como matéria-prima industrial de destaque, por ser menos dispendioso do que a cana-de-açúcar⁵. O progresso da produção do algodão aumentou também devido ao consumo da fibra pela indústria têxtil europeia, sendo melhor para a comercialização. Paralelamente a produção da cana-de-açúcar, o cultivo do algodão se estabeleceu no Nordeste agrário não-açucareiro que, diferente da cana, não se definiu por *plantation*, uma vez que foi constituído pela segmentação de espaços de produção de cultivos isolados.

De acordo com Ruy Moreira (1990) as exigências mínimas para a produção algodoeira, grandes e pequenos produtores de terra plantavam o algodão nas propriedades e o aumento aconteceu com a crise do trabalho escravo que levou os proprietários a entregar o cultivo do algodão a agregados. Ficando evidente na leitura feita por José Lins do Rêgo (1980):

A lã andava com um preço fabuloso. Uma arroba tinha dado cem mil-reis em Campina Grande. Com vinte sacas me remediaria. O melhor negócio era abandonar a cana pelo algodão. A cultura era fácil. Gastava-se menos, perdia-se pouco (*ibid*, p. 117).

Pensei até em acabar com esta história de plantar cana. Melhor vida seria a que o algodão dava. Só se tinha o trabalho do fim do ano, de pesar os sacos, as cargas que eles traziam e pagar pelos nossos preços. Com menos de dez homens a moagem se arranjava. Fosse agora ver o açúcar. Trabalho, o ano todo. O corte da cana, bois de carro, burrama, e a gente toda que se empregava no engenho. E

⁵ “O progresso da lavoura algodoeira foi muito facilitado, como afirmrei, pela relativa simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples e que não exigem senão instalações sumárias. E mesmo para isto, realizara-se uma certa separação entre a cultura e o beneficiamento forrando-se assim o lavrador do ônus e dificuldades do preparo do seu produto” (PRADO JUNIOR, 1969, p.152)

ainda se dependia do mestre. Podia fazer uma desgraça de açúcar. E tudo ficava perdido (ibid, p.127).

Negócio melhor dava o algodão. Só se tinha trabalho na espionagem aos moradores. Botava-se vigia para ver se saíam do engenho, na procura de melhor mercado para o seu produto. O Pilar pagava mais (ibid, p.127).

Em fins do século XVIII, com o progresso da agricultura brasileira houve a expansão das formas capitalistas de produção na região açucareira, além de que houve o Bloqueio Continental de Napoleão (1805-1814), gerando um novo reaquecimento desta atividade até meados do século XIX. O “renascimento canavieiro”, como aborda Ruy Moreira (1990), foi marcado pela reforma dos processamentos técnicos tanto do cultivo como do fabrico industrial da cana-de-açúcar⁶, em face destas transformações tem-se também as relações de trabalho através da substituição do trabalho escravo pelo livre.

Conforme Almeida (1993), o início do século XIX é tido como o auge da produção do açúcar no Nordeste e especificamente em Sergipe, tendo como resultado, a expansão da área de cultivo, do aumento do número de engenhos, da maior geração de recursos e do crescimento populacional urbano. Desse modo, o predomínio do açúcar imprimirá a concentração da riqueza em mãos de quem possui terras e escravos e o empobrecimento da população livre que não tem acesso às terras propícias à cana-de-açúcar.

No entanto, essa recuperação do açúcar brasileiro foi de curta duração devido ao retorno da normalidade do açúcar no mercado mundial. Até meados do século XIX houve a perda do crescimento econômico nordestino em detrimento a normalização da crise na produção do açúcar nas Antilhas, com o surgimento de inovações tecnológicas em escala mundial gerando a necessidade de modernização da indústria açucareira no Brasil.

A produção do açúcar na segunda metade do século XIX se estabelece com a formação de novas relações de trabalho e produção, geradas pela passagem do escravismo ao assalariamento.

⁶ Primeiramente as transformações ocorrem na lavoura, com a substituição da tradicional cana crioula pela cana caiana, de maior rentabilidade. Depois, se dão no engenho-fábrica, com a troca da forma de energia na movimentação das moendas, ao substituir-se, num primeiro momento, a tração animal pela força hidráulica das quedas-d’água e, num segundo momento, pela máquina a vapor, numa sucessão de transformações que levará o engenho do início do século a dar lugar à usina no correr do século (MOREIRA, 1990, p.27, grifo nosso).

Com a extinção da Lei de Sesmarias em detrimento ao decreto da Lei de Terras⁷, há a valorização da terra ocasionando mudanças no espaço agrário através do surgimento do mercado de terras e das novas relações de trabalho no campo.

É importante ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela lavoura canavieira nesse período caracterizavam-se por um quadro caótico na produção açucareira, seja devido a queda nos preços do mercado externo, a grande concorrência internacional ou mesmo a falta de capitais para investimento na modernização da produção; gerando no final do século a tentativa de mudança marcada pela política implementada pelo Império. A partir de 1870, o governo imperial liberou subsídios para construção de engenhos centrais e ferrovias, promovendo a modernização açucareira.

Para a implementação de melhorias no setor açucareiro surge o programa imperial de implantação de engenhos de maior produção através das melhorias nos banguês para maior capacidade na produção de açúcar. Com essa modernização tecnológica, os engenhos banguês passam a ser chamados de Usinas quando eram de propriedade particular ou eram denominados de engenhos centrais, quando de empresas comerciais, geralmente estrangeiras (ANDRADE, 2001).

Para Andrade (2001) o que distingua as Usinas dos Engenhos Centrais era que aquelas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a mão-de-obra escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para o cultivo da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho, que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os banguezeiros.

⁷ A partir da criação dessa nova legislação que definia o acesso à propriedade, tinha-se a concepção de que todas as terras devolutas seriam apropriadas mediante a compra e venda, já o governo nesse período financiou a vinda de colonos da Europa devido o fim do tráfico de escravos (SILVA, 2007).

As inovações tecnológicas mostram a dinâmica da economia capitalista em que a cana-de-açúcar do Nordeste será submetida às leis do mercado livre. Nesse processo de amarras ao capital em que para “sobreviver” é preciso competir, os engenhos não dão conta, sendo substituídos pelas usinas. O fechamento de inúmeros engenhos e a sua substituição pelas usinas, ocasionou um novo ordenamento no espaço agrário e consequentemente uma reestruturação de produção e trabalho. Destaca-se que a mudança dos engenhos à usina tem a continuidade do monopólio da produção canavieira exercida pelos proprietários de terras para se perpetuarem as ajudas financeiras recebidas pelo governo.

1.2 A Substituição das Usinas aos Engenhos Centrais: a nova configuração da economia açucareira

A grande concentração fundiária, o excessivo controle político da economia, a falta de preparo técnico foram alguns dos insucessos que conduziram os engenhos centrais ao enfraquecimento, à medida que as usinas possuidoras dos próprios canaviais foram gradualmente absorvendo as plantações independentes dos pequenos produtores de cana-de-açúcar.

Como aborda Perruci (1978) os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionarem, condenados à falência, com isso as usinas substituem o sistema dos engenhos. O processo industrial leva a concentração em uma só mão, representando assim a nova configuração da economia açucareira que é a passagem de uma economia controlada por capitais predominantemente agrários e comerciais, para uma economia dominada por capitais industriais.

De acordo com Andrade (1988) na fase de transição do banguê para usina, iniciada em 1870, os produtores de açúcar se conscientizaram de que não tinham condições de continuar a exportar um produto de qualidade inferior, sendo assim, teriam de modificar as suas instalações

industriais, visando produzir um açúcar capaz de competir com o das Antilhas e em condições técnicas menos onerosas.

[...] um processo de maior capitalização da agroindústria açucareira, quando, visando melhorar o produto a fim de aumentar a sua capacidade de competição no mercado internacional, foram construídos os engenhos-centrais e as usinas. Com essa transformação industrial, as antigas destilarias de aguardente foram substituídas, nas novas unidades industriais, por destilarias de álcool hidratado (Ibid, p.40).

A usina representa a consolidação do capital industrial no campo, passando a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar – desde o cultivo da cana até a distribuição comercial que passa pela indústria. Sendo assim, uma empresa privada, sem obrigações com o Estado, com toda liberdade de se instalar, conforme pretensão do empresário; e, sobretudo, livre para plantação da cana o que gera o fracasso do engenho tradicional (PERRUCI, 1978).

Gilberto Freyre (1989) mostra em seu livro *Nordeste* a influência da cana-de-açúcar e sua relação seja com a terra, a água, a mata, os animais e mesmo com o homem; sobre a mudança de novas tecnologias no espaço agrário com a criação das usinas o autor cita que:

A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas delas por Fulano ou Sicrano & Companhia, firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores, muito menos senhoras. Vários aspectos dessa despersonalização do senhor de açúcar aos olhos dos trabalhadores, que na doença ou na dor não têm uma sinhá-dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinário, mas só o barracão, duro e absorvente (Ibid, p.162).

Freyre (1989) deixa claro que a usina que se instalou tão imperialmente na paisagem do Nordeste “não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização”, correspondeu a uma fase de concorrência com outras regiões produtoras de açúcar, mais industrializadas, deixando de lado as tradições de solidariedade e estabelecendo o domínio imperial das novas fábricas, através da exploração industrial e comercial das terras de cana, como pode ser visto no trecho a seguir:

Firmas comerciais das cidades começaram a explorar a terra de longe e quase com nojo da cana, do massapê, do trabalhador, dos rios, dos animais agrários. Desapareceu todo o lirismo – que, aliás, nunca fora grande nem profundo – entre o dono das terras e a terra; entre o dono das canas e o canavial; entre o dono de

homens e o trabalhador; entre o dono das águas e a água; entre o dono dos animais e o animal, mesmo agrário, para não falar no do mato; entre o dono das matas e a mata (Ibid, p.164).

Não há nessa relação nenhum sentimento de solidariedade entre o dominador e os dominados, isto é, “o trabalhador de fato não existe para o industrial ausente ou quase ausente como um conterrâneo cujo bem estar o interesse, nem o fornecedor de cana como um consócio cuja situação o afete” (Ibid, p.164). Para o usineiro o que estava em questão era ganhar vantagens com a elevação do preço do açúcar, ao mesmo tempo em que a usina reduzia o preço de sua tabela de compra de cana.

Nessa condição, o espaço agrário irá se estabelecer somente no crescimento da produção de cana-de-açúcar devido ao surgimento da usina, retirando de cena os antigos moradores que viviam em terra dos Senhores tornando-se trabalhadores para a usina. Como verifica no trecho a seguir:

Os moradores de perto da casa-grande tinham sido jogados para longe. Nada de casa de morador pelo meio da várzea, tomado o lugar dos partidos de cana. A usina não permitia que o povo ocupasse um pedaço de terra que fosse boa de cana. [...] Ali por perto moravam somente os mecânicos da fábrica, gente que vivia mais ou menos, pessoal que viera de outros lugares e que ganhava mais (RÊGO, 1980a, p.50)

A Várzea agora era só cana que nem chegava a se ver o fim. Tinham botado abaixo os cajueiros. Eles tomavam terreno bom para a flor-de-cuba. Pela estrada iam chegando os trabalhadores, que vinham render as turmas da noite. Botadores de fogo, moendeiros, ensacadores de açúcar e a gente da esteira, que deixavam a cama dura para pegar até às 8 horas da noite. No tempo do bangüê, às 6 horas tiravam a última têmpera, os carros de bois paravam às 5, o motor se poupava para o outro dia. Usina tinha que ser de noite e de dia (Ibid, p.77).

Nessa condição de mudanças deve-se frisar a mobilidade e dinâmica dos trabalhadores da usina que além dos moradores da localidade, atraía os de outras regiões do nordeste – os sertanejos. O salário como produto e garantia do trabalho desprendido na labuta da cana-de-açúcar tinha diferenças para os trabalhadores, nessa lógica quem ganha somente é o usineiro que além de tirar o lucro com as canas, também recebia através dos armazéns – chamados barracão – criados nas propriedades dos donos de terra.

À tarde os trabalhos do barracão se intensificavam. Hora de conta com os trabalhadores, de despacho, centenas de homens levando comida para a casa,

fazendo as suas contas. Dinheiro não corria na usina. A moeda corrente era uns vales de metal. Os trabalhadores davam os seus dias de serviço e quando conseguiam saldo ficavam com a sua moeda correspondendo ao valor. Trabalhavam pelo quilo de ceará, pelo litro de farinha ou de feijão e quando o trabalho valia mais que a precisão de comer levavam para a casa o vale de tanto, a moeda que só tinha valor no barracão da usina. Ali eles teriam que comprar, ali eles teriam que deixar o metal que o seu suor, as suas 12 horas de sol ganhavam para eles. Os sertanejos, os que chegavam de fora não se sujeitavam a isto. Queriam o dinheiro corrente, as moedas de níquel no bolso. Vinham para a Várzea na safra, davam os seus dias, semanas de serviço e quando relampeava para cima faziam as contas e corriam para as terras deles, que eram livres. Os operários, os mecânicos, os cozinadores também estavam livres do vale da usina. A maioria, os cabras do eito, estes não tinham para onde correr. Moravam em terras da usina e não podiam fugir (*Ibid*, p.80-81).

O processo de controle das usinas estabelece a concentração e dominação do espaço da cana-de-açúcar nas mãos de quem tem o poder do capital – os usineiros. Tem-se a hegemonia dos interesses de um pequeno grupo que concentra as extensas áreas canavieiras e que transforma os antigos senhores de engenhos em meros fornecedores de cana, concentrando assim a capacidade máxima de moagem de cana, consequentemente a obtenção de máximos lucros. Ou seja, devido os empréstimos concedidos aos donos de usinas e a não condição de pagamento houve a transferência de proprietários de terras para particulares formando a hegemonia das oligarquias agrárias que possuíam dinheiro para se manter na lógica capitalista.

Nesse sentido, Rêgo (1980a) mostra o crescimento da usina e a entrada e fortalecimento do capital estrangeiro,

A usina crescia. Novas máquinas, estrada de ferro particular e uma zona de primeira ordem. Cana ali não faltava, crédito, e o marido contava com todos os parentes. A Bom Jesus marchava para se emparelhar com a São Félix. Bastava se ver o novo terno de moendas chegado da América. Diziam que o bagaço sairia dela como uma farinha. Em quatro anos fizera-se um progresso espantoso (*Ibid*, p.45).

As usinas, dessa maneira, acentuam ainda mais o caráter monocultor e monoexportador da economia açucareira do Brasil, dando continuidade a estrutura de dominação agrária que já ocorria desde o período Colonial pela Coroa Portuguesa, e em seguida pelos senhores de engenhos. Como pode ser verificada na obra de José Lins do Rego, a substituição dos engenhos pela usina amplia a sua força ao mesmo tempo em que fortalece o latifúndio. No livro *Banguê* o

autor narra esta situação ao exemplificar o caso do engenho Bugari em face de dominação da usina São Félix:

A usina olhava para ele com vontade. A chaminé da usina não se sentia bem, com um bueiro de engenho por perto. O Bugari distava uma meia légua da São Félix. Do engenho via-se a fumaça da fábrica arrogante. O senhor de engenho vivia bem, não devia a ninguém. Moía as suas safras, criava a sua família com fartura. A usina queria o Bugari para ela. Terras tão férteis, matas tão boas e tão junta. Não se podia compreender como ainda tudo aquilo não fosse dela. Fez tudo (RÊGO, 1980, p.142).

As usinas cresciam aceleradamente em detrimento aos senhores de engenhos que não conseguiam se manter na produção visto que os engenhos já estavam ultrapassados para competir na produção da cana-de-açúcar; assim, os senhores de engenhos sem condições de manterem-se arrendavam as terras ou mesmo vendiam aos usineiros, estes, só visavam o lucro cada vez maior. Nas palavras de José Lins do Rêgo a “usina não tinha coração, usineiro só queria terras e mais terras. Falava da capacidade para as suas moendas, com os olhos crescidos na propriedade dos outros” (Ibid, p.143).

Deixa-se claro a condição em que os donos de terras ficavam para o capital estrangeiro que entrava na negociação de expansão para usinas gerando a obtenção de dívidas a serem pagas, exemplo está no trecho a seguir retirado do romance *Usina*, de Rêgo (1980a, p.95-96):

No outro dia de manhã o Dr. Juca saiu em campo, atrás dos parentes. Procurou primeiro o sogro, falando-lhe das possibilidades da grande fábrica, dos prejuízos que lhe vinham de uma moenda sem força para tirar o rendimento necessário da cana. Referiu as vantagens que uma Tiúma tirava das suas maquinarias modernas. Mas quando chegou na hipoteca o velho estremeceu. Nunca ele assinara nem uma letra quanto mais uma escritura daquele jeito. Tivesse paciência. Tinha uns cobres no banco, podia dispor deles, mas não lhe viesse falar de hipoteca.

O genro argumentou com os fatos. Aquilo era somente uma formalidade. O Dr. Pontual pedia aquelas garantias para inspirar confiança aos americanos. Em dois anos estaria pago e a Bom Jesus aparelhada para 20 anos de safra e com a capacidade maior que a da São Félix.

De engenho e engenho saiu o Dr. Juca cantando a mesma ária: capacidade dobrada, rendimento de mais de 30%, a riqueza que se botava fora, a lenha que deixariam de queimar. Uma perfeição. E com dois anos a Bom Jesus pagaria tudo. A família ficaria com a maior fábrica do Estado, capaz de resistir às crises de preço de açúcar.

E tanto falou, tanta vantagem apresentou, que o negócio se fez.

Foi uma festa na Bom Jesus. O Dr. Pontual e os engenheiros americanos vieram para a usina examinar tudo. Andaram a cavalo. Dias e dias correndo terras, avaliando, contando. Depois foi a assinatura do contrato.

[...]

A Bom Jesus seria em breve uma usina de verdade. A notícia se espalhou no povo. Os moradores viam os gringos andando a cavalo, correndo terras e comentavam, a seu jeito, as novidades: com pouco mais a Bom Jesus seria duas vezes maior que a Goiana Grande e a São Félix. O Dr. Juca trazia máquinas maiores que as da estrada de ferro para puxar os seus trens de cana. E falavam até que o riacho do Vertente seria trazido para dentro da usina. Os gringos já estavam medindo tudo para montar os canos. As carroças de cana não precisariam de ninguém para cair nas esteiras. Era só uma alavanca. Um homem só faria o serviço de cem.

Observa-se que a palavra que antes se dava para fazer um negócio não mais existia, a assinatura de contrato era a maneira para se resolver um negócio e como garantia estavam os engenhos em questão, como mostra no trecho a seguir:

Na casa-grande, no dia da assinatura, os parentes todos se rejubilaram com o acontecimento. Estavam todos prontos para dar os seus engenhos em garantia. Aquilo lhes custara muitas noites de sono aperreado. O que era deles, o que vinha sendo há não sei quantos anos, ficaria preso por um papel à gente desconhecida. Outro seria o dono de tudo o que era deles se não pagassem no dia os cobres da usina.

As mulheres foram contra. Não dariam a assinatura nos papéis. Insistiram com os maridos para que não se metessem naquele negócio perigoso. Os maridos levaram dias para convencer as mulheres. Porque, para eles, não havia perigo de espécie alguma. O Juca não iria desgraçar a família. O primo sabia o que estava fazendo. Juca não era um estradeiro. Se ele botara todos eles no negócio era porque fizera os seus cálculos. O sogro do primo entrara.

A casa-grande da Bom Jesus se enfeitara para o dia grande. O Dr. Pontual, muito cortês, explicava as vantagens das reformas. Andara em Cuba e sabia o que era uma fábrica aperfeiçoada, como um elemento de lucro. Agora eles poderiam estar certos que iriam ter uma fábrica de verdade. Porque não se podia dizer que aquele ferro velho da Bom Jesus fosse uma usina. Estivera em Cuba, correra as Antilhas e sabia que lucro havia numa aparelhagem uniforme, de bom fabricante. Os seus amigos da América haviam invertido no Brasil uma fortuna em aparelhos para usina de açúcar, os mais aperfeiçoados. A Bom Jesus, com as máquinas que ele vendera, podia figurar ao lado das usinas mais eficientes do Norte. O Dr. Pontual deixava os senhores de engenho tranquilos.

O Dr. Juca, radiante, falava das suas conversas com os usineiros de Pernambuco. Todos os seus colegas de lá achavam que ele estava botando fora uma fortuna, com as máquinas que tinha. O bagaço, que saía das moendas da Bom Jesus, levava açúcar que daria para enriquecer. Para o ano todos ali veriam o dividendo grande que a fábrica apresentaria (RÊGO, 1980a, p.96).

Mesmo com o advento das usinas, não houve o monopólio do controle econômico da cana-de-açúcar, pois é importante destacar que a República Velha gerou o fim da escravidão, a crise do setor agro-exportador e houve a expansão urbano-industrial na região sudeste do Brasil ocasionando a desestruturação do “poder econômico” da região nordestina sobre as demais regiões. Segundo Carvalho; Santana (1990):

A hegemonia dos senhores de engenho, associada à burguesia comercial e ao aparelho estatal metropolitano, impediu que a “região” [nordestina] diversificasse a sua produção, configurando-lhe caráter essencialmente monocultor e tornando-a profundamente dependente das oscilações da conjuntura externa (Ibid, p.67).

De acordo com Francisco de Oliveira (1981), deve-se entender a região como uma formação sócioeconômico-histórica que é analisada especificamente pela reprodução do capital, através das formas de acumulação, lutas de classes e do conflito social. No sistema econômico de base capitalista, tem-se uma tendência a homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização; sendo assim quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é, por definição, desigual e combinado.

Com a estrutura de redução de controle do poder econômico, a crescente crise de mercado atingiu frontalmente os produtores do Nordeste, refletindo no processo de subordinação a dominação do Sudeste. Na medida em que o governo estatal começa a apoiar a economia cafeeira, há o deslocamento do pólo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Tendo, assim, a lógica do movimento de concentração e centralização do capital, ou seja, a concentração através da quebra de barreiras inter-regionais e a centralização pela exportação de capitais das regiões em estagnação (OLIVEIRA, 1981).

A efetivação da produção canavieira aconteceu com a Revolução de 1930 através das políticas implantadas pelo IAA, ou seja, a forte intervenção estatal inserida no setor sucroalcooleiro. Sendo marcado pela expansão do monocultivo da cana que fortaleceu ainda mais

o modelo agrícola brasileiro que é a monocultura, através da agroindústria inserida nos projetos financiados pelo governo, para acelerar cada vez mais a produção da cana-de-açúcar em grande escala. Com o processo de expansão da cana-de-açúcar que levou a gradativa inserção do Brasil no capitalismo mundial gerando o processo de mudanças, mas que não geraram grandes alterações significativas nas relações de trabalho para o sistema de assalariamento permanecendo a subordinação de formas não-capitalistas de produção no campo.

Segundo Celso Furtado (1976), o sistema da monocultura açucareira sempre se ajustou às crises mantendo inalterada sua estrutura sócio-econômica. Desde que o mercado de trabalho regional passou do regime de trabalho escravo para o trabalho assalariado; a estrutura fundiária, a dominância oligárquica e o atraso cultural contribuíram para que predominassem baixos níveis salariais, de modo que o ajuste do sistema às crises de mercado tinha na compressão de custos salariais, outra importante base de apoio para a manutenção dessa estrutura.

Nesse contexto a região nordestina vai se constituir como espaço de alienação ao capital mercantil, a produção açucareira torna-se o elemento de penetração do território e viabilização da ocupação do espaço. Ao mesmo tempo, há uma problemática no processo de reprodução do capital à estrutura de poder imposta pelo Estado e os proprietários fundiários para estabelecer o desenvolvimento regional desigual, gerando na economia brasileira a divisão regional do trabalho e os conflitos de classe. A ocupação do espaço agrário no estado de Sergipe se configurou dominante em todo território, fazendo parte da mesma divisão territorial do trabalho.

1.3 Sergipe: a produção da cana-de-açúcar e os primórdios da sua formação espacial

A Zona da Mata em Sergipe sempre esteve ligada à presença da produção canavieira e seus engenhos devido “as condições ambientais decorrentes da presença de solos férteis e de clima úmido, que contribuíram para o desenvolvimento da monocultura canavieira e a produção do açúcar, destinada à exportação para a Europa e para outros pontos do país” (FRANÇA; CRUZ, 2007, p. 161); tendo o rio Cotinguiba como importante via de penetração na Bacia do Rio Sergipe e de chegada e saída para o mar.

O cultivo da cana-de-açúcar surgiu entre os vales formados pelos rios Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba que levaram a importância econômica desde o início do século XVII, formando um modelo de propriedade açucareira que atuou no desenvolvimento da economia sergipana e que se assemelhou as transformações ocorridas em escala nacional (ALMEIDA, 1975; PRADO JUNIOR, 1969).

A cana-de-açúcar surgiu em Sergipe de forma tardia com relação aos outros estados da região Nordeste, no entanto mesmo com uma pequena produção foi o principal produto econômico sergipano, proporcionando grandes mudanças em Sergipe através da lógica da reprodução do capital. As fases do período açucareiro sergipano acompanham as mesmas da região nordestina, que vai do banguê aos engenhos centrais e destes às usinas; estabelecendo o desenvolvimento da produção açucareira que está atrelado a expansão, auge e crise do açúcar.

De acordo com Almeida (1984), no século XVIII a área delimitada pelo estado de Sergipe, denominada de Sergipe del Rey, tornou-se comarca da Província da Bahia, havendo uma intensificação das relações internacionais e maior estímulo à produção e comercialização do açúcar. Dessa maneira, expande-se a produção de cana no espaço agrário sergipano. Em fins do século XVIII o algodão surge junto a cana-de-açúcar exigindo um mecanismo garantidor de sua exportação. Gerando renda a economia de Sergipe, ao mesmo tempo em que havia a preocupação da navegabilidade da barra⁸ para o escoamento dos produtos, necessitando de uma maior atuação dos governantes na busca de soluções que a tornassem apta ao desempenho econômico do espaço sergipano. Nesse contexto,

⁸ A barra da Cotinguiba, como por todo o século XIX era chamada a atual barra do rio Sergipe, era o estuário onde se despejavam as águas dos rios Sergipe e Cotinguiba. Almeida (1984) aborda que procurando dar um ponto final às discussões sobre a denominação legítima do estuário, hoje tido como do rio Sergipe mas antigamente chamado Barra da Cotinguiba, a Assembleia Legislativa decretou pelo projeto nº39: “Fica estabelecido, a partir desta lei, a denominação de Rio Sergipe ao rio que banha a cidade de Aracaju”.

[...] o número de engenhos sergipanos crescera. Vilhena⁹ fala em cento e quarenta, pouco mais da metade do total existente na Bahia. Uma maior produção açucareira estimulará a produção dos portos e, da primeira à segunda década do século XIX, a participação do comércio sergipano no porto da Bahia tornará bastante significativa. Em 1808, de um total de 364 navios entrados em Salvador, 56 vinham da Cotinguba, 5 do Rio Real, 5 do São Francisco e 5 do Vaza-Barris (Barra de Sergipe); ao todo, 71 embarcações. Uma participação sergipana em torno de 19,5% do movimento portuário baiano, ou seja, o segundo maior contribuinte para a composição do quadro global da navegação desse grande porto nacional (Ibid, p.76-77).

O aumento dos engenhos na Província Sergipana aconteceu ao mesmo tempo em que houve a intensificação da lavoura canavieira, o açúcar se estabelece como principal produto de exportação; através das vias fluviais, as canoas transportavam as caixas ou sacos de açúcar até os portos de embarque, onde embarcações nacionais vinham apanhar o produto e o conduziam à Bahia para ser exportado, e por ser ali, pesado e marcado era considerado como baiano, o açúcar era exportado para portos estrangeiros. O comércio sergipano até 1893 foi exclusivamente colonial; somente na metade do século XIX, a Província de Sergipe lutaria contra a prejudicial tutela que a Bahia vinha exercendo sobre seu comércio (Idem, 1975).

A leitura da Tabela 02 permite visualizar a evolução do número de engenhos de Sergipe em relação ao Nordeste.

⁹ VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

TABELA 02

Crescimento do Número de Engenhos no Território Sergipano em relação aos principais produtores da região Nordeste
Sergipe/Nordeste
1630-1890

Anos	Pernambuco	Bahia	Sergipe	Alagoas	Paraíba
1630	—	—	—	13 a 14	—
1761	230	—	—	—	—
1775	296	260	140	69	37
1802	—	—	—	180	—
1838	—	603	445	316	—
1856	1.106	+1.651	753	—	—
1862	1.672	—	830	—	214
1883	1.654	—	735	632	—
1890	1.975	—	820	933	—

Fonte: ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente, p.110.

No século XIX, a lavoura açucareira passa a expandir-se pelas bacias dos rios que cortam o território sergipano, enquanto que o gado foi sendo empurrado para o interior. O cultivo da cana e a produção do açúcar se impõem como atividades em torno dos quais vai girar a vida econômica da província e fornecem as bases para importantes mudanças na sociedade sergipana (FRANÇA; CRUZ, 2007). Como cita Almeida (1984, p.108), “[...] para Sergipe parecia [...] que na cana-de-açúcar residia sua vocação agrícola por excelência, única capaz de lhe assegurar uma posição privilegiada no sistema econômico brasileiro”.

Nos inícios do século XIX, Sergipe planta cana e fabrica açúcar em seis circunscrições administrativas, abundantemente regadas pelas suas bacias hidrográficas e com boas condições de solo. Cerca de 120 engenhos espalham-se do rio Real ao rio Japaratuba, a metade dos quais na bacia de Sergipe – Cotinguiba, região que manterá posição de liderança no plantio da cana até os dias atuais (Idem, 1987, p.203).

No entanto Almeida (1973) mostra que a Província de Sergipe del Rey enfrentou problemas, em fins da primeira metade do século XIX, devido a única via de comunicação para a Província ser o mar, sendo necessário melhorar a barra da Catinguiba para estimular o comércio externo, sem vínculos de subserviência à Bahia, consequentemente esta condição exigia melhor

arrecadação da produção do açúcar, que tinha todas as condições de garantir a completa independência econômica da Província.

Em 1840 a Província possuía 433 engenhos dos quais mais da metade se erguiam às margens dos rios que formavam a bacia da Cotinguiba ou com ela se comunicavam. A produção açucareira da bacia do Japaratuba, por exemplo, tinha nessa barra sua via de escoamento onde o comércio marítimo era mais intenso. A sua produção era levada para Maroim e daí exportada para os portos de fora de Província [...]. Por isso, na década de 30 já se idealizara a solução desses problemas através do projeto de abertura do canal do Pomonga, ligando este rio da Cotinguiba com o Japaratuba [...], por falta de recursos financeiros somente seria concretizado [o projeto] em 1852. Acrescido de toda essa produção vizinha, o recôncavo da Cotinguiba se tornou a região da Província onde a cultura da cana se desenvolvia em maior escala. Transformou-se num verdadeiro depósito açucareiro (*Ibid*, p.6).

No período de 1840 a 1860 houve um aumento considerável da lavoura canavieira em todo o âmbito nacional, em Sergipe o número de engenhos dobrou consideravelmente como mostra a Tabela 03. É importante observar que nesse estado os proprietários de terra vacilam entre expandir as plantações de cana-de-açúcar por regiões férteis, só que de difícil acesso aos meios de transportes e a formação de novas propriedades.

TABELA 03
Evolução do Número de Engenhos em Sergipe
1612/1862

ANOS	Números de Engenhos
1612	01
1637	08
1724	25
1756	48
1798	140
1807	148
1817	Mais de 300
1823	347
1840	344
1849	623
1852	679
1856	753
1859	769
1862	830

Fonte: ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente, p.109.

Conforme Almeida (1993, p.130-131) os fatores que contribuíram para a multiplicação de engenhos em áreas que já pertenciam a senhores de engenho e plantadores de cana foram:

1. os fundadores dos inúmeros engenhos construídos nas três primeiras décadas do século XIX começaram a deixar suas propriedades para os descendentes, legalmente, por testamentos e inventários;
2. a posse de terras em dimensões maiores do que seriam necessárias para o funcionamento de um engenho permite a venda e a doação “*inter vivos*” de partes suficientes para a formação de outros engenhos, garantindo a presença dos filhos no grupo social;
3. a tecnologia disponível, quer em relação à confecção do açúcar, quer em relação às disponibilidades de transporte de cana e do produto acabado, não permite que o

senhor aumente seu engenho, se quer aumentar a produção, mas sim que multiplique suas unidades para si e para os seus descendentes.

De acordo com a Tabela 03 a evolução do número de engenhos foi uma constante no estado de Sergipe estando inserido na dinâmica nacional. Assim o século XIX foi destacado como um período de transformações no espaço agrário em virtude da ação cada vez mais intensa do capital, sendo caracterizado pela expansão das relações comerciais na lógica do lucro estabelecida pelo capitalismo. Identifica-se o avanço das forças capitalistas em um século marcado pelo crescimento econômico, em Sergipe como em todo o Nordeste, com a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o aumento do número de engenhos.

Entende-se que toda essa expansão da lógica do capital e do número de engenhos ocorreu nesse período histórico marcado ao mesmo tempo com a extinção do regime de sesmarias, em que não havia uma legislação regulando a posse das terras devolutas que gerou a expansão dos aglomerados dos pequenos produtores. Também se estabeleceu o declínio do regime escravocrata em que a instituição servil foi gradativamente sendo abolida. No entanto, mesmo com todas essas mudanças os problemas da propriedade fundiária continuaram a existir devido os grandes proprietários dominarem através do latifúndio a exploração dos trabalhadores livres.

Um fato marcante do século XIX que mostra as relações produtoras dominantes foi que, ao mesmo tempo em que houve a proibição do tráfico negreiro no Brasil, houve a valorização da terra através da Lei de Terras de 1850, ocasionando a mercantilização da propriedade fundiária, marcando o processo de transição para o capitalismo.

A Lei de Terras de 1850 se manteve através de um caráter ambigamente conservador, em que os grandes proprietários de terra foram paulatinamente constituindo e reforçando seu poder. Na prática teve por objetivo justamente instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas. Ao contrário do extinto regime de sesmarias, o novo regime retirava do direito de propriedade a co-propriedade do Estado. De acordo com Martins (1994, pg.76) “[...] no regime sesmarial o fazendeiro tinha apenas a posse formal, mas o rei, isto é, o Estado, mantinha sobre a terra a propriedade eminentíssima, podendo arrecadar terras devolutas ou abandonadas e redistribuí-las para outras pessoas, como fora comum até o século XVIII”.

Criou-se uma nova legislação sobre o acesso à propriedade através da Lei de Terras, todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, já o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Graziano da Silva (2007) ressalta que a Lei de Terras de 1850 se constituiu como meio para o mercado de trabalho atrelado ao processo de decadência do sistema latifúndio-escravista que vai até 1888 com a “abolição da escravatura”.

Com essa condição a valorização da terra gerou o mercado capitalista da terra. De acordo com Moreira (1990) o instrumento de regulação mercantil da circulação da terra realizada pela Lei de Terras ao se combinar com a lei de regulação do mercado de trabalho exclui grande parte da população do acesso à terra em detrimento a presença marcante do latifúndio, que gera a mercantilização para o capital.

A propriedade da terra para a produção da cana-de-açúcar pressupõe, de acordo com Almeida (1993), a valorização da terra e a participação do trabalho livre na empresa açucareira, passando a ser os instrumentos mais evidentes de pressão pelo processo modernizador e os que provocaram maiores transtornos para a ordem estabelecida. A valorização da terra intensificou as lutas de interesses, abrindo novas oportunidades de financiamentos; já a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre identificou o avanço das forças capitalistas.

A monocultura da cana resultou na concentração de riquezas em mãos dos proprietários, donos de terra e de escravos; empobrecimento da população livre que não teve acesso as terras devido à produção de cana-de-açúcar. Sendo assim, o açúcar era única atividade econômica mais rendosa da Província no século XIX circulando através da produção e no setor das relações comerciais da economia de Sergipe del Rey.

Deve-se destacar que a posse do engenho imprimia a facilidade para alcançar projeção social e política na sociedade. No vale do Cotinguiba a família do Engenho Pedras¹⁰, teve forte poder na sociedade política e econômica de Sergipe.

¹⁰ Estudo sobre o Engenho Pedras por Maria da Glória Santana de Almeida (1975); Kátia Afonso Silva Loureiro (1999). O Engenho está no município de Maruim e que na atualidade a propriedade permanece apenas na condição de fornecedora da cana-de-açúcar, fazendo parte do patrimônio do Grupo Franco que integra a Usina São José do Pinheiro S/A.

A família do engenho Pedras pode bem constituir o observatório da formação dos quadros sociais processada na região. As famílias que o detiveram por estes últimos dois séculos, formaram os ramos mais ilustres da sociedade sergipana. Constituíam um grupo amplo que dera grande contribuição à origem de uma espécie de nobreza da região da Cotinguiba. Nobreza pelo modo de vida, pela riqueza, pela ligação a antigas e tradicionais famílias. Alguns deles alcançaram uma nobreza de direito, garantida por carta do Imperador, para premiar atos de generosidade ou amostra de grandes posses (ALMEIDA, 1975, p.69-70).

Com essa dinamicidade marcada pelos produtos para o mercado há o interesse por terras. Sendo o problema fundiário um dos grandes entraves no espaço agrário sergipano devido às grandes extensões de terras estarem nas mãos de uma mesma família, numa continuação das sesmarias do período colonial. E uma das provas em Sergipe desse processo, como cita Almeida (1993), para a ocupação de faixas de terras secularmente ocupadas por famílias capazes de comprovar a força dos seus direito, que foram os engenhos Mucury e Comandaroba.

De acordo com os estudos de Almeida que analisaram os inventários e testamentos de senhores de engenhos sergipanos, verifica-se, pela Tabela 04, que algumas cidades tiveram importância no decorrer do século XIX. Na análise da autora o município¹¹ de Estância se tornou no século XIX o mais importante centro açucareiro comercial do sul da província, além de Santa Luzia do Itanhy outro centro produtor de açúcar da região sul. Merece destaque os municípios de Maruim e Laranjeiras, que nasceram e cresceram em função da expansão açucareira na chamada bacia do Cotinguiba, na segunda metade do século XIX, foram os mais importantes centros de produção do açúcar da Província (ALMEIDA, 1993).

¹¹ A autora utiliza-se do termo município aos centros de açúcar, embora naquele momento ainda não estivesse adquirido a denominação de Municípios, pois eram Províncias de Sergipe.

TABELA 04

**Sergipe: Número de Engenhos no Estado Sergipano
1808-1881**

MUNICÍPIOS ¹²	ANOS				
	1808	1838	1856	1875	1881
Santa Luzia do Itanhy	20	40	70	30	**
Estância	*	44	65	**	55
Espírito Santo	*	*	07	16	58
Itabaianinha	*	27	56	50	62
Arauá	*	*	*	40	16
Lagarto	12	12	34	05	41
Boquim	*	*	*	22	**
Riachão	*	*	*	11	16
Campos	-	***	01	***	***
Simão Dias	*	01	02	03	06
São Cristóvão	10	43	04	10	13
Itaporanga	*	*	34	**	15
Santo Amaro	40	09	10	10	10
Socorro	20	14	21	24	22
Laranjeiras	*	49	73	52	97
Rosário do Catete	*	43	60	42	43
Riachuelo	*	*	*	35	
Capela	*	70	130	61	82
Divina Pastora	*	40	57	**	66
Maruim	*	20	22	17	23
Japaratuba	*	*	*	35	43
Itabaiana	14	19	29	16	13
Nossa Senhora das Dores	*	*	*	**	23
Vila Nova (Neópolis)	*	06	52	17	25
Propriá	*	04	23	**	11

* Município não foi criado

** Faltam os dados

*** Não havia engenhos

Fontes: ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **O sistema de produção nos engenhos bangüês**, In: Ensaios Econômicos e Sociais, Aracaju: INEP, v1, n°1, jul/dez, 1987, p.203.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**, Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993, p.144.

¹² A autora utiliza-se do termo município aos centros de açúcar, embora naquele momento ainda não estivesse adquirido a denominação de Municípios, pois eram Províncias de Sergipe.

No final do século XIX, começou a ocorrer uma redução na economia açucareira brasileira devido a introdução de modernas máquinas no campo exigindo um maior rendimento capitalista dos donos de terras, além disso houve a queda dos preços internacionais do açúcar e a redução das exportações brasileiras; assim, os proprietários de terras que não se adequaram ao processo tecnológico foram a falência. Para se estabelecer no desenvolvimento tecnológico do período, os latifundiários sergipanos tiveram que modernizar tecnologicamente para melhorar a produção açucareira, surgindo os engenhos centrais e usinas, em substituição aos engenhos banguês.

Na leitura da Tabela 04 pode-se verificar e intensificar a análise de Andrade (1988), na qual a expansão ocorrida no número de engenhos foi feita devido a melhoria dos equipamentos das usinas como da implantação e ampliação das destilarias de álcool, tanto das anexas às usinas, como das autônomas; o que gerou o crescimento da cana-de-açúcar expandindo-se nas áreas vizinhas das tradicionais, consideradas como não apropriadas ao cultivo, que são as microrregiões de Propriá, Nossa Senhora das Dores, Agreste de Itabaiana e do litoral Sul em Sergipe.

A instalação de usinas em Sergipe ocasionou um maior crescimento da produção de cana-de-açúcar e um acelerado processo de concentração de terras. Tornava-se primordial a integração da propriedade nas técnicas de produção do açúcar que substituiria os velhos banguês pela instalação de modernas usinas, implantando o início do complexo agroindustrial e as mudanças no espaço agrário sergipano, com a concentração cada vez maior da terra e do capital e a redução do pequeno produtor. A primeira usina moderna em Sergipe foi a Central de Riachuelo, implantada como um engenho central, em 1888.

É importante destacar que em decorrência da relação quantidade da produção e tamanho da área ocupada, a produção de cana de Sergipe não atendia a demanda do mercado nacional. Neste, Sergipe teve inexpressiva produção de cana com relação à área ocupada, ao número de usinas, a produção de açúcar e álcool.

O período que vai de 1848-1960, em âmbito nacional, que Perruci (1978) evidencia como o “tempo vazio”¹³, ocorre o processo de crescimento, estagnação e a decadência da economia sobre o fluxo da produção de açúcar. Esta situação implica na perda do domínio da liderança política e econômica do Nordeste frente a região Sudeste, que crescia no cenário nacional.

Com a proclamação da República, em 1889, a questão agrária estava sob a vigência da Lei de Terras de 1850 em que as terras devolutas e as questões de terras passaram para a alçada dos governos estaduais, dessa maneira as oligarquias regionais tinham domínio em cada estado e eram as principais articuladoras da distribuição de terras públicas de acordo com os seus interesses. É o chamado regionalismo que entrava em contradição com o setor militar, estes que eram os da política anti-federalistas e centralizadoras, de fortalecimento da União, isto é, do poder federal.

Sendo assim, a grande extensão de terras era favorecida pela “Constituição” formando os grandes latifúndios que se expandiam largamente no território brasileiro. Deve-se identificar, como aborda Andrade (1987), que a ampliação da propriedade da terra de usinas de açúcar no Nordeste gerou concentração industrial devido às pequenas e médias usinas não disporem de grande capacidade de esmagamento da cana-de-açúcar, sendo absorvidas por usinas maiores que passaram a controlar um grande número de fazendas. Esse novo momento de mudança para o processo tecnológico levou a redução cada vez mais crescente de pequenos produtores, que não tinham condições de se manterem com a falta de recursos para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, gerando o fechamento das usinas sergipanas ou mesmo a venda das de pequeno porte para serem incorporadas as usinas de maiores condições econômicas.

Ao discutir sobre a questão agrária no Brasil, Martins (1985) sinaliza que ao longo dos cem anos de República muitos conflitos aconteceram e o que se verificou foi o crescente fortalecimento do governo militar desde 1930, sobretudo com a implantação do Estado Novo, em 1937. Já com o golpe militar, de 1964, houve o retorno da política de centralização federal, sendo acompanhada com a militarização dos setores centralizados. Durante todo esse período, tem-se a terra como principal instrumento de poder dos “coronéis”, para quebrar esse poder houve o

¹³ Citado por Maria da Glória Santana de Almeida em seu livro *Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista*, Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

enfrentamento através das formas de lutas dos trabalhadores rurais, como exemplos encontram-se o movimento messiânico e o do cangaço. A mudança abriu caminho a partir dos anos de 1950 para as lutas políticas dos trabalhadores rurais com a formação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais.

Deve-se frisar que a década de 1950 se consolida também com a expansão da burguesia industrial com interesse de reprodução do seu capital, através da ajuda eminente do Estado com implementação de políticas econômicas para o acúmulo de riquezas. Na prática os interesses da burguesia industrial são os mesmos das oligarquias agrárias que não passam somente de reprodução de riquezas e subordinação da classe trabalhadora, ou seja, são interesses entre o latifúndio e a indústria de estabelecer uma política econômica de reprodução do capital.

Com a atuação do movimento dos camponeses ganhando legalidade através do surgimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais houve uma organização dos trabalhadores do campo pressionando o Estado para promulgar leis, gerando assim a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. Com o golpe militar surgiu o Estatuto da Terra, que visava “solucionar” os problemas mais urgentes do espaço agrário, no entanto, na prática, seria a continuidade do latifúndio com a consolidação da grande propriedade capitalista.

[...] a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, apresentado à Câmara pelo deputado Fernando Ferrari, e a posição de alguns governadores, como Miguel Arraes, de Pernambuco, em favor da aplicação das leis agrárias e do respeito ao direito de greve e de organização dos trabalhadores do campo, levaram as forças mais reacionárias e mais comprometidas com o latifúndio, aliadas à classe média mais conservadora e a grandes setores das forças armadas, a desfecharem o golpe de 1º de abril de 1964, destituindo o governo constituído e refreando os movimentos populares. Para acalmar o movimento, o governo militar promulgou o Estatuto da Terra, apresentando-o como instrumento capaz de fazer a reforma agrária tão aspirada, instrumento que foi utilizado, durante os vinte anos de autoritarismo, não para atenuar as grandes desigualdades no campo, mas para consolidar a grande propriedade capitalista, ampliando e protegendo o latifúndio (ANDRADE, 1991, p.10, grifo nosso).

Só a partir de 1960 com a nova reestruturação produtiva, particularmente com a criação da SUDENE é que houve uma relativa ascensão econômica na região nordestina. Período que foi fortemente marcado por ações do Estado, através da implantação de Políticas Públicas que direcionaram o Plano Regional de modernização da agricultura, concatenado a aprovação do

Estatuto de Terra, lei nº 4.504 de 30/11/1964, que enfatizou a importância das agroindústrias como modelo de desenvolvimento.

Objetivava o Estatuto da Terra colocar em pauta a possibilidade de uma reformulação fundiária e desenvolvimento de uma política agrária que levasse a agricultura brasileira a se enquadrar nos modelos capitalistas empresariais. A Lei criava dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que se encarregaria da reforma de estrutura fundiária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda), que dirigia o processo de colonização. A dualidade na condução da política agrária e agrícola levou, em 1969, a uma reformulação institucional fundindo os dois institutos em um só, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁴ (ANDRADE, 1991, p.60).

De acordo com Martins (1985) o projeto elaborado por empresários e militares tinha a concepção de concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Assim, o Estatuto da Terra

[...] abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferentemente lavradores com vocação empresarial (Ibid, pg.22).

A partir de então surgiu uma nova dominação do desenvolvimento capitalista na agricultura, caracterizado como internacionalização do mercado interno. Para Ribeiro (1988) houve uma superação devido a forma de exploração que era baseada na exportação de produtos manufaturados e na importação de matérias-primas e produtos agrícolas estavam superadas em consequência do avanço nacionalista-populista, da intensificação da concorrência interimperialista à conquista de mercado interno, além do fato da rentabilidade dos investimentos nos países subdesenvolvidos; dessa maneira houve a participação direta no processo de

¹⁴ Importante frisar, de acordo com Martins (1985), que a necessidade de intervenção militar em 1969, governo Costa e Silva, no antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ocorreu em virtude de problemas de corrupção em questões de terras, envolvendo funcionários do governo. Em 1971, em seu lugar, foi criado o INCRA, vinculado ao Ministério da Agricultura, o que aparentemente indicava uma vitória dos empresários rurais, já que o IBRA estivera vinculado diretamente à Presidência da República. Mas, logo, a influência sobre o INCRA, embora mantido formalmente no Ministério da Agricultura, passou para o Ministério do Interior e, mais tarde, da Secretaria do Planejamento, representando a perda da influência dos grandes fazendeiros sobre a política de terras do governo e a derrota da política de colonização, ou seja, da distribuição de terras a pequenos e médios proprietários.

industrialização e de expansão do mercado interno dos países subdesenvolvidos. No Brasil, essa situação gerou uma diversificação da estrutura das exportações agrícolas, levando ao enfraquecimento relativo do café em detrimento do açúcar e soja na crescente industrialização.

Nessa concepção a estrutura agrária tinha a concentração da propriedade da terra pelos latifundiários com a necessidade da industrialização estabelecida para quem tinha o capital, em que a agricultura se estabelece pela necessidade da industrialização. Como afirma José Graziano da Silva (2007), assim

[...] a agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial (*Ibid*, p.33).

Nesse intuito, Graziano da Silva (2007) aborda que a dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade na “década dos sessenta/sessenta” no Brasil, apresenta-se a partir da fase de subida do ciclo econômico em que as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Já na fase oposta, ou seja, de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem, no entanto essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais, do país ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas.

Na década de 1970, com a crise do setor energético, houve o impulsionamento pelo governo brasileiro, através da política energética à produção do açúcar, ocasionado uma expansão no espaço agrário da monocultura da cana-de-açúcar. Este fato teve como resultado: a concentração brutal de capitais nas mãos dos grandes grupos do setor açucareiro; a redução cada vez mais crescente dos pequenos produtores que ficaram impossibilitados de competirem no mercado. Resultando na concentração da produção nas mãos de um pequeno grupo de grandes proprietários de usina e o fechamento das pequenas unidades produtoras.

A concentração da produção do açúcar gerou a partir de então em Sergipe uma redução considerável de usinas, de 44 em 1965, para 04 em 1975. Essa situação não mudou devido ao

programa PROÁLCOOL estabelecido pelo Governo Federal, iniciando em Sergipe a produção de álcool nas décadas de 1970/80 com a implantação de destilarias, como a do Grande Vale, na área do Baixo São Francisco, e com a instalação de destilarias anexas nas usinas São José do Pinheiro e Vassouras.

Com a extinção do programa PROÁLCOOL, houve uma considerável redução das áreas plantadas de cana em Sergipe e com isso a crise das usinas que ocasionou o fechamento da Usina Vassouras, em 1985, e Santa Clara, em 1990. A concentração da produção do açúcar ficou nas mãos de uma única usina, a São José Pinheiro que assumiu toda a produção do estado de Sergipe.

Nos últimos anos, houve mudanças no espaço agrário sergipano geradas pela lógica do capital que se estabelece com o avanço do agronegócio no campo inserido a participação e apoio do Estado. A dinâmica capitalista do nacional reverte no local ao aumento da produção de cana-de-açúcar para a geração do etanol com isso no cenário agrário deixa de existir a pastagem e a plantação de alimentos, para somente a dedicação ao “mar de verde” formada pelos canaviais ao longo dos municípios.

O agronegócio da cana faz ressurgir algo que nunca deixou de acontecer, a dominação do “senhor” ao “escravo” fortalecida cada vez mais pela lógica do capital. Na relação capital-trabalho, as marcas do domínio de uma classe dominante que detém toda a condição de mando da classe dominada, hoje está representada por trabalhadores que continuam submissos a trabalhos precarizados e de semi-escravidão. Também há a atuação de um Estado que fortalece com políticas governamentais e propagandas de geração de emprego e renda no campo sergipano, a enfatização da carteira de trabalho como marca de garantia do emprego, mas que na prática, o que se tem é o fetiche da carteira de trabalho devido às péssimas condições de trabalho realizadas pelos cortadores da cana-de-açúcar.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DA CANA E A SUBSERVIÊNCIA DO ESTADO ÀS AMARRAS DO CAPITAL

“[...] Nossa Civilização
ainda é escravocrata
só vale neste Brasil
quem tem grana, ouro e prata,
os ricos ladrões sequestram
os pobres o sistema mata.
[...] Os usineiros da cana
ostentam esta visão
política do lucro fácil
cultura da exploração
um pensamento arcaico
do tempo da escravidão”

(COSTA, Pedro. *A migração e o trabalho escravo na lavoura de cana em São Paulo*).

CAPÍTULO II

A Produção da Cana e a Subserviência do Estado às amarras do Capital

A economia açucareira sempre foi estabelecida pelo domínio e poder de um grupo pequeno, sendo intenso em todo o período colonial e acentuado após 1930 com o sistema da agroindústria da cana-de-açúcar verificando-se uma maior intervenção do Estado na configuração territorial brasileira, a favor dos interesses do grupo dominante açucareiro, através de políticas públicas de desenvolvimento, configurando o século XX como embasamento à monopolização do capital financeiro para o processo de reprodução do capital.

2.1 A Intervenção do Estado na Política Econômica Açucareira

A economia açucareira implantada no Brasil, como analisa Wanderley (1979), constitui-se na fase de acumulação comercial do capitalismo europeu através da comercialização das mercadorias da produção colonial para o mercado europeu, numa lógica capitalista de subordinação ao processo de formação da propriedade privada da terra e a dominação econômica estabelecida pelos proprietários de terras.

O modelo agrário-exportador esteve presente desde o período Colonial tendo sua força enfraquecida com as mudanças que aconteceram a nível internacional com a queda da Bolsa de Valores de Nova York de 1929 e a Revolução Constitucionalista que culminou na ascensão de Getúlio Vargas para Presidente da República em 1930. A partir de então o Governo Vargas teve seu modelo de crescimento econômico estabelecido pela indústria para o mercado interno

preponderando o processo de produção do capital. Assim o modelo agrário-exportador foi substituído pelo nacional-desenvolvimentista surgindo a ideia de integração do mercado nacional retirando o poder estabelecido pelos interesses regionais, para que somente o Estado maior, o governo nacional, integrasse o desenvolvimento econômico do país.

Com a queda do Estado Oligárquico ao mesmo tempo em que ocorre a intervenção do Estado, houve uma desorganização da atividade agroexportadora tradicional, mas deve-se frisar que não aconteceu o desaparecimento da classe dos grandes proprietários de terra e a sua aliança no poder político nacional.

De acordo com Meira (2007) como forma de debelar a profunda crise de superprodução, a baixa nos preços e a especulação dos comerciantes e refinadores do açúcar, o Estado criou um conjunto de leis com o objetivo de disciplinar as relações entre os diversos atores e controlar os problemas econômicos presentes, quase de forma cíclica, na produção açucareira.

O Estado interveio na economia açucareira logo em 1931, com a criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira (CPDA) – pelo Decreto 20.761, de 1931 -, que procurou controlar o crescimento da produção nos vários estados e regiões, a fim de evitar o desmoronamento das estruturas existentes, em áreas que dependiam principalmente da produção de açúcar e de álcool. Buscou ainda desenvolver, para diminuir o impacto da aquisição de petróleo, o sistema de mistura do álcool à gasolina, estimulando a implantação de destilarias que produzissem álcool anidro, em lugar do álcool hidratado e promovendo também um reajustamento do débito dos usineiros (ANDRADE, 1988).

De acordo com a situação posta, o Estado levou a transformação dessa Comissão na criação do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA -, criado pelo Decreto nº22.789, de 1º de junho de 1933. Com a criação do IAA, conforme Andrade (1988), a usina teve a sua produção regulamentada, planejada e pode se impor no espaço de disputa, pois o governo a transformou quase em uma empresa estatal, estabelecendo as normas que regulamentavam a sua vida econômica e a sua função social e política. Com o IAA fortalecendo a usina, esta passa a ter fácil acesso ao crédito tanto para o custeio como para a realização de obras de estrutura, organizando-se para o crescimento da produção levando em conta as disponibilidades do mercado internacional; para tanto a usina teve que estar organizada e subsidiada.

Para Francisco de Oliveira (1981) a intervenção do Estado, na economia açucareira, através da criação do IAA, tinha como missão primordial estabelecer uma divisão regional do trabalho, emergindo a produção açucareira com muita força nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa intervenção tinha um mecanismo de quotas de produção para cada uma das regiões açucareiras do país, garantindo preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e as usinas, e financiamento da produção. Consistindo em uma grande ironia, pois foi sob a direção nominal de membros da burguesia açucareira do Nordeste, que o eixo da produção do açúcar passou do Nordeste para a região industrial comandada por São Paulo.

Sendo assim “[...] a intervenção do IAA na economia do ‘Nordeste’ açucareiro não mudou a forma da reprodução do capital, contribuindo antes para reforçar certas características ‘primitivas’ que tal economia tinha recriado em seu interior” (Ibid, p.67). Acelerando a capitalização da economia açucareira de São Paulo, ao mesmo tempo, mantendo as condições de reprodução da economia açucareira do Nordeste numa reposição arcaica das relações de produção.

O próprio financiamento que o IAA passou a dar ao parque açucareiro não representou [...] nenhuma mudança significativa para o “Nordeste” açucareiro: servia apenas para financiar o mesmo mecanismo de reprodução do setor agrícola da atividade como um todo, nos mesmos termos. Em outras palavras, enquanto para a “região” industrial de São Paulo, o financiamento do IAA poderia financiar tanto o capital variável quanto o constante, no “Nordeste” açucareiro financiava ele a reposição arcaica das relações de produção e, portanto, dialeticamente tornava nula a possibilidade de financiar ou, em outras palavras, “modernizar” o capital constante das usinas. A própria manutenção de um agente como o fornecedor de cana e os tradicionais “senhores de engenho” que não haviam conseguido dar o salto em direção à condição de “usineiros”, reforçava nos esquemas do IAA o arcaísmo das relações de produção no Nordeste açucareiro, embotando-lhe a expansão das forças produtivas justamente no setor agrícola da agroindústria, que apresentava as maiores desvantagens em relação a São Paulo (Ibid, p. 69-70).

De acordo com Aguiar (1985) o IAA representava o cartel para o parque industrial da cana-de-açúcar que mantinha os abusos políticos da oligarquia canavieira, sob subsídios governamentais. A articulação do IAA com o Banco do Brasil, em favor da oligarquia canavieira representava uma das formas mais espúrias da expropriação do agricultor, inserido no tipo de agricultura semi-mercantil nas áreas de completa interação entre este tipo de agricultura e a

agricultura especulativa de mercado, onde a cana-de-açúcar se apresentava como lavoura principal e dominante.

Historicamente, o IAA tem a responsabilidade de manter e determinar, na Região, toda a sorte de abusos políticos da oligarquia canavieira, não somente quando socializa suas perdas, mas, fundamentalmente, quando mantém as atividades especulativas de mercado da lavoura da cana-de-açúcar a baixos níveis de produtividade e, portanto, sob subsídios governamentais (*Ibid*, p.159).

Para Octávio Ianni (1965) após a Segunda Guerra Mundial surgiu a discussão de como o Estado poderia atuar para fortalecer os processos econômicos brasileiro via o estabelecimento de uma concepção liberal. Em 1948, surge a política de estruturação econômica com a fundação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – órgão de orientação com relação às possibilidades de controle e estímulo aos processos econômicos básicos, de modo a tornar os governantes latino-americanos mais alertas e gerando uma participação estatal na economia brasileira, ou melhor, uma crescente participação do poder público nas diferentes esferas econômicas em que o Estado foi levado a assumir e ampliar as suas funções tomando decisões que o colocaram no centro da política econômica nacional.

De acordo com Ianni (1965) a participação do Estado nas transformações econômicas, sociais e políticas do país geraram um processo produtivo em que o Estado foi encarado por alguns estudiosos como uma entidade que agiu à revelia dos empresários privados ou das tendências das relações divergentes das classes. Para o autor a participação estatal foi vista como algo positivo, pois o Estado não se colocou a favor do empresariado privado enquanto que para as empresas se constituiu somente na produção da mais-valia. A atuação destinou-se a engendrar ou favorecer as condições para aquela reprodução, assim o Estado se fundamentou na consciência de classe através da integração do sistema social global.

No entanto é uma pura ironia a argumentação de Ianni, pois no momento em que o Estado atua através de modelos de desenvolvimento no país ele concentra o processo de acumulação do capital nas mãos de grandes proprietários que comandam a estrutura fundiária brasileira, tendo como objetivo principal o econômico através da obtenção do lucro acirrado, deixando de lado o social que ficara refém da política econômica estabelecida.

A década de 1950 é voltada para a consolidação da expansão em que a burguesia industrial através de interesses da reprodução do capital, para não ser controlada pelas oligarquias agrárias havia capturado o Estado, levando-o a implementar políticas econômicas para reforçar a acumulação industrial. Nesse elo de subordinação e interesse entre latifúndio e indústria estabelece-se a política econômica agroexportadora nos ditames da reprodução do capital industrial (OLIVEIRA, 1981).

De acordo com Szmrecsányi; Moreira (1991) nesse período transcorreu uma forte expansão da indústria açucareira no Brasil, sendo parcialmente induzida pela crescente demanda do mercado interno, cujas dimensões estavam sendo gradativamente ampliadas por um rápido e intenso processo de industrialização e de urbanização. Indo além, com a produção brasileira de açúcar amplamente excedendo o seu consumo interno, fato que determinou um quase imediato retorno do país ao grupo dos maiores exportadores do produto, do qual deixara de participar havia várias décadas.

Houve assim o “surto da industrialização” no espaço agrário brasileiro, com a aceleração do processo de concentração das grandes porções de terras para a expansão de produtos para exportação, através de *commodities*, que teve na cana-de-açúcar a expansão em áreas que eram ocupadas por outros produtos comerciais e que se reduziu devido às condições dos pequenos produtores de estabelecer-se no processo capitalista. Desapropriados das terras são obrigados a se proletarizar ou mesmo migrar para as outras regiões.

Para formar a política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, houve a necessidade da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – conhecido como DNOCS -, nascido na primeira década do século XX sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Conforme Francisco Oliveira (1981) este Departamento Nacional só realizou obras no Nordeste, considerando assim o caráter do planejamento em escala regional, já presente.

A IFOCS e depois o DNOCS orientaram sua ação para a construção de barragens, que represassem água para os períodos de seca; para a perfuração de poços, ali onde não havia rios para represar; para a construção de barragens que visassem a propiciar uma agricultura irrigada; para a construção de estradas de rodagem no interior da zona semi-árida; e finalmente para a elaboração de estudos ecológicos num sentido amplo [...] que lhes fornecessem o necessário

acervo de conhecimento para adoção de técnicas mais adequadas para a expansão agropecuária no trópico semi-árido (*Ibid*, p.53).

O governo brasileiro iniciou estudos para “resolver” os problemas estruturais ocorridos no Nordeste com ênfase ao desenvolvimento regional, através da política de desenvolvimento para criar uma economia resistente às secas e reestruturar a atividade agrária, intensificando os investimentos industriais.

Na relação da política de desenvolvimento para Aguiar (1985) a ideia de Celso Furtado era de que a região do açúcar constituía-se o caminho para utilização muito mais racional das terras, não sendo só estabelecida à produção de açúcar, como também aumentando a disponibilidade de terras para outros fins. Conforme Aguiar (*ibid*, p.23) esta ideia de Celso Furtado foi porém confrontada com a prática da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹⁵, criada pelo Governo Federal numa opção de descentralizar o planejamento, em termos regionais, através das seguintes atribuições:

- a. estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b. supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e a execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- c. executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor;
- d. coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

Para reorganizar a economia canavieira, houve na SUDENE a criação, em 1966, do grupo de trabalho denominado de Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste – GERAN, a fim de implementar atribuições para a modernização das usinas, através da racionalização do plantio de cana-de-açúcar, ocupação e aproveitamento das terras liberadas pelo processo de inovação tecnológica na agroindústria canavieira, com base na diversificação de cultivos de produção de gêneros alimentícios (AGUIAR, 1985).

¹⁵ A SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela lei nº3.692 do Congresso Nacional, emanada de projeto do Executivo da União que recebeu diversas emendas.

Para a execução dos programas da SUDENE também houve a criação de vários instrumentos de política econômica, como o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste – FURAGRO -, extinto em agosto de 1971 quando foi dissolvido o GERAN.

Na prática a SUDENE não teve uma estrutura capaz de fazer agir as metas ambicionadas, acreditando-se faltar a oportunidade de institucionalizar no Nordeste um sistema de planejamento e coordenação. Nesse sentido a década de 1960, foi marcada pela SUDENE que, atrelada ao governo Federal, se esforçou na implementação de sua estratégia de “desenvolvimento regional” fomentando a “sonhada” modernização econômica que na realidade era um processo alicerçado na apropriação privada e altamente seletiva do capital, que tinha a estrutura agrárioeconômica do Nordeste, concentrada na elite dominante nordestina para integrar-se completamente à economia nacional.

A SUDENE será um mecanismo de destruição acelerada da própria economia “regional” nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo; certamente tal integração processar-se-ia em termos menos acelerados, podendo mesmo, no limite, o Nordeste permanecer ainda por largos anos como uma “Irlanda” no Brasil. Precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é “planejada”, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o “planejamento” é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da maioria captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981, p.113).

Devido às diferenças na divisão regional do trabalho a abordagem dos desequilíbrios regionais teve a intervenção do Estado aliado à reprodução do capital, estando de acordo aos poderes oligárquicos. Pois a região nordestina sempre foi comandada pelas oligarquias agrárias, assim o Estado se torna o mediador imobilista devido a sua atuação ter sido feita sob a égide de programas de intervenção na região – DNOCS, SUDENE – não assumindo formas diretas na região ao mesmo tempo em que se aliava às oligarquias locais.

José de Souza Martins (1994) deixa explícita em sua análise que o DNOCS foi uma das “arcaicas agências de clientelismo político” e a SUDENE como uma agência de fomento formada pela conciliação de interesses entre os grupos clientelistas e oligárquicos do Nordeste e os empresários do Sudeste.

Nesse intuito há uma retomada da evolução da agricultura e da agroindústria brasileira ocorrida nos anos de 1960/70 devido a forte industrialização, tendo a atuação do Estado brasileiro nos anos de 1964/78 de maneira mais agressiva e repressiva diante do desenvolvimento intensivo e subordinado da agricultura ao capital. Período marcado pela relativa modernização da agricultura brasileira, na qual se modificou parte da estrutura produtiva com o processo de industrialização da mesma, gerado pelas medidas governamentais adotadas para o campo brasileiro, que tinha o apoio das empresas estrangeiras e nacionais.

Instalou-se a partir do golpe de 1964 uma política de portas abertas para o capital estrangeiro, ou seja, para o imperialismo. O desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e agricultura, seja na cidade ou no campo, ocasionou uma superexploração da força de trabalho do proletariado industrial e agrícola. Predominando com intensidade o capital monopolista dominador do aparelho estatal (IANNI, 1979).

Martins (1994) mostra os impasses históricos ocorridos com o golpe de Estado de 1964, devido a intervenção e a ação da classe dos proprietários de terra, através das idéias de resistência às reformas agrárias com o intuito de desestabilização desse novo regime. O regime militar produziu uma legislação ambígua com relação ao Estatuto da Terra para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional. Classificando assim

[...] os usos e extensões de propriedade, de modo a formular um conceito operacional de latifúndio e estabelecer, portanto, uma distinção entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. O duplo conceito de latifúndio, por extensão e por exploração, no fundo era mais radical do que o vago conceito de latifúndio usado pelas esquerdas antes de 1964, porque incluía como latifúndios terrenos não tão extensos, porém, mal explorados. Ao mesmo tempo, incluía entre as terras desapropriáveis os minifúndios, ou ao menos os incluía nas terras penalizáveis pela taxação, que era o principal instrumento de reforma. A flexível categoria de empresa rural recebia as simpatias do Estado e escapava da possibilidade de ser incluída nas desapropriações. O que indica, em princípio, uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura (Ibid, pg.78-79).

A política econômica de acumulação capitalista estabelecida nesse período levou a absorção das empresas pequenas às grandes, monopolizadas pela concentração e centralização de capital de grandes empresas estrangeiras e nacionais fortalecidas principalmente no setor

agropecuário brasileiro. Para o caso da cana-de-açúcar, estabelecia-se numa agricultura capitalista com o apoio do poder estatal, através da concentração e centralização do capital, num modelo econômico dependente. Como características principais têm-se: o aumento da mecanização e quimificação das propriedades rurais; aumento da produção de cultivos, em específico a cana; aumento da concentração fundiária; crescimento da utilização da mão-de-obra temporária.

Dessa forma o governo brasileiro incentivou a produção e exportação dos produtos primários, com o intuito de produzir capital para importação de produtos tecnológicos, insumos industriais, com intenso processo de acumulação capitalista. Com isso, a agricultura recebeu estímulos fiscais e creditícios; como consequência ficou atrelada aos mandos do capital industrial estrangeiro e nacional, subordinada à lógica da acumulação capitalista via “aliança” com o poder estatal, gerando uma economia prisioneira aos mandos do capital estrangeiro.

A condição do Estado e seu papel totalizador é fortíssimo nesse processo, o Estado “[...] ajusta as suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.110). Na dinâmica da circulação global, o Estado estabelece as ações internacionais diferentes com relação à política interna tendo a tendência somente de fortalecimento da concentração e centralização do capital, esse papel é comumente estabelecido entre o Estado e os grupos econômicos.

O Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes [...]. No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior [...]. No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional [...] diante de todos os estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital (Ibid, p.113).

Na lógica do poderio do Estado militar houve a aceleração e as transformações no espaço agrário brasileiro, através das grandes empresas capitalistas e os grandes grupos econômicos que

receberam enormes incentivos financeiros para a agricultura e pecuária, ao mesmo tempo em que esta política modificou, transformou ou mesmo destruiu velhas estruturas e relações de dominação (MARTINS, 1985).

Nessa condição tem-se a problemática da terra no Brasil, que de acordo com Martins (1985) se constitui em três violências distintas combinadas e progressivas: violência física, através do fortalecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública; violência da justiça, transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa; violência da ação militar e policial na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisória, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político.

O processo de transformação capitalista gera o fortalecimento do Estado e sua política de interesses conjugadas aos interesses das grandes empresas que precedem somente da obtenção de lucros constantes para a monopolização do sistema capitalista continuando a lógica desigual e contraditória do capital.

2.2 As Novas Configurações Espaciais da Economia Açucareira e sua Inserção no Modelo de Modernização do Campo

Nota-se que desde 1965 a cana-de-açúcar já participava da política de concessão de créditos subsidiados à agricultura, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da viabilização do Estado que levou ao crescimento econômico e a “modernização” da agricultura brasileira, formando-se o que se chamou de Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse processo de promover a industrialização da agricultura, o Estado beneficia os atores seletos

(grandes proprietários de terras e grandes grupos empresariais e financeiros), priorizando os produtos exportados para o comércio mundial de *commodities* (THOMAZ JUNIOR, 2002).

A mudança estabelecida pela concessão de créditos financiados pelo Estado contribuiu para aumentar a produção do setor canavieiro, intensificando a concentração da propriedade da terra pelos grandes proprietários e grupos empresariais, concomitantemente ficaram à margem milhares de pequenos produtores rurais expropriados de suas terras, gerando a redefinição das relações de trabalho no campo.

Com o intuito da expansão da agroindústria canavieira, o Governo Militar implementou a criação de programas nacionais. Em 1969, o primeiro programa instituído através do ato nº11/69 de 27/05/1969 que formou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar – PLANALSUCAR. Em consequência da política governamental estabelecida para a modernização e ampliação da capacidade de produção das usinas e da implantação de destilarias de álcool surgiu o programa de Racionalização da Agro-Indústria Canavieira, através do decreto-lei nº1.186 de 27/08/1971.

Nesse desenvolvimento da indústria nacional surgiram propostas da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e do Comércio (MDIC) apresentadas em setembro de 1975 num relatório sobre “Etanol como combustível”, no qual o desenvolvimento independente de tecnologias de produção para a utilização de biomassa como combustível era o aspecto central e onde se salientava o uso da mandioca, por razões de política de desenvolvimento. Essa substituição de combustível por biomassa baseada em desenvolvimento tecnológico próprio, somente passou a ter peso político levando à rápida implementação do PROÁLCOOL, em novembro de 1975, “graças” ao maciço interesse do lobby do açúcar (BORGES *et al*, 1988). Dessa forma,

[...] as propostas da STI de produção de combustível em larga escala a partir de biomassa não tinham nada de novo para o setor do açúcar na medida em que álcool de cana já tinha sido no passado misturado a gasolina em momentos em que os preços do açúcar estavam baixos no mercado internacional ou quando havia superprodução. Pois a adição de até 25% de álcool é tecnicamente possível sem perda significativa de eficiência e sem que seja necessária uma mudança de tecnologia do motor do automóvel. Dessa maneira a mistura de etanol de cana a gasolina aumentava com regularidade nos anos em que o preço do açúcar se encontrava extremamente baixo no mercado internacional (Ibid, p.15).

O crescimento da agroindústria canavieira atrela-se ao surgimento do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL – que foi originado da crise do petróleo de 1973 em âmbito internacional, propiciando como objetivo do programa a substituição do consumo de derivados do petróleo. Assim, o ano de 1975 a 1985 foi o período da expansão do PROÁLCOOL, sendo intensificados os investimentos na agroindústria canavieira através dos investimentos governamentais, via regulamentação do mercado. Desse modo, o mercado mundial favoreceu a produção crescente do álcool da cana.

Todo o aporte tecnológico desenvolvido pelo país na produção de álcool se deve ao PROÁLCOOL, este foi instituído a partir do PNA – Programa Nacional do Álcool – através do decreto nº 76.593 de 14/11/1975, que era um programa federal. Sendo administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAI – Comissão Nacional do Álcool.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE-, responsável pelas decisões básicas e pela destinação dos recursos financeiros do Programa, tinha como propostas os objetivos enumerados a seguir (CNP *apud* BORGES *et al.*, 1988, p.18-19)¹⁶:

- a) economia de divisas – que é um de seus principais objetivos através da substituição de importações do combustível petrolífero, atualmente consumido por nossa frota rodoviária – e fornecimento de matérias-primas para a indústria química;
- b) redução das disparidades regionais de renda; dado que todo o País – mesmo as regiões de baixa renda – dispõe das condições mínimas para a produção de matérias-primas em volume adequado;
- c) diminuição das desigualdades individuais de renda, por ter seus maiores efeitos sobre o setor agrícola e, dentro deste, sobre produtos altamente intensivos no uso de mão-de-obra;
- d) crescimento da renda interna, pelo emprego de fatores de produção ora ociosos ou em desemprego disfarçado – terra e mão-de-obra principalmente -, considerando que se pode orientar a localização das culturas para onde haja essa disponibilidade;

¹⁶ CNP – Conselho Nacional do petróleo. Legislação nacional sobre álcool. Brasília: 1978, p.262.

- e) expansão da produção de bens de capital, através da crescente colocação de encomendas de equipamentos, com alto índice de nacionalização, destinadas à ampliação, modernização e implantação de destilarias.

O Programa com objetivo de maior flexibilidade na produção de açúcar, de redução das disparidades regionais e individuais de renda, de geração de empregos, de melhoria nas condições ambientais, levou ao entendimento de que não atingiria a todos os envolvidos. De acordo com a análise de Borges *et al.*(1988) na realidade o PROÁLCOOL foi desde o início um programa que somente beneficiava os grandes usineiros que tinham no poder político a estrutura de organização e concentração de riquezas, ao mesmo tempo em que acentuava as deficiências estruturadas do modelo de desenvolvimento econômico do país.

Mais recentemente um programa do Governo Federal teve grande repercussão no Nordeste, o PROÁLCOOL; este programa, sob o pretexto da necessidade de se diminuir a importação de petróleo, muito gravosa ao nosso balanço de pagamento, estimulou a implantação de destilarias autônomas e de destilarias anexas às usinas já existentes. Os proprietários tiveram financiamentos elevadíssimos em empréstimos feitos ao IAA para a implantação dessas destilarias, além da venda da produção garantida por intermédio da PETROBRÁS (ANDRADE, 1987, p. 47).

Assim, o PROÁLCOOL tornou-se um importante programa empreendido pelo governo brasileiro em 1975, que objetivava aumentar a produção da cana-de-açúcar e que foi responsável por sua expansão no território brasileiro, seja para a produção de safras agroenergéticas e capacidade industrial de transformação, como para obtenção de álcool em substituição ao petróleo e seus derivados, em especial a gasolina e a incrementação de seu uso no setor químico.

De acordo com Borges *et al.* (1988) não foi decidido se o programa teria um apoio de curto prazo à indústria do açúcar ou conseguiria se impor de fato como programa de substituição de energia. Até então o programa não passava de uma intensificação daquilo que já vinha sendo feito a vários anos aos grandes produtores de cana toda vez que os preços internacionais do açúcar estavam baixos. Ou seja, o álcool já era utilizado como combustível a partir de 1930, álcool anidro (99,3% por volume) adicionado à gasolina em proporções distintas, de acordo com a região, objetivando estabilizar o preço do açúcar no mercado interno, mas sem regulamentação para seu uso. Tendo uma diferença neste momento com a presença dos argumentos político-energéticos incentivados pelo poder estatal.

Toda essa dinâmica da agroindústria açucareira se estabeleceu, como afirma Shikida (1998), através das diferentes fases de desempenho do Programa caracterizadas por: 1975/79 como a expansão moderada do PROÁLCOOL; 1980-85 foi a fase de expansão acelerada; já de 1986/1995 foi o período de desaceleração e crise no setor.

Compreende-se que a expansão moderada do PROÁLCOOL (1975/79) se deu devido a grave crise do petróleo que gerou “[...] a ênfase no aproveitamento da capacidade ociosa das destilarias anexas às usinas de açúcar pré-existentes, no sentido de contribuir para a expansão da produção de álcool anidro (a ser adicionado à gasolina)” (Ibid, p. 47).

A ampliação do PROÁLCOOL, ultrapassando a mistura à gasolina, tinha como pressuposto estabelecer à indústria automobilística a produção de automóveis equipados com motores a álcool hidratado. Em detrimento do conflito ocorrido no Oriente Médio houve o segundo choque do petróleo, com isso a segunda fase do PROÁLCOOL (1980/85) intensificou ainda mais a produção do álcool na agroindústria açucareira, levando a expansão das destilarias autônomas e o desenvolvimento de novas tecnologias como a fabricação de automóveis movidos a álcool, gerando assim mudança na dinâmica econômica da agroindústria canavieira durante esse período.

Com isso, o governo direcionou o Programa do PROÁLCOOL para a produção do álcool hidratado como carburante para consumo direto gerando a expansão desordenada da cana-de-açúcar ocupando terras utilizadas para a produção de alimento. Assim, foi a fase representada como a fase áurea do PROÁLCOOL e que foi apoiada, sobretudo, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada.

Nessa segunda fase do programa o Governo brasileiro cria o Conselho Nacional do Álcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL –, adotando medidas destinadas à ativação do Programa Nacional do Álcool¹⁷. Esse período do PROÁLCOOL gera a ampliação da utilização de álcool hidratado em automóveis movidos a álcool, estes começaram a

¹⁷ “O órgão executivo era a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), incorporada ao Ministério da Indústria e do Comércio e na qual participavam altos representantes do CNPq, do IAA, da STI e do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Sendo que o IAA e a STI passaram a ter o papel principal na avaliação técnica dos projetos” (BORGES *et al*, 1988, p.28)

ser fabricados a partir da década de 80. Assim, a produção de álcool ampliou-se e houve o aumento do peso das destilarias autônomas.

As medidas tomadas para a ampliação da produção alcooleira e para a introdução do carro a álcool adquiriram uma dimensão qualitativa ao Programa, devido ao impacto do grande aumento dos preços do petróleo e dos níveis extremamente baixos dos preços internacionais do açúcar. Nesse êxito do Programa, houve as modificações de participação dos automóveis a álcool na venda global de automóveis.

Com as crises e instabilidades econômicas surgiu a terceira fase desse Programa (1986/1995) que, segundo Shikida (1998), impôs limites ao desempenho e crescimento da estrutura produtiva brasileira. Diante disso, a tendência gradual de afastamento do Estado intervencionista na agroindústria açucareira, ocasiona a crise do álcool enquanto alternativa energética; isso aconteceu devido ao avanço inflacionário; a elevação da dívida interna e externa; as taxas de juros no mercado internacional; a redução do preço do barril de petróleo (inviabilizando a exploração econômica do álcool combustível), aliada aos acordos firmados entre o Brasil e o FMI que impunha uma revisão das políticas de subsídio do governo. Percebeu-se também uma queda na participação dos veículos a álcool, devido ao fim dos subsídios do governo ao setor sucroalcooleiro, extinção do IAA, queda na produção de álcool, que dentre outros fatores levou à crise do abastecimento.

Thomaz Junior (2002) ao explicar o PROÁLCOOL e sua interação no setor sucroalcooleiro divide a dinâmica de consolidação do PROÁLCOOL em 4 etapas, com o entendimento de que houve com o PROÁLCOOL um acirramento para a manutenção, sustentada pelo apoio estatal.

Para este autor, o PROÁLCOOL foi fortalecido com a agroindústria canavieira que cresceu intensamente sob o amparo do Estado fazendo com que as várias empresas não se preocupassem com a produtividade, pois recebiam os subsídios do Governo para continuarem com a lucratividade, através de projetos aprovados pelo governo tanto para São Paulo quanto para o Nordeste com relação ao investimento consentido para o crescimento das empresas no ramo da agroindústria da cana-de-açúcar. No entanto, o Programa que teve como objetivo a redução das disparidades regionais do Brasil, contraditoriamente nos seus três primeiros anos aumentou essas

disparidades. Para Thomaz (2002) a situação é verificada ao direcionarem para os usineiros da região Sudeste a concentração das empresas maiores e mais modernas, gerando um aumento desproporcional da produção de etanol dessa região, principalmente de São Paulo.

Para Thomaz Junior (2002) a partir do PROÁLCOOL o Estado teve papel decisivo para a sedimentação do capital, gerando uma trajetória histórica de manutenção de privilégios e protecionismo que se completou com as metas de produção estabelecidas pelos órgãos executores/normatizadores – Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) e Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com a presença de empresários do alto escalão do executivo federal, em campanhas publicitárias de “boa nova”, já em meados da década de 1980.

As subvenções pelo Estado através de créditos de investimento e custeio a juros subsidiados, garantia de compra com preços fixados pelo governo e demais concessões tributárias, levaram aos investimentos e melhorias para os produtores de cana e álcool. O eixo da expansão do PROÁLCOOL é entendido por Thomaz Junior (2007) como a “salvação da lavoura” dos empresários sucroalcooleiros, através da implantação de novas destilarias anexas às usinas, e na ampliação e reequipamento, das já existentes; sendo uma solução para os grandes empresários principalmente do Centro-Sul – em especial os paulistas – a recuperação do padrão de acumulação do capital, estes empresários eram os atores ativos na criação e consolidação do Programa.

Na análise de Thomaz Junior (2002) entende-se que na terceira etapa (1985-1989) houve mudanças profundas, devido a redução dos recursos com relação à política de controle de inflação da época, gerando a exclusão da cana-de-açúcar do sistema do crédito agrícola que produz efeitos negativos com o forte acúmulo nos custos e a consequente diminuição da remuneração dos produtores. Nessa dinâmica, observa-se que com isso quem tem capital possui maiores condições de se manter, levando a produção ampliada dos produtores e a recriação da diferencialidade.

A partir de então, conforme Thomaz Junior (2007, p.79), “[...] houve a diminuição da produção de açúcar como de álcool, para o conjunto dos Estados produtores, particularmente no Norte-Nordeste, sendo acompanhada de ‘falências’ ou paralisações de inúmeras empresas – destilarias autônomas em maior número, seguidas das destilarias anexas”.

A quarta etapa para Thomaz Junior (2002) aconteceu nos anos 1990 com o acirramento das disputas e conflitos intercapital, explicitado territorialmente entre os empresários sucroalcooleiro do N/NE e C/S, havendo a manutenção do PROÁLCOOL que foi acompanhada da liberação de novos recursos públicos, redução de impostos e, principalmente, anistia e renegociação das dívidas junto às entidades estatais.

Com a perspectiva de escassez dos combustíveis não renováveis e a necessidade de redução de emissões de gases prejudiciais ao meio ambiente, propostos no Protocolo de Quioto¹⁸ surgiu a produção dos agrocombustíveis nos últimos anos para atender às necessidades do grande capital que quer controlar a matriz energética limpa e renovável. A produção e o uso de energia renovável têm importância fundamental quando se associam meio ambiente e desenvolvimento, levando à valorização da biomassa para esse fim. Com isso o etanol combustível com base na biomassa começou a ser incentivado em diversos países, através de programas e políticas de governo para biocombustíveis¹⁹ e acordos internacionais.

A política global de créditos de carbono, de acordo com Carvalho (2007), evidencia a intenção dos países mais industrializados de redução mínima da emissão de gases de efeito estufa (GEE) num nível apenas necessário para servir de base a sua ideologia de pseudo-participação no

¹⁸ Também chamado de Protocolo de Kyoto constitui um tratado internacional assinado nessa cidade do Japão, em 1997, com compromissos para a redução da emissão dos gases que intensificam o efeito estufa, considerados como causa antropogênicas do aquecimento global.

¹⁹ Biocombustível é o combustível de origem biológica não fóssil. Normalmente é produzido a partir de uma ou mais plantas. Todo material orgânico gera energia, mas o biocombustível é fabricado em escala comercial a partir de produtos agrícolas como a cana-de-açúcar, mamona, soja, babaçu, mandioca, milho, beterraba. Os tipos de biocombustível são: **1.bioetanol:** etanol produzido a partir de biomassa e/ou da fração biodegradável de resíduos para utilização como biocombustível; **2.biodiesel:** éster metílico e/ou etílico, produzido a partir de óleos vegetais ou animais, com qualidade de combustível para motores diesel, para utilização como biocombustível; **3.biogás:** gás combustível produzido a partir de biomassa e/ou da fração biodegradável de resíduos, que pode ser purificado até à qualidade do gás natural, para utilização como biocombustível ou gás de madeira; **4.biometanol:** metanol produzido a partir de biomassa para utilização como biocombustível; **5.bioéter dimetílico:** éter dimetílico produzido a partir de biomassa para utilização como biocombustível; **6.bio-ETBE (bioéter etil-terc-butílico):** ETBE produzido a partir do bioetanol, sendo a porcentagem em volume de bio-ETBE considerada como biocombustível igual a 47%; **7.bio-MTBE (bioéter metil-terc-butílico):** combustível produzido com base no biometanol, sendo a porcentagem em volume de bio-MTBE considerada como biocombustível de 36%; **8.biocombustíveis sintéticos:** hidrocarbonetos sintéticos ou misturas de hidrocarbonetos sintéticos produzidos a partir de biomassa; **9.biohidrogénio:** hidrogénio produzido a partir de biomassa e/ou da fração biodegradável de resíduos, para utilização como biocombustível; **10.óleo vegetal puro produzido a partir de plantas oleaginosas:** óleo produzido por pressão, extração ou processos comparáveis, a partir de plantas oleaginosas, em bruto ou refinado, mas quimicamente inalterado, quando a sua utilização for compatível com o tipo de motores e os respectivos requisitos relativos a emissões.

No entanto, os principais biocombustíveis são: a biomassa, o bioetanol, o biodiesel e o biogás.

controle e redução do aquecimento global. Ao mesmo tempo em que transfere suas indústrias eletrointensivas e ambientalmente poluidoras do meio ambiente para os países ditos como em desenvolvimento. Daí ser importante controlar a matriz energética para a redução do aquecimento global.

Para limitar a emissão de gases de efeito estufa, têm-se duas melhores maneiras que são: as medidas tributárias e os mecanismos de mercado, todas visam ao mesmo fim, no entanto o custo e a eficiência de cada uma delas são diferentes (MEIRA FILHO; MACEDO, 2009, p.21):

- 1) Medidas tributárias – vão desde a cobrança de um imposto sobre a emissão de gases de efeito estufa até, no extremo oposto, renúncias fiscais. A disponibilização de crédito em condições favorecidas para empreendimentos que resultem em diminuição de emissões, embora não tenha caráter tributário, pode ser incluída nessa linha de ações por também privilegiar a indução de decisões de investimento.
- 2) Mecanismos de mercado – possibilitam a comercialização de certificados de permissão de emissões de CO₂ em volume compatível com a limitação desejada. Esse sistema é adotado na União Européia. Em determinadas condições de controle de emissões de fontes estacionárias, com tecnologia disponível, o esquema pode resultar na minimização dos custos para a sociedade, já que o mercado se encarrega de garantir que as reduções ocorrerão onde o seu custo marginal for mais baixo.

As alterações discretas decorrentes da matriz energética mundial aconteceram devido a três fatores determinantes: a) a elevação, discreta mais crescente, dos custos da extração, do refino e da distribuição do petróleo; b) a inviabilidade objetiva das grandes empresas multinacionais do petróleo de controlar como desejavam as fontes de petróleo no Oriente Médio e, recentemente, na Venezuela, c) as questões ambientais, entre elas a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) que contribuem para o aquecimento global (CARVALHO, 2007, p.162).

Nessa condição a matriz energética brasileira, em 2006, teve a OIE (Oferta Interna de Energia) no Brasil de 55,1% de energia não renovável e 44,9% de fontes renováveis. Essa composição por fonte de OIE foi (EPE *apud* CARVALHO, 2007, p.159-160)²⁰:

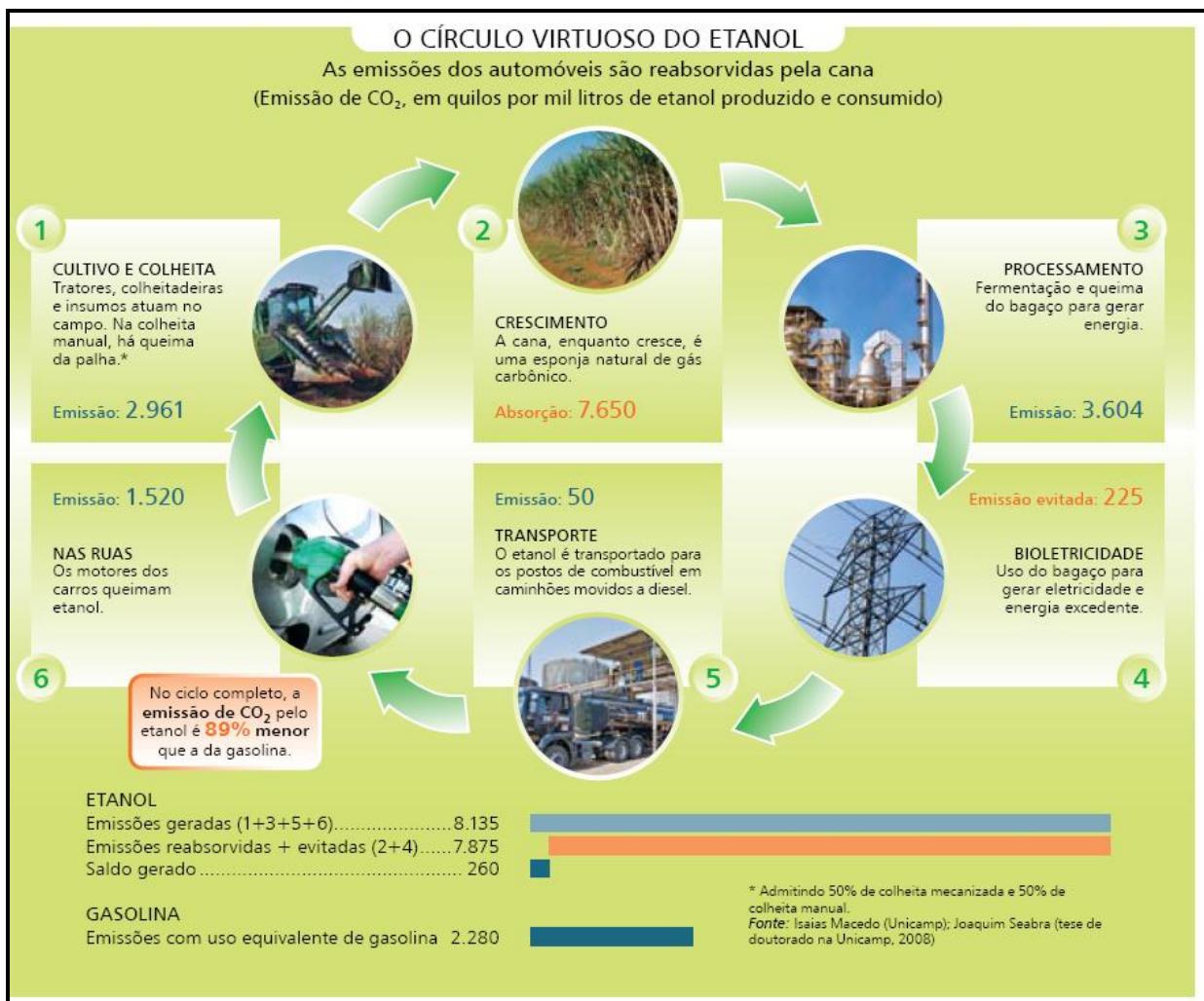
- não renovável: petróleo com 37,9%; gás natural 9,6%; carvão mineral 6,0%; urânio 1,6%
- renovável: energia hidráulica 14,8%; produtos da cana de açúcar 14,6%; lenha 12,4% e outras fontes 3,0%.
- Os derivados de petróleo continuam a liderar a participação na matriz energética, com 37,9% de oferta, ainda que tenha apresentado discreta redução (-2,1%) em relação a 2005.
- O gás natural é a fonte que mais cresce entre as fontes não renováveis da matriz energética. Nos últimos anos, sua participação na oferta interna dobrou de 3,7%, em 1998, para 9,5%, em 2006.
- A geração de energia de carvão mineral e de seus derivados caiu 3% em relação a 2005. E a oferta interna de energia elétrica cresceu 4,5%, chegando a 461,3 TWh, enquanto a geração termelétrica nuclear, com a operação das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, expandiu-se em 40%.
- Com relação à fonte renovável biomassa, em particular a cana de açúcar, a oferta interna de energia fornecida pelos seus derivados cresceu de 13,8% em 2005, para 14,4% em 2006.
- O etanol destaca-se como grande fornecedor de energia a partir da biomassa. Na safra 2005/2006 produção nacional de etanol foi de 17,47% bilhões de litros, 10,8% maior do que a de 2004/05. Para a safra 2006/2007 a previsão é de 20,1 bilhões de litros, ou seja, 14,54% maior que a anterior.

O Brasil se destacou devido a experiência com o programa de alternativa de combustível através da utilização do álcool na produção de bioetanol, como combustível através da adição compulsória de até 25% de álcool anidro à gasolina, a preços competitivos com a gasolina devido a comercialização dos veículos médios movidos a álcool ou gasolina, os bicompostíveis ou *flex fuel*. Com isso, o Estado retoma as metas agroenergéticas objetivando intensificar a produção de

²⁰ Balanço mostra mais energia da cana em 2006. Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 07/04/2007.

substitutos aos combustíveis fósseis, retornando a cana-de-açúcar como a alternativa mais viável para a lógica estabelecida pelo mercado, através da produção do álcool em detrimento a gasolina. Como pode verificar na Figura 01 sobre o etanol e as emissões de CO₂.

FIGURA 01



Fonte: MEIRA FILHO, Luis Gylvan; MACEDO, Isaias C. Uso do etanol contribui para reduzir o aquecimento global. In: SOUSA, Eduardo Leão de; MACEDO Isaias de carvalho (orgs.). **Etanol e bioeletricidade:** a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética, São Paulo: UNICA, 2009, p.20-23.

As discussões sobre a substituição pelo etanol do consumo da gasolina no sistema automotivo e consequentemente sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar foram ampliadas depois da visita do presidente Bush ao presidente Lula no início de 2007, levando ao ressurgimento do antigo PROÁLCOOL brasileiro. Essa retomada é analisada por alguns estudiosos como a renovação do PROÁLCOOL devido às ações estabelecidas pelo governo brasileiro nos segmentos econômicos, sociais e políticos; introdução dos veículos *flex fuel*, e o aumento das exportações de etanol. Sendo assim, a produção do etanol do Brasil se destaca em escala mundial, só perdendo para os Estados Unidos, como pode ser verificado na Tabela 05.

TABELA 05
Produção Mundial de Etanol
2008

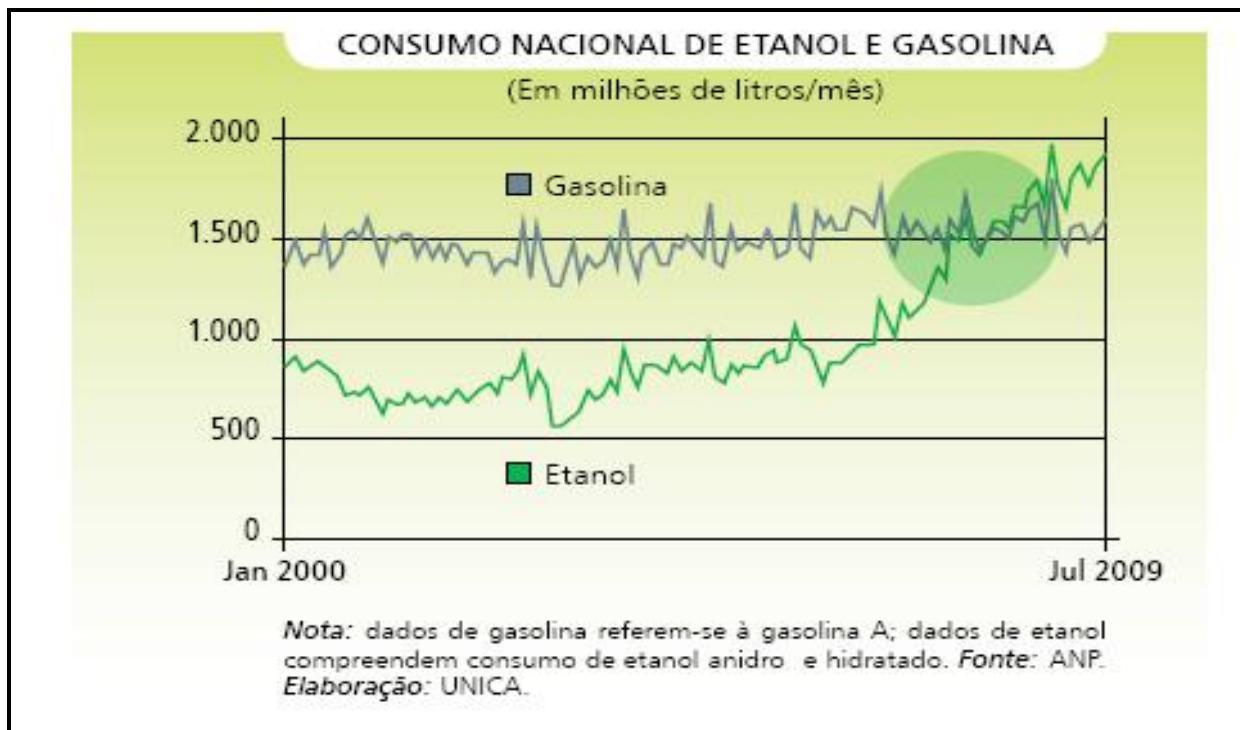
País	Etanol (em bilhões de litros)
Estados Unidos	34,0
Brasil	27,0
China	1,9
França	1,2
Canadá	0,9
Alemanha	0,5
Espanha	0,4
Tailândia	0,3
Outros	0,5
Total Mundial	67,0

Fonte: REN21 (2009), retirado da UNICA (2009)²¹.

²¹ UNICA, In: SOUSA, Eduardo Leão de; MACEDO Isaias de carvalho (orgs.). Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética, São Paulo: UNICA, 2009.

Nesse ínterim, tem-se o material da UNICA que mostra o consumo no Brasil de etanol e gasolina numa análise que vai de 2000 até 2009, como mostra Figura 02.

FIGURA 02



Fonte: UNICA, In: SOUSA, Eduardo Leão de; MACEDO Isaias de carvalho (orgs.). *Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética*, São Paulo: UNICA, 2009.

No entanto, a matriz da economia política do PROÁLCOOL brasileiro continua na idéia mercantil da historicidade brasileira de somente obtenção de lucro, para tanto os principais fornecedores da cana-de-açúcar fundamentam-se na hipótese do álcool como o melhor substituto mundial da gasolina. Tornando-se, o Brasil, a partir de 2009, o principal país no fornecimento do álcool da cana para países europeus e norte-americanos.

Assim, o que se tem claro é que o PROÁLCOOL, que tinha uma propaganda “emergencial”, na prática, proporcionou a pluralidade no setor e na atualidade levou o país a ser o

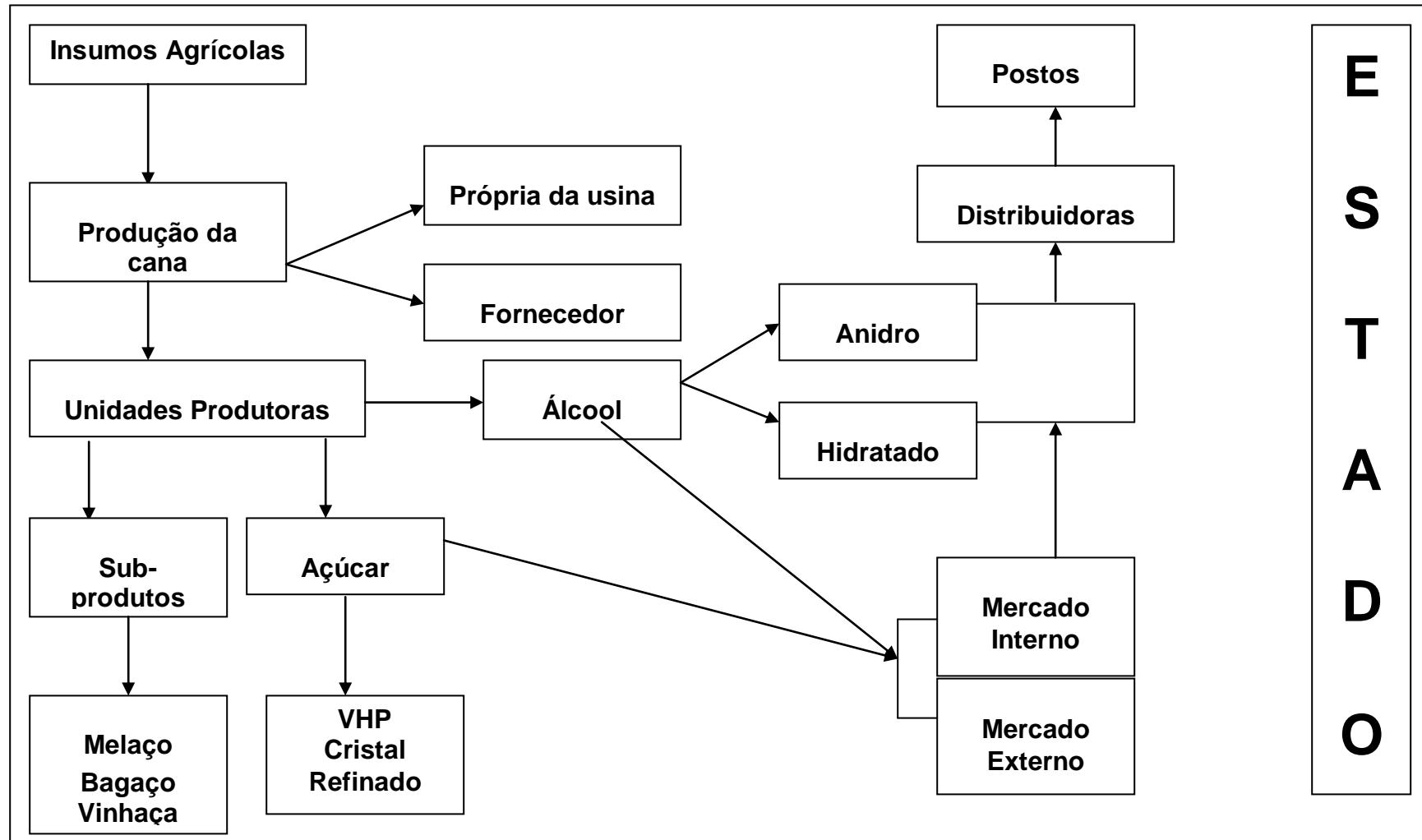
maior produtor mundial de cana-de-açúcar sobre a maior área plantada, através da reprodução ampliada do capital e o domínio das empresas capitalistas (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Sendo essa lucratividade cresce somente para um pequeno grupo que domina o setor sucroalcooleiro, estabelecendo a lógica desigual das relações econômicas e sociais desse processo do capital (observar o Quadro 02). Nessa ampliação do agronegócio canavieiro surgem os problemas nas relações trabalhistas, fundiárias e mesmo ambientais; ou seja, instauram-se os impactos no mercado de trabalho, nas apropriações/concentrações de terras e preços de alimentos; quem perde com tudo isso é a grande maioria da população que sem condições de se estabelecer no processo é subordinada a exploração do sistema capitalista.

A partir do avanço dado a produção de insumos para a obtenção de energia, em específico a cana-de-açúcar, a expansão da oferta dos produtos dá-se no âmbito de um modelo econômico para a agricultura onde predominam: a monocultura em larga escala, o uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizantes de origem industrial, de mecanização pesada e de exploração da força de trabalho assalariada. Com isso, desde o início da década de 1990, os agrocombustíveis apresentam relevância relativa na elevação dos preços e na escassez de alimentos em escala mundial. Estas mudanças neoliberais no sistema produtivo mundial e, em particular, no sistema de estoques de alimentos foram determinadas direta e indiretamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), assim como os governos dos países do denominado G7.

Nos últimos anos surgem as discussões em escala mundial através das organizações e movimentos sociais, ambientais e sindicais populares que criticam a expansão e a proporção que se tomou com a expansão dos agrocombustíveis, gerando somente o lucro das grandes empresas capitalistas com o apoio fortalecido do Estado e organismos financeiros mundiais. Exemplo disso está na Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostra os problemas com relação a soberania alimentar e nutricional, ou seja, a elevação dos preços dos alimentos e, em consequência, a grande parcela da população mais pobre tem dificuldades de acesso aos alimentos.

QUADRO 02
Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro



Fonte: CEPEA / ESALQ / USP, 2008.

O cenário organizativo do capital agroindustrial se estabelece numa via de mão dupla, na redefinição técnicoeconômica e política, alterando as regras e revigorando o papel das entidades representativas do capital comandadas pelos empresários sucroalcooleiros e que junto com o Estado neutralizam qualquer avanço e conquistas das organizações dos trabalhadores e das suas entidades de classe, os sindicatos, as federações, as confederações e as centrais sindicais (THOMAZ JUNIOR, 2002).

O agronegócio da cana-de-açúcar para atender ao mercado global prioriza cada vez mais a reprodução ampliada do capital a favor de um pequeno grupo a lógica perversa e contraditória do capital que deixa à margem a maioria da população que necessita do mínimo para a sobrevivência. As políticas públicas efetivadas pelo governo que deveriam, na prática, levar a melhoria dos pequenos produtores, favorecem o latifúndio, o agronegócio e o enriquecimento da elite canavieira, ou seja, elas estão associadas ao projeto desenvolvimentista liberal que tem na defesa do agronegócio o ponto chave para ampliação de lucro dos donos do poder, promovendo com isso a elevada concentração de terras, desemprego dos trabalhadores rurais e a precarização do trabalho.

CAPÍTULO III

AS NOVAS TERRITORIALIDADES DA CANA-DE-AÇÚCAR NO CAMPO BRASILEIRO

“O ápice a que chega essa ampla complementaridade ideológica é o novo período idealizado pelas burguesias rurais, com o aval do imperialismo e insistente divulgado pela imprensa como o rumo ideal para a economia brasileira: o agrobusiness, atualmente, conhecido como agronegócio [...]. O latifúndio muda de nome, muda de forma, moderniza-se, mas na sua essência é a mesma fera peçonhenta que se une e se arma para conservar seu status, manter seus privilégios e continuar a oprimir o povo brasileiro”
(STEDILE, João Pedro).

Capítulo III

As Novas Territorialidades da Cana-de-Açúcar no Campo Brasileiro

O espaço agrário brasileiro nos últimos anos é fortalecido pela lógica do capital, tendo o agronegócio como a saída para a lucratividade do setor agrário-exportador a partir do *commodities*, em específico a cana-de-açúcar. A intensificação da tecnologia atrelada à exacerbação do lucro constante dos donos do capital fortalece o poder do domínio e da lógica do capital, que tem no modelo do agronegócio o crescimento acelerado do território canavieiro, constituindo, numa mudança de escala global ao local, na territorialização da terra pela cana às amarras do processo capitalista desigual, fortalecendo o domínio e subordinação das relações sociais.

3.1 Agronegócio: território da cana em questão

A análise do agronegócio deve ser feita no bojo da compreensão da lógica do capital que se fortalece no desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas de produção, nessa conjuntura estabelece o território da cana que preso às amarras do capital faz com que as relações sociais aconteçam numa idéia de domínio e subordinação existente entre os donos de terras e os trabalhadores. Para o entendimento do território da cana e o processo contraditório existente no espaço agrário, é necessária a reflexão do conceito território, compreendendo assim que o território da cana se apropria do espaço do capital.

De acordo com Raffestin (1993) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. Sendo uma produção a partir deste espaço, na qual se inscreve num campo de poder. Ao produzir a representação do espaço revela-se a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Desse modo, Moraes (2000) afirma que a valorização do espaço apreende-se como processo historicamente identificado de formação de um território. Sendo sua constituição um processo cumulativo, um contínuo em movimento, enfim, um modo parcial de ler a história. Ele é socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, numa expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso dos processos sociais.

O território tem sua concepção apreendida nas relações sociais e a lógica contraditória do capital, se estabelece na sua reprodução ampliada do capital. De acordo com Ariovaldo Umbelino (2004), o fortalecimento do capitalismo é oriundo do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, com isso a lógica contraditória do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada na concepção do constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital. Tendo como princípio contraditório que, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou, mundializando o território capitalista, a terra se nacionalizou; ou seja, o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional.

Na condição de fortalecimento do território pela ação direta do capital deve-se frisar a relação contraditória estabelecida entre capital e trabalho, gerando assim uma agricultura capitalista regida pelos donos do capital num processo de territorialização do capital pelos monopólios.

O modelo agroindustrial sempre esteve presente na estrutura econômica brasileira através do impulsionamento à produção primário-exportadora. A partir de 1970 os regimes de acumulação da ISI (Industrialização por Substituição das Importações) e a expansão do mercado interno, tornando hegemônicos os programas de ajuste estrutural impulsionados pelo FMI e o Banco Mundial, geraram as privatizações. De acordo com Conceição (1991) no período de 1970 houve a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's) e com o processo da centralização

de capitais por fusões de grandes grupos econômicos que resultou na formação de empresas na viabilização da acumulação capitalista na agricultura, estabelecendo a modernização da produção pela incorporação do trabalho numa lógica de subordinação formal e real ao capital.

Com a abertura à economia mundial, nos anos de 1980/90, o interesse do capital financeiro gerou as produções especializadas em *commodities*, ou seja, grandes unidades de produtos para a exportação no modelo de agronegócio. A modernidade no campo transforma a agricultura num negócio de lucratividade inserida no agronegócio da produção para o mercado mundial. A expansão agroindustrial, atrelada à industrialização e ao processo de globalização, faz o agronegócio brasileiro assumir uma posição de destaque na produção agrícola.

De acordo com Ana Maria Soares de Oliveira (2003) houve um processo de desregulamentação das ações implementadas pelo Estado, o fortalecimento dos princípios neoliberais que conduziram a um conjunto de mudanças para os setores da agricultura e agroindústria, especialmente no que se refere às políticas de crédito e subsídios, de preços mínimos aos produtores rurais e de controle das ações desses setores, particularmente do setor sucroalcooleiro.

Este período marcado pela retirada do Estado da economia, além da competição do setor devido aos investimentos industriais, através da mecanização e utilização de tecnologia na agricultura, houve a penetração de capitais internacionais gerando a concentração de renda e da propriedade da terra de grandes grupos e empresas, em detrimento às falências dos pequenos proprietários de terra. Fortalecendo o crescimento da agroindústria, através de um sistema desigual, colocado como uma saída da pobreza a sua entrada na agroindústria, nessa trajetória os pequenos agricultores foram convencidos, através dos órgãos internacionais, a modernizarem a agricultura e incorporarem os insumos industriais.

Com a mundialização da economia que gerou uma intensa reestruturação produtiva, verifica-se profunda transformação associada à agropecuária, resultando em um modelo econômico que possibilita a acumulação ampliada do capital e uma consequente fragmentação socioespacial. Assim, no espaço agrário difunde-se o agronegócio que constitui na nova dinâmica da economia e na mudança da questão fundiária brasileira.

A problemática agrária brasileira passa a estar associada ao agronegócio promovendo o aumento da agricultura para exportação, possibilitado pela expansão e modernização da agricultura. Esta nova alteração na produção resulta em uma nova reconfiguração do espaço agrário brasileiro, que passa nas últimas décadas, por mudanças na nova estrutura produtiva capitalista que se reveste com nova roupagem – a agroindústria – em um novo ciclo de acumulação do capital.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de Davis e Goldberg, 1957²². Para os autores, o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 165).

O agronegócio apresenta uma nova produtividade sustentada no aumento da produção e inserção de novas tecnologias, não se observando, entretanto, uma alteração estrutural, pois o modelo do agronegócio oculta a sua lógica – que é a da acumulação capitalista, significa: concentração, exploração e ao mesmo tempo exclusão. Assim, o agronegócio é a nova roupagem do latifundiário que ao inserir as novas tecnologias de produção e as políticas de desenvolvimento do Estado se expande, ampliando o seu controle no território e gerando a fragmentação do espaço agrário, através da transformação dos espaços de modernização da economia, em detrimento ao restante do território que fica à margem desse processo. Nesse intuito têm-se as relações sociais geradas pela desigualdade e que de acordo com o agronegócio inserido na lógica do capital instaura o acirramento da divisão social e territorial do trabalho (SHIMADA; CONCEIÇÃO, 2009).

Com o crescente processo de expansão e obtenção do lucro tem-se o papel importante da cana-de-açúcar no agronegócio. Nessa fase da economia brasileira vista como “a nova estrela do agronegócio brasileiro” ocasionando uma nova configuração do espaço agrário, através da devastação das terras para utilização da produção da cana. O modelo agroindustrial se fortalece num processo concentracionista tanto da posse quanto da propriedade da terra, estabelecendo a

²² DAVIS, John; H. GOLDBERG, Ray,A. A concept of agribusiness. Boston: Harvard University Press, 1957. 143f.

monocultura da cana num jogo de lucratividade dominado pelo capital, através da monopolização do território.

O modelo de produção da agroindústria canavieira mostra, em termos estruturais, a noção do sistema capitalista com as suas contradições. Sendo assim, o agronegócio da cana também se fortalece da degradação social relacionada principalmente ao trabalho em situação subumana e de semiescravidão e que persiste desde o período Colonial do Brasil. O processo de trabalho que envolve os trabalhadores no corte da cana-de-açúcar é marcado pela subordinação do capital agroindustrial canavieiro.

Nessa relação capital versus trabalho na agroindústria sucroalcooleira, tem-se como fundamento o desvendamento do movimento da realização do capital sucroalcooleiro, enraizado nas ações tático-estratégicas que visam o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, concorrentes à unidade agroindustrial e aos (re)arranjos organizativos nas instâncias associativas e de representação política do capital, bem como da participação e redefinição de ações do Estado para com esse setor específico da economia (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Para compreender esse processo de produção industrial da cana-de-açúcar na atualidade, deve-se retomar a lógica do ritmo fabril que estava inserido no “tempo da lavoura”, ou seja, o tempo de produção e duração da safra da cana, pois no processo de reordenamento do capital sucroalcooleiro tem-se a articulação aos investimentos em tecnologia, que objetiva não somente o crescimento da produtividade do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e a garantia da reprodução ampliada, mas também a subordinação real do trabalho ao capital, encimada em novas formas de contratação, controle do processo de produção e de trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Nesse processo de reestruturação produtiva, a lógica do capital está centrada na exploração do trabalho e controle no processo de produção do lucro que contribui para o aceleramento do reordenamento territorial, através das agroindústrias, em específico a sucroalcooleira, instaurando a precarização do trabalho e a desigualdade das relações sociais no espaço agrário.

Devido a essa realidade, os negócios no setor agroindustrial da cana no Brasil estão em franca expansão, sendo verificado no aumento da área de cultivo de cana; na instalação de novas unidades industriais (usinas e destilarias), no incremento das vendas de máquinas (para plantio e colheita), fertilizantes, defensivos (para controle de pragas e doenças) e na produção de mudas para fornecimento aos agricultores. Com isso, houve o apoio do Estado através dos investimentos para os grandes empresários manterem o álcool na matriz energética brasileira, através da abertura para as novas tecnologias no campo ampliando a produção da cana para obtenção de açúcar e álcool, consequentemente gerando lucros para as grandes empresas.

Na lógica estabelecida pelo capital, o aumento da cana no país agrava a condição de concentração da produção nas mãos de usineiros e grandes fornecedores, em detrimento eliminam-se os pequenos produtores sem condição de competir nessa dinâmica desigual do capital.

A expansão da monocultura canavieira levou a realização de estudos para a cana e sua utilização através de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil e exterior. Um dos estudos realizados para todo o Brasil, sobre a competitividade do Sistema Agroindustrial (SAG) da cana-de-açúcar e novos empreendimentos na utilização da matéria-prima mostram o objetivo da eficiente produção de *commodities* da cana-de-açúcar, na lógica do agronegócio pela rede de instituições de pesquisa, sob o trinômio: biodiversidade, biotecnologia e biomassa, para condições de negócios em diversas escalas econômicas²³.

No entanto, os estudos realizados pelos centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) possuem uma idéia da contribuição feita devido ao aumento das áreas plantadas de cana à “geração de trabalho, renda e ao desenvolvimento regional”; verificando a mesma lógica anteriormente ocorrida no Brasil realizada pelo engodo de combinar a idéia de desenvolvimento ao crescimento e que na prática não passa de um mascaramento da realidade existente que é contraditória e desigual.

²³ Retirado do livro: **O Novo Ciclo da Cana:** Estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos. Brasília: IELC / NC; SEBRAE, 2005.

Muitos países do mundo estão substituindo o MTBE²⁴, um derivado de petróleo usado como carburante na gasolina, pelo álcool combustível etanol, esta demanda pelo álcool combustível, o Brasil hoje lidera o mercado mundial do açúcar, sendo seus principais compradores os países pertencentes à União Europeia.

Nessa nova dinâmica, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com mais de sete milhões de hectares plantados, produzindo mais de 480 milhões de toneladas, colocando o país na liderança mundial em tecnologia de produção de etanol²⁵. Para manter esse *boom*, o governo brasileiro tem incentivado a produção, através de programas de crescimento no modelo do agronegócio em sintonia com os interesses do Banco Mundial e seus subsequentes órgãos de intermediações.

A expansão do etanol aconteceu devido ao Programa Nacional de Biocombustíveis realizado pelo Governo Federal. A partir de 2007, cresceu o incentivo à produção da cana devido ao Plano de Aceleração do Governo – PAC – que visa somente o abastecimento energético vinculado a interesses particulares voltados para o mercado externo.

[...] a implantação da indústria açucareira, em nosso país, desde a colônia, foi baseada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura da cana-de-açúcar para exportação e nos maus tratos aos trabalhadores. Assim, Estado e usineiro (denominação popular para capitalista agroindustrial canavieiro) comungam interesses convergentes e de classe, expressos nas relações de poder que compactuaram os setores dominantes aliançados e que dispuseram de prestígio político, nas mais diferentes instâncias da gestão política, nos escandalosos esquemas de financiamentos públicos e, principalmente, a política do perdão das dívidas, a qual se mantém até hoje (THOMAZ JUNIOR, 2007, p.9).

O programa PAC do Governo Federal procurou atender aos produtores de agrocombustíveis, através da ampliação de crédito e da criação de infraestrutura logística para

²⁴ Trata-se do Éter Metil Terbutílico (MTBE, sigla em inglês), uma substância química usada na gasolina como aditivo oxigenado, que tem como objetivo promover uma combustão completa e reduzir o nível de emissões de monóxido de carbono dos automóveis. O MTBE é usado na gasolina nos Estados Unidos desde os anos 70 em substituição ao chumbo, principalmente para aumentar a octanagem ou a resistência da gasolina em inflamar ou explodir antes do momento de máxima compressão. Desde 1992, é utilizada em vários Estados para cumprir a Ata Federal de Ar Limpo, que requer que aditivos oxigenados sejam adicionados à gasolina em áreas com altos níveis de monóxido de carbono.

²⁵ EMBRAPA. Agência de informação da EMBRAPA – Cana-de-Açúcar. < <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/Abertura.html> > Acesso em 25/05/2010.

transporte e escoamento da produção nas áreas de expansão do plantio não só de cana, como também da soja, mamona e eucalipto.

Para a expansão dos canaviais, o governo ampliou a sua área de ação na região do Centro-Oeste e Norte do país através de uma lógica instaurada pelos programas governamentais que se tornaram prioritários por tratar-se de regiões que apresentam topografia favorável: terras planas, de boa qualidade e farto potencial hídrico. No entanto, a expansão rápida da indústria canavieira provoca enorme devastação ambiental, na medida em que o plantio da cana substitui a vegetação nativa.

Em agosto de 2008, um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura resultou em uma série de modificações na Lei de Crimes Ambientais. Um dos resultados foi o anúncio de um decreto do presidente Lula que permitiu a instalação de usinas de cana no Pantanal. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), novas usinas de cana foram instaladas em áreas de preservação ambiental e de nascentes²⁶.

A implantação e desenvolvimento de um sistema sucroalcooleiro envolvem um conjunto de usinas e de áreas de plantio ao seu redor, em manchas contínuas e normalmente implica em vários impactos: os impactos no uso de recursos materiais (principalmente energia e materiais); os impactos no meio ambiente (qualidade do ar, clima global, suprimento de água, ocupação do solo e biodiversidade, preservação de solos, uso de defensivos e fertilizantes); a sustentabilidade da base de produção agrícola, com a resistência a pragas e doenças; o impacto nas ações comerciais, tratando da competitividade e subsídios; e finalmente os impactos socioeconômicos, com grande ênfase na geração de emprego e renda (MACEDO *apud* CASTRO *et. al.*, 2007, p.9)

De acordo com o relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil²⁷, a safra 2008 de cana-de-açúcar foi marcada pela corrosão das condições trabalhistas na lavoura e o avanço da monocultura sobre o Cerrado, a Amazônia, o entorno do Pantanal e o trecho da Mata Atlântica, localizado no Nordeste. A preocupação ocorre devido a

²⁶ PrimaPagina, Plantio ocupou, em 2007, 162 mil hectares do bioma que hoje o governo indica como áreas de conservação, In: A expansão do monocultivo de cana no Cerrado, Revista *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008.

²⁷ Relatório “*O Brasil dos Combustíveis: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – Cana-de-açúcar 2008*” disponível em < http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf >, acessado em 25/02/2009.

expansão diante do *boom* do etanol no mundo e traz um alerta sobre o contraste entre riqueza e pobreza que caracteriza o setor sucroalcooleiro: por um lado, altos investimentos de grupos nacionais e internacionais garantem o desenvolvimento de tecnologia de ponta; por outro, o avanço da monocultura gera danos ambientais e milhares de trabalhadores continuam submetidos à superexploração laboral.

Apesar da propaganda do etanol – combustível renovável – pelo Governo brasileiro, entre 2007-2008 houve vários estudos sobre os impactos sociais e ambientais causados pelos agrocombustíveis. Como exemplo, temos as mudanças climáticas devido às emissões de carbono, como também os impactos do modelo de produção a partir da cana-de-açúcar, sobre áreas de preservação ou de produção de alimentos²⁸.

Em janeiro de 2008, o Instituto de pesquisas Tropicais Smithsonian²⁹ constatou que o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel feito a partir da soja causam mais danos ao meio ambiente do que os combustíveis fósseis. A pesquisa alerta para a destruição ambiental no Brasil, causada pelo avanço das plantações de cana e soja na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado (CPT, 2008, p.13³⁰).

Estudos importantes vêm sendo feitos ao longo desse período de expansão da cana-de-açúcar no território brasileiro, para mostrar os impactos ocorridos no cerrado. Marcelo Mendonça (2007) analisa o processo da lógica do agronegócio a partir do entendimento da escala local de Goiás, destacando que essas mudanças na dinâmica espacial ocasionam a complexificação, a intensificação e a precarização do trabalho, gerando a perversidade dos rearranjos do capital e em parceria com o Estado protagonizam uma das mais ferozes ações contra o cerrado e os povos cerradeiros.

No estudo mais recente feito pelo professor Nilson Clementino Ferreira, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA), o Cerrado brasileiro deve perder boas extensões de sua biodiversidade para o plantio da cana nos próximos anos. Até 2035,

²⁸ “Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia”, Revista organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008.

²⁹ Lusa, 09/01/2008, Estudo da “Science” diz que etanol pode ser mais nocivo ao Ambiente do que a gasolina, www.ultimahora.publico.clix.pt/noticia.

³⁰ Estudos sobre os impactos dos agrocombustíveis nas mudanças climáticas, In: *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, Revista organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008.

a previsão é de cerca de 600 mil hectares em termos de novos desmatamentos. Já no que diz respeito às áreas do bioma já destinadas a outros fins (agricultura, pastagem e reflorestamento), é possível que mais de 10 milhões de hectares sejam convertidos no plantio da cana. No total, a área de cana presente na região do Cerrado saltaria de 3,13 milhões de hectares (número de 2007) para 14,56 milhões de hectares em 2035, uma expansão de 365%. Os números reforçam a necessidade de medidas que reverta a atual tendência de destruição do Cerrado, do qual aproximadamente metade do bioma (cerca de 1 milhão de km²) já foi intensamente ocupado e desmatado (CMA, 2009).

Deve-se destacar que em meados de 2009, o Governo Federal junto ao setor sindical e as usinas lançaram duas metas interligadas do setor sucroalcooleiro no Brasil: o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e o Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Cana-de-Açúcar, este propõe vetos à expansão da cultura e à instalação de novas usinas na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai (Observar Figura 03).

FIGURA 03

Bioma Amazônia, Bioma Pantanal e Bacia do Alto Paraguai no Território Brasileiro



Fonte: EMBRAPA, 2009.

O Zoneamento Agroecológico, assinado em 17 de setembro de 2009 e coordenado pelo MAPA em parceria com o MMA, é um instrumento para a tomada de decisões ao nível federal e estadual, e implantação de políticas públicas voltadas para o ordenamento da expansão do cultivo da cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar, fornecendo subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro (EMBRAPA, 2009).

De acordo com o Zoneamento Agroecológico, a ampliação da produção de etanol de cana-de-açúcar e a conquista no mercado internacional pelo Governo Federal sinalizam aos potenciais compradores externos que o etanol brasileiro contribui de fato para a mitigação das mudanças climáticas globais. Ou seja, que a expansão dos canaviais não destruirá a vegetação primária, especialmente a floresta amazônica, liberando gases de efeito estufa para a atmosfera.

Com isso, o Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Cana-de-Açúcar foi oficializado por meio da publicação do Decreto Presidencial 6.961/2009 e também virou projeto de lei (PL 6.077/2009). Seu lançamento era aguardado desde o ano de 2008, quando o estudo técnico coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Agroenergia ficou pronto. Na disputa interna entre representantes do movimento ambientalista e do setor ruralista no governo, o primeiro grupo venceu a queda-de-braço, assim a proposta federal proíbe:

- a expansão de canaviais e a implantação de novas usinas de etanol ou açúcar na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai;
- estabelece que áreas de vegetação primária não podem ser desmatadas para o cultivo de cana e que a cultura não pode se expandir em terrenos com declividade igual ou superior a 12% (nos quais a mecanização não é viável);
- nas áreas de proteção ambiental;
- nas terras indígenas;
- nos Estados da Região Centro-Sul (GO, MG, MT MS, PR e SP), foram também excluídas as áreas atualmente cultivadas com cana-de-açúcar no ano

safra 2007/2008, utilizando-se o mapeamento realizado pelo Projeto CanaSat – INPE;

- cria a necessidade de que novos empreendimentos do setor obtenham uma certidão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que não haverá riscos à segurança alimentar.

São avanços importantes, que devem ser reconhecidos como conquistas, pois já condicionam a concessão de crédito rural e agroindustrial. Segundo as diretrizes do zoneamento, o Conselho Monetário Nacional publicou no dia 26 de novembro/2009 duas resoluções (de número 3.813 e 3.814) que impedem Bancos públicos e privados de financiarem novos canaviais e usinas na Amazônia, Pantanal, Bacia do Alto Paraguai, em terras indígenas, em áreas com declividade superior a 12%, ou naquelas ocupadas com vegetação nativa e de reflorestamento. A medida já começou a valer a partir da data de sua publicação, mas não atinge canaviais e usinas instalados até 28 de outubro de 2009.

De acordo com a CONAB (2009) a mudança no território brasileiro pode ser observada pelo crescimento da área de cana, para atender às necessidades dos novos “usineiros”, que vem transpondo as fronteiras das regiões e dos estados que possuem tradição no cultivo dessa planta, como são os casos da zona da mata do Nordeste distribuída pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O avanço do território da cana, de acordo com os dados da CONAB, mostra um aumento cada vez mais significativo (Tabela 06) estimando que entre 2008/2009 o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R\$ 12 bilhões do BNDES.

Segundo a CONAB, em 2009, o estado de São Paulo concentrou 57,8% da produção e colheu 354,3 milhões de toneladas, 2,5% a mais do que em 2008. Três estados foram os destaques em termos de aumento da quantidade de cana colhida. Em Goiás, a produção subiu 50,1% e chegou a 44,4 milhões de toneladas; no Mato Grosso do Sul houve avanço de 38,8%, com produção de 28,8 milhões de toneladas; em Minas Gerais a alta foi de 20,1%, com 49,7 milhões de toneladas colhidas. A produção brasileira de cana atingiu 612,2 milhões de toneladas, sendo uma alta de 7,1% em relação ao período anterior.

TABELA 06

REGIÕES	SAFRAS (TONELADA)					
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10*
NORTE/NORDESTE	57.392.755	48.345.359	54.405.520	64.609.676	64.099.738	59.384.651
CENTRO/SUL	324.054.347	334.136.643	373.912.899	431.233.516	508.638.751	542.824.960
TOTAL BRASIL	381.447.102	382.482.002	428.318.419	495.843.192	572.738.489	602.209.611

Fonte: DCAA/SPAE/MAPA

(*) Posição em 01/04/2010

Assim, ao contrário dos anos anteriores, em 2009 as usinas priorizaram a produção de açúcar, acumulando uma alta de 80% nos preços em relação a 2008 alcançando 34,6 milhões de toneladas (aumento de 9,5% em relação à safra de 2008), devido a redução da safra em diversos países, em especial na Índia que passou de exportador a importador. Já no caminho inverso, a fabricação de álcool caiu e chegou a 25,8 bilhões de litros, baixa de 3% em relação a 2008, mas o suficiente para abastecer o mercado interno de 21 bilhões de litros³¹.

A análise feita pelo Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis (2009), o *Brasil dos Agrocombustíveis – Cana* aborda que o ano de 2009 foi marcado por intensa movimentação no setor sucroalcooleiro do Brasil, após a forte crise no ano 2008 em que as usinas sofreram com a retração da oferta de crédito. Com o aumento da demanda por etanol no mercado brasileiro, a crise no setor gerou a consolidação dos grupos internacionais capitalizados adquirirem grandes companhias nacionais, além de já serem responsáveis pela moagem de 20% da cana-de-açúcar produzida no país.

Entre os exemplos de consolidação dos grupos internacionais que levaram ao monopólio da terra e fortalecimento de grupos estrangeiros dominantes nesse processo capitalista, segundo Maria Luisa Mendonça (2010) destacam-se:

- a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities, em outubro de 2009, anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale, de Ribeirão Preto (SP), para aumentar sua produção de cana no Brasil. A fusão criou o Grupo LDC-SEV Bioenergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e etanol. O Grupo pretende produzir 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano e tem participação acionária das famílias Biaggi e Junqueira, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Goldman Sachs.
- a multinacional agrícola Bunge, em janeiro de 2010, anunciou a compra de quatro usinas do Grupo Moema, incluindo a usina Itapagipe, que tinha participação acionária de 43,75% da empresa norte-americana Cargill. Com a negociação, a Bunge passará a controlar 89% da produção de cana do Grupo Moema, estimada em 15,4 milhões de toneladas por ano.

³¹ CMA, açúcar 2009.

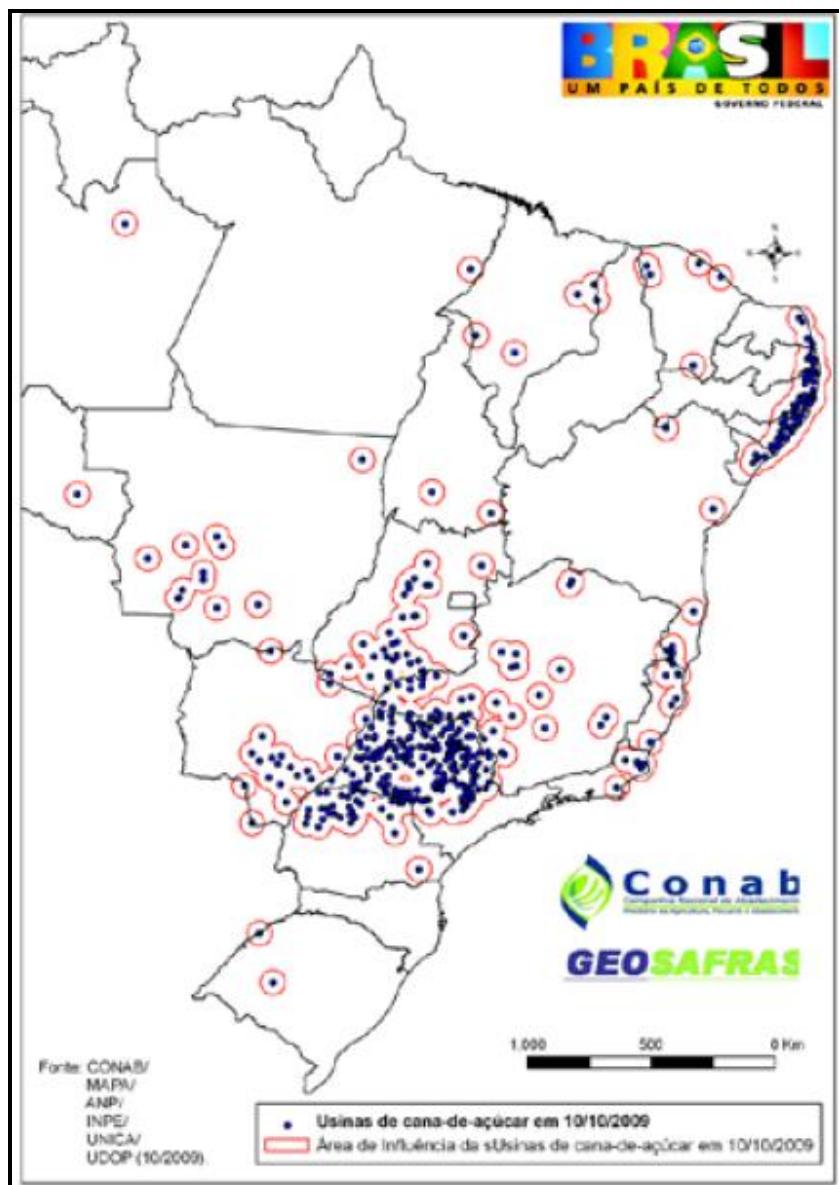
- a fusão da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), em fevereiro de 2010, pretendendo se tornar a maior empresa de etanol no Brasil com capacidade para produzir três bilhões de litros por ano. Alguns dos acionistas da Brenco são Vinod Khosla (fundador da Sun Microsystems), James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial), Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobrás), além da participação do BNDES. Já a Odebrecht tem sociedade com a Empresa japonesa Sojitz. O novo Grupo irá controlar cinco usinas: Alcídia (SP), Conquista do Pontal (SP), Rio Claro (GO), Eldorado (MS) e Santa Luzia (MS).
- a gigantesca petroleira holandesa Shell anunciou uma associação com a Cosan, em fevereiro de 2010, para a produção e distribuição de etanol com o objetivo de produzir quatro bilhões de litros até 2014.

A participação do Governo Federal acontece através do BNDES que pretende desembolsar em 2010 os mesmos R\$ 6 bilhões emprestados ao setor em 2009. Os projetos são relacionados à produção de etanol e açúcar, instalação de plantas de co-geração de energia a partir do bagaço e expansão de canaviais. Entre as companhias na carteira do Banco estão a Cosan, a ETH (controlada pelo grupo Odebrecht), a Iaco Agrícola, (dos grupos Grendene, Irmãos Schmidt e do empresário André Esteves), e a Usina São Fernando (dos grupos Bumlai e Bertin, hoje incorporado ao JBS-Fribói). O Governo atua no setor sucroalcooleiro também através da Petrobrás Biocombustíveis, subsidiária da estatal brasileira de petróleo. A empresa tem como plano comprar a participação acionária e tornar-se sócia de empreendimentos já implantados no ramo do etanol. Em 2009, a Petrobrás definiu a compra de 40% da usina Total, localizada em Bambuí (MG), tendo o investimento de R\$ 150 milhões³².

Com isso, fica claro que a concentração do poder econômico de determinados Grupos continua a inserir no espaço agrário brasileiro a condição de domínios das oligarquias, travestidos das indústrias agrocombustíveis de capital internacional, fortalecendo o território da cana nas mãos dos empresários que dominam o setor com o aval do Estado, intensificando essas “alianças” com o estigma de “desenvolvimento brasileiro”. Como mostra a Figura 04 sobre a influência das usinas no Brasil.

³² CMA, 2009.

FIGURA 04



Fonte: CMA, 2009.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – realizou em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – o levantamento das informações indicativas da dimensão da nova safra de cana-de-açúcar e da previsão de produção de açúcar e álcool para a temporada 2009/2010. De acordo com o levantamento alguns pontos foram

salientados, devido a colheita de cana-de-açúcar que poderá sofrer reflexos da crise econômica instalada no segundo semestre de 2009, ainda não havia sido superada, afetando de forma intensa a maior parte dos grupos econômicos, levando a um conjunto de medidas que devem interferir no resultado final da safra (CONAB, 2009, p. 4-5):

1. Os problemas de fluxo de caixa fizeram com que boa parte das unidades de produção redefinisse suas prioridades e concentrasse os cortes de gastos onde os efeitos advindos fossem os menos severos para a atividade. Neste sentido, a renovação dos canaviais envelhecidos e os tratos culturais convencionais dos canaviais jovens na época adequada, como também a manutenção do parque industrial no período da entressafra foram colocados em segundo plano, sendo antecedidos por despesas consideradas mais urgentes como os salários, a cana de fornecedores, dívidas bancárias e tributos. Da mesma forma, a difícil situação econômica também atinge a maior parte da classe dos fornecedores independentes de cana, que foram obrigados a deixar de realizar os tratos culturais corretos e tampouco fizeram a renovação dos canaviais com baixo rendimento;
2. A falta de tratos adequados da cana, no período correto, além de afetar seu crescimento vegetativo pode comprometer a resistência da planta e favorecer o aparecimento de doenças oportunistas e, também, tornar os canaviais mais sensíveis a eventuais condições adversas do clima. Assim, neste momento que antecede o início da safra, as dúvidas sobre o comportamento da produtividade média de campo dos canaviais bem como o número de dias com a moagem suspensa por problemas nas máquinas e motores, aumentam o grau de incerteza sobre o resultado final da safra;
3. A existência de um grande volume de cana madura não colhida que remanesceu da safra passada (montante estimado em número próximo a 28,0 milhões de toneladas) tem um efeito inverso na mensuração do volume da safra que será processada. Esta cana alongou seu período de desenvolvimento vegetativo por vários meses e teve um expressivo ganho de peso e esta ocorrência coloca mais dúvidas sobre a quantidade final da cana que será processada na safra. Além

disso, esta cana deve apresentar uma forte redução no volume concentrado de sacarose e produzir um menor volume de açúcar ou álcool por unidade de área;

4. A maior destinação proporcional da cana para a fabricação de açúcar, em detrimento do álcool. Esta decisão, que pode ser tomada pelas unidades de produção mistas e capazes de produzir açúcar e/ou álcool, está associada à melhor remuneração que o açúcar deverá proporcionar nesta safra. Vale observar, entretanto, que a produção de álcool também estará crescendo e, certamente, o volume disponível será suficiente para garantir a regularidade do abastecimento doméstico e as exportações.

Nessa relação os dados obtidos pela CONAB, representados a seguir na tabela mostra que a cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro esteve o comparativo quase equiparado das safras de 2008 e 2009, nas estimativas levantadas pelo órgão competente. Como pode ser visualizado na Tabela 07.

TABELA 07
Cana-de-Açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro
Safras 2008 e 2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)				PRODUÇÃO (Em mil t)				
	Safra 2008	Safra 2009	VAR. %	Safra 2008	Safra 2009		VAR. %	Safra 2008	Safra 2009		VAR. %	
					Lim. Inf.	Lim. Sup.			Lim. Inf.	Lim. Sup.		
NORTE	22,5	22,5	-	65.258	62.564	65.118	(4,10)	(0,20)	1.468,3	1.407,7	1.465,1	(4,10) (0,20)
RO	1,9	1,9	-	63.000	37.044	38.556	(41,20)	(38,80)	119,7	70,4	73,3	(41,2) (38,80)
AM	3,9	3,9	-	80.500	82.923	86.308	3,00	7,20	314,0	323,4	336,6	3,00 7,20
PA	11,0	11,0	-	68.146	66.783	69.508	(2,00)	2,00	749,6	734,6	764,6	(2,0) 2,00
TO	5,7	5,7	-	50.000	49.000	51.000	(2,00)	2,00	285,0	279,3	290,7	(2,0) 2,00
NORDESTE	1.052,6	1.061,7	0,90	61.197	59.241	59.591	(3,20)	(2,60)	64.416,8	62.898,1	63.269,7	(2,4) (1,80)
MA	38,9	40,4	3,90	61.311	54.969	57.213	(10,30)	(6,70)	2.385,0	2.221,9	2.312,5	(6,8) (3,00)
PI	13,1	13,2	0,76	68.718	70.929	73.825	3,20	7,40	900,9	937,0	975,2	4,0 8,20
CE	1,8	1,8	-	68.889	45.526	45.526	(33,90)	(33,90)	124,7	82,4	82,4	(33,9) (33,90)
RN	59,5	59,5	6,85	55.406	56.000	58.286	1,10	5,20	3.296,7	3.332,0	3.468,0	1,1 5,20
PB	112,5	112,5	-	54.373	54.373	54.373	-	-	6.117,0	6.117,0	6.117,0	- -
PE	321,4	321,4	-	59.489	57.550	57.550	(3,30)	(3,30)	19.119,8	18.496,5	18.496,5	(3,3) (3,30)
AL	432,0	432,0	-	63.426	61.967	61.967	(2,30)	(2,30)	27.400,0	26.769,8	26.769,8	(2,3) (2,30)
SE	36,0	36,0	-	66.111	64.663	64.663	(2,20)	(2,20)	2.380,0	2.327,9	2.327,9	(2,2) (2,20)
BA	37,4	45,1	20,60	71.997	57.953	60.318	(19,50)	(16,20)	2.692,7	2.613,7	2.720,3	(2,9) 1,00
CENTRO-OESTE	900,8	1.085,9	20,50	73.834	78.543	80.130	6,40	8,50	66.510,1	85.291,0	87.014,0	28,2 30,80
MT	223,2	223,2	-	72.177	66.812	68.162	(7,40)	(5,60)	16.109,9	14.912,5	15.213,7	(7,4) (5,60)
MS	275,8	335,1	21,50	75.251	79.738	81.349	6,00	8,10	20.755,0	26.721,2	27.261,0	28,7 31,30
GO	401,8	527,6	31,31	73.781	82.747	84.419	12,20	14,40	29.645,2	43.657,4	44.539,3	47,3 50,20
SUDESTE	4.568,3	4.976,7	8,90	86.486	84.232	85.934	(2,60)	(0,60)	395.094,5	419.195,8	427.664,4	6,1 8,20
MG	601,9	655,9	8,97	73.448	77.473	79.038	5,50	7,60	44.208,4	50.813,7	51.840,3	14,9 17,30
ES	65,2	68,8	5,44	67.776	64.714	66.021	(4,50)	(2,60)	4.419,0	4.449,1	4.539,0	0,7 2,70
RJ	50,0	50,0	-	71.126	70.415	71.837	(1,00)	1,00	3.556,3	3.520,7	3.591,9	(1,0) 1,00
SP	3.851,2	4.202,0	9,11	89.040	85.771	87.504	(3,70)	(1,70)	342.910,8	360.412,3	367.693,3	5,1 7,20
SUL	544,7	644,3	18,30	82.755	82.628	84.297	(0,20)	1,90	45.076,9	53.238,7	54.314,2	18,1 20,50
PR	524,5	624,5	19,07	84.271	85.057	86.775	0,90	3,00	44.200,1	53.119,9	54.193,0	20,2 22,60
SC	18,1	18,1	-	41.848	42.188	42.188	0,80	0,80	756,8	763,6	763,6	0,9 0,90
RS	2,1	2,1	-	57.150	56.571	57.714	(1,00)	1,00	120,0	118,8	121,2	(1,0) 1,00
NORTE/NORDESTE	1.075,1	1.084,2	0,80	61.282	59.310	59.705	(3,20)	(2,60)	65.885,1	64.305,8	64.734,8	(2,4) (1,70)
CENTRO-SUL	6.013,8	6.706,9	11,50	84.253	83.157	84.837	(1,30)	0,70	506.681,5	557.725,5	568.992,7	10,1 12,30
BRASIL	7.088,9	7.791,2	9,90	80.769	79.838	81.339	(1,20)	0,70	572.566,6	622.031,2	633.727,5	8,6 10,70

Fonte: CONAB – 1º Levantamento: abril de 2009.

3.2 A conjuntura do agronegócio e o monopólio da terra para os donos do capital

Guilherme Delgado (2010) analisa que a “modernização conservadora” do campo nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que atendia aos intensos desafios da industrialização e da urbanização elevando e diversificando as exportações primárias e agroindustriais do Brasil; a integração técnica da indústria com a agricultura gerou o fortalecimento das oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. O período da “modernização conservadora” foi fortalecido em programas e projetos especiais, que garantiram ao latifúndio a obtenção de numerosas linhas de apoio e proteção na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização dos patrimônios territoriais mostra o lado conservador desse projeto de modernização (ver dados na Tabela 08).

TABELA 08

**Variações médias em diferentes períodos nos indicadores macroeconômicos e nos preços da terra
1965-2003**

Períodos	1 Taxa média de incremento % PIB geral %	2 Taxa média de incremento % PIB agrícola %	3 Proporção do saldo comercial no PIB geral %	4 Proporção da renda líquida enviada ao exterior no PIB %	5 Incremento real no preço da terra (lavoura) %
1965/80	8,10	4,60	0,38	1,34	35,3
1983/93	2,27	2,35	4,13	3,95	1,9
1994/99	2,82	3,56	(-) 0,56	2,10	(-) 9,1
2000/2003	1,60	4,61	2,07	3,53	5,7

Fonte: DELGADO, Guilherme. *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo, UNESP, 2010, p. 81-112.

De acordo com José Graziano da Silva (2007) no território brasileiro, o domínio que se estabelece são dos latifúndios por exploração e por dimensão, evidenciando no fato do latifúndio garantir a apropriação de mais de três quartos da superfície apropriada do país, sem cultivar intensamente, impedindo com isso mais de doze milhões de trabalhadores rurais de terem acesso à terra e à produção.

A política governamental capitalista preocupou-se somente em estimular a concentração da terra reforçando o poder do latifúndio que era estabelecido pelos tradicionais coronéis, que com o desenvolvimento do latifúndio moderno transformando em grandes empresas nacionais e multinacionais com estímulo a mecanização, gerou-se o desemprego da mão-de-obra e o estímulo ao êxodo rural que beneficia somente o latifundiário. Isso tornou os pequenos produtores em assalariados que prestam serviço às empresas agrícolas na época de colheita, período de maior demanda da força de trabalho (SILVA, 2007).

Mais nefasta ainda ao País e ao homem do campo foi a política governamental de ocupação dos espaços vazios, através da qual foi feita a espoliação dos posseiros e dos indígenas que ocupavam áreas subpovoadas em terras devolutas, com a expulsão ou matança dos mesmos, em benefício de latifundiários que compravam, a preços vis, as terras devolutas, recebendo financiamentos para a implantação de suas empresas (Ibid, p.65-66).

Na formação do espaço agrário brasileiro, o domínio histórico era fortalecido pela classe latifundiária tradicional, que depois do golpe de 1964, contou com o respaldo militar e a subvenção do Estado. A partir da década de 1990 houve grande evidência fática quanto ao distanciamento da política fundiária executada pelo INCRA-MDA, em face dos princípios legais que conferem legitimidade ao direito de propriedade no Brasil, inserindo a estratégia do capital financeiro para acumular e valorizar seu patrimônio fundiário, definido legalmente como improdutivo. No final de 1998 houve a crise de liquidez internacional que afetou a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial, além de recorrer forçosamente aos empréstimos do FMI (DELGADO, 2010).

Evidencia-se assim que o poder político sempre manipulou e organizou a sociedade ao seu bel prazer, de acordo com a tese de Alexandrina Luz Conceição (2001) ao analisar o discurso de Tobias Barreto fica claro que as fortes desigualdades no Brasil foram geradas pela sociedade de privilégios garantidos pelas leis que lhe são cúmplices, tendo nas relações de poder dos partidos políticos a força da violência dos seus discursos, tanto os liberais quanto os conservadores pertenciam a mesma casta social e política, sendo implícita uma relação direta entre as representações partidárias e o primeiro estado, representações que não são distintas por terem a mesma identidade.

Sendo assim, o que se tem no momento atual não é nada novo daquilo que sempre foi representado, o governo brasileiro pactuado de partidos políticos que tem a mesma lógica de governança deliberada pelas contradições das relações sociais. De acordo com Delgado (2010) a partir dos últimos governos – segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Lula – a opção de ação está no fortalecimento do agronegócio que estabelece como estratégia a modernização técnica sem reforma agrária ganhando força política, ao mesmo tempo em que cresce a exclusão no espaço agrário brasileiro. O fortalecimento do agronegócio converte o campesinato em imenso setor de subsistência, ao mesmo tempo em que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais; em detrimento, a massa de

agricultores familiares excluída, se torna força de trabalho assalariada não especializada para se ajustar a lógica do agronegócio.

De acordo com Delgado (2010, p.94) o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio como política estruturada, fortalecido com algumas iniciativas, sendo destaque:

1. o programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”³³, visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio;
2. o explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio;
3. a regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas;
4. a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária – sob mediação estatal) competitivo no comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido”.

Desse modo, o Estado adota a política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária, reforçando as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Constitui-se numa estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos.

³³ O Plano Plurianual de Governo (2000/2003) promoveu, no segundo período do presidente Fernando Henrique Cardoso, a realização de obras rodoviárias, ferroviárias e portuárias, em função a eixos territoriais de desenvolvimento como programa prioritário, no que denominou “Brasil em Ação”. Isso visou a incorporar novos territórios e melhorar a infraestrutura preexistente para o incremento das exportações no Sudeste e Centro-Oeste (via bacia do Prata), no Norte (para a bacia Amazônica) e no Nordeste para os vários portos da região. Os investimentos efetivamente realizados ficaram muito aquém do idealizado, mas foram as maiores prioridades desse plano de governo.

Com a estratégia do agronegócio na promoção dos interesses particulares para enfrentar os dilemas das questões agrárias e da crise do desemprego no conjunto da economia, Delgado (2010) cita a proposta da reforma e do desenvolvimento rural requerendo a desmontagem das condições essenciais que fortalecem a estratégia do agronegócio: frouxidão da política fundiária; restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural. No entanto o atual arranjo da política econômica nacional e internacional bloqueia essas propostas, ao mesmo tempo em que mantém a política de “ajustamento constrangido”, através da forte iniquidade social, estagnação produtiva e degradação ambiental.

A reestruturação agropecuária brasileira processa-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva, mantendo intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do desenvolvimento. Promovendo um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza; acentuando as históricas desigualdades socioeconômicas e territoriais brasileiras (ELIAS, 2006). Tendo as restrições dos níveis de ocupação da força de trabalho envolvidas na produção de *commodities* devido ao padrão tecnológico presente no sistema do agronegócio, sob comando do empreendimento tipicamente de mercado postos somente na obtenção do lucro.

De acordo com Thomaz Junior (2007) a fúria expansionista do agronegócio, conta com o apoio de políticos, via de regra, vendidos, das populações e comunidades regionais, comumente desinformadas, que ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego não percebem que na prática tem-se a intensificação da mecanização e, consequentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego. Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (bóias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista, favorecendo a prática da perseguição à filiação e luta sindical.

Como aborda Teubal (2008), no modelo do agronegócio o campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*, cada vez menos em meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários e menos ainda para os produtores familiares. Retira-se a produção de

alimentos básicos para a formação dos denominados complexos agroindustriais, fortalecendo uma “agricultura sem agricultores” com a presença constante da escassez e má-remuneração do trabalho, que menospreza a tradicional agricultura familiar podendo ser identificada pelo desaparecimento de estabelecimentos agropecuários. Os produtores que conseguem sobreviver e manter-se no setor veem-se sujeitos, mais do que nunca, à agricultura de contrato, que lhes é imposta pelo agronegócio, ou melhor, à provisão de semente e do pacote tecnológico exigido pela empresa de sementes.

Isso acontece pelo fortalecimento dos agrocombustíveis que tem um modelo concentrador e destruidor de produção, sob a manipulação do Estado e do grupo dominante da burguesia que propagam a produção do etanol a partir da expansão agroindustrial da cana mostrando o modelo que tira os pequenos produtores da produção, gerando a subordinação ao capital.

Nesse ínterim, os pequenos agricultores sem condições de estarem no mercado afundam-se em dívidas, pobreza e crise levando as opções de sobrevivência sem escolhas, tornando-se subordinados a determinação do capital que no caso da cana, tem-se o corte, como sobrevivência a intempéries do sistema capitalista. Como o próprio Thomaz Junior (2007) afirma,

É fato comprovado que um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho, o faz à base de 370.000 golpes de podão e 37.000 flexões nas pernas, para golpear a gramínea, caminha quase 9000 metros, carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um, completando 800 trajetos. Nesse esforço, perde, em média, de 7 a 9 litros de água por jornada, freqüentemente sob sol forte das áreas canavieiras do Brasil e de São Paulo, e, quando conta com EPI's adequados, tem maior desconforto térmico, porque tem aumento significativo de sua temperatura corporal, e, quando não conta, vivencia com a própria sorte outras mazelas, como picadas de cobras, cortes nos pés, pernas e ferimentos nos braços, sem contar que, seja como for, não está imune à influência da poeira, da fuligem (*Ibid*, p.15).

E assim a expansão dos canaviais vai sendo atrelada ao trabalho escravo, com vários riscos para a saúde dos trabalhadores como mostra um parecer técnico do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul, publicado em 6 de maio de 2008, (REF: OF/PRT24^a/GAB-HISN/Nº134/2008) concluiu que a queima da cana resulta na formação de substâncias potencialmente tóxicas, tais como monóxido de carbono, amônia e metano, entre outros, sendo que o material fino, contendo partículas menores ou iguais a 10 micrômetros (PM¹⁰) (partículas inaláveis) é o poluente que apresenta maior toxicidade atingindo as porções mais profundas do

sistema respiratório, transpõe a barreira epitelial, atinge o interstício pulmonar e é responsável pelo desencadeamento de doenças graves³⁴.

Com toda essa condição estabelecida no espaço agrário brasileiro de violência e trabalho escravo, a Comissão Pastoral da Terra – CPT – analisa que em 2007, os agrocombustíveis foram apresentados como a grande alternativa ao aquecimento global. A expansão da área plantada com cana-de-açúcar veio acompanhada de grandes investimentos em novas usinas. O etanol se tornou o carro-chefe destes novos combustíveis, mas os números mostram o lado amargo da cana-de-açúcar; 52% dos trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho em condição análoga à escravidão foram encontrados em usinas do setor sucroalcooleiro, 3.131 do total de 5.974. Outras formas de exploração dos trabalhadores e de desrespeito à legislação trabalhista que a CPT registrou, a imensa maioria está ligada ao setor da cana³⁵.

As mazelas existentes na sociedade estabelecida pelo território da cana têm a condição da lógica desigual e combinada do capital, em que a parte que perde nessa condição é a do trabalhador que para sobreviver ficam subservientes a trabalhos precarizados ou mesmo subumanos. O domínio dos usineiros e latifundiários se fortalece cada vez mais junto ao Estado que manipula e tem o agronegócio como o fortalecimento para o “crescimento econômico” do país.

3.3 A Territorialização da Cana em Sergipe: como fica o espaço agrário?

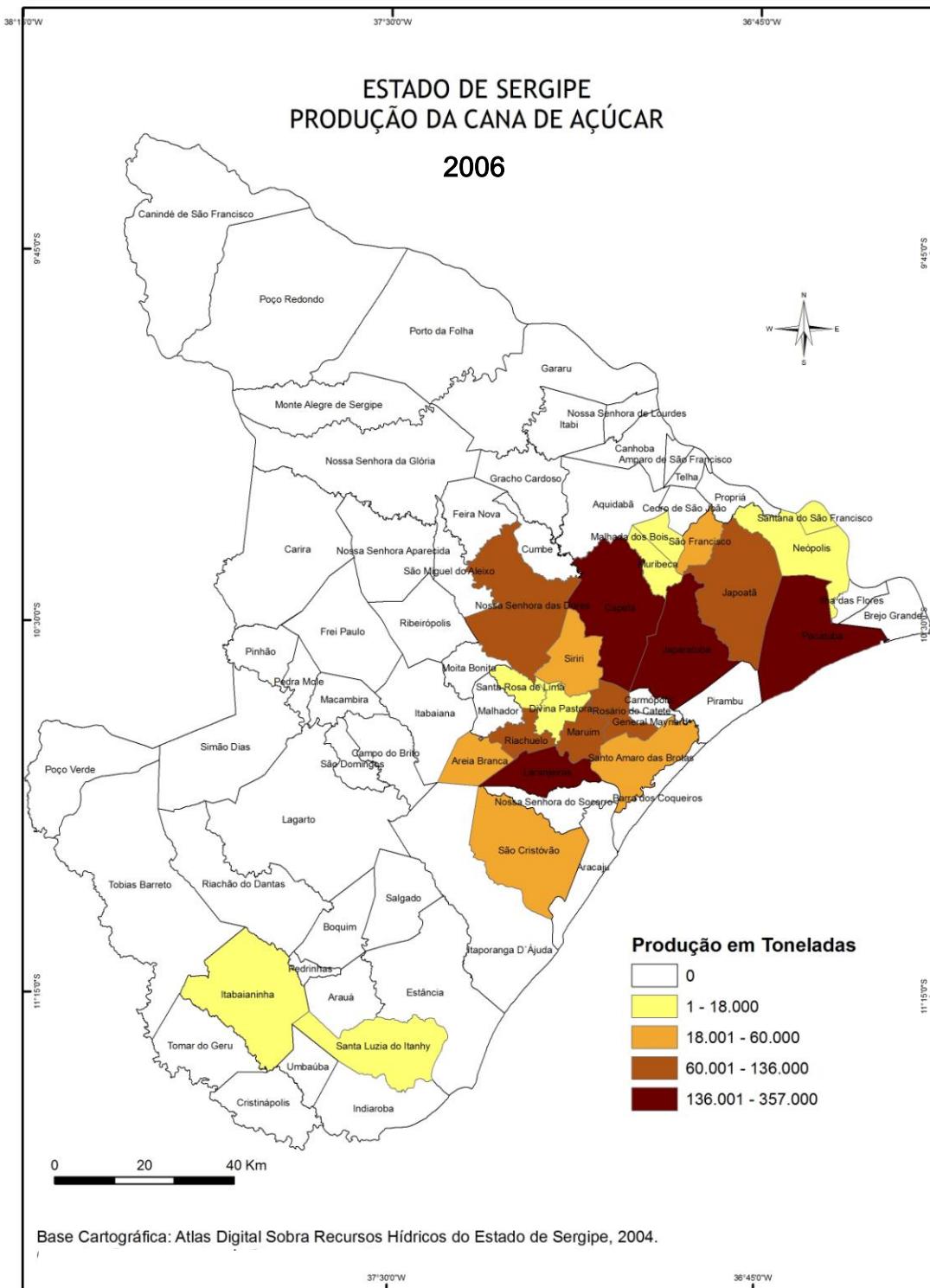
³⁴ A expansão do monocultivo de cana no Cerrado, In: Revista *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008, p.15-20.

³⁵ Violações de Direitos Humanos, In: Revista *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008, p.71-75.

O fortalecimento da produção de etanol combustível, segundo Horácio Martins (2007) tornou o Brasil um território global em disputa pelos grandes potencias mundiais e suas megaempresas multinacionais. A presença do capital estrangeiro é elevada tanto para a aquisição de terras como de usinas sucroalcooleiras, estabelecendo assim a concentração e centralização da riqueza no poder de grupos dominantes da lógica do capital. Esse quadro gera assim vários problemas, como: aumento dos preços da terra; parcerias ou arrendamentos de terras, através da relação de fornecedores de cana e usina; expansão da plantação de cana; surgimento de novas usinas com capital estrangeiro; além dos impactos ambientais e sociais decorrentes da aceleração do agronegócio.

Nos últimos anos no estado de Sergipe tem havido um novo impulso para a produção da cana-de-açúcar, com a ampliação no plantio, não só na antiga área de concentração dessa atividade econômica, ou seja, a histórica região da Cotinguiba situada na Zona da Mata, como também em contínua ampliação em outras áreas. Como pode verificar na Figura 05.

FIGURA 05

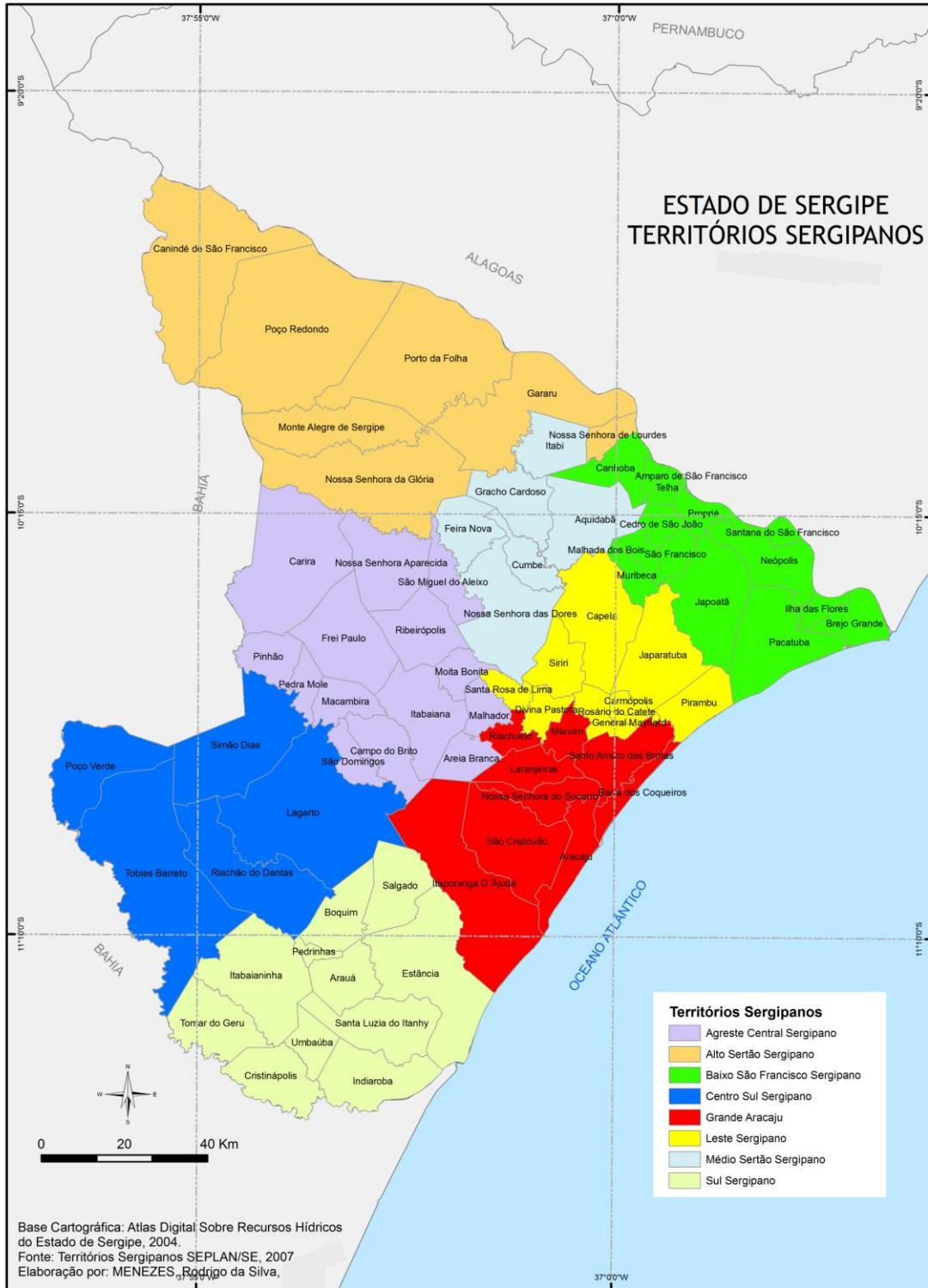


Deve-se destacar que a partir de 2007 no estado de Sergipe, houve mudanças do planejamento e gestão para o desenvolvimento, via Política Governamental, gerando a divisão dos municípios sergipanos através da implementação dos Territórios de Desenvolvimento de Sergipe. Modelo territorial que visa as ações e programas governamentais nas diferentes convergências territoriais para a alocação dos investimentos³⁶ (Observar Figura 06).

A lógica estabelecida no processo de organização do espaço se tem num controle de corporeidade do Estado aos modos do capital. De acordo com Marcelo Mendonça (2004), a configuração territorial decorrente das ações empreendidas pelo capital nas últimas décadas, evidencia a velha estratégia de recortamentos territoriais – bases militares – associadas à estratégia de se assenhorar das áreas que apresentam recursos naturais de interesses das empresas mundializadas.

³⁶ Retirado da Revista “*Sergipe: um estado de grandes oportunidades*”, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC, Governo do Estado de Sergipe, 2008.

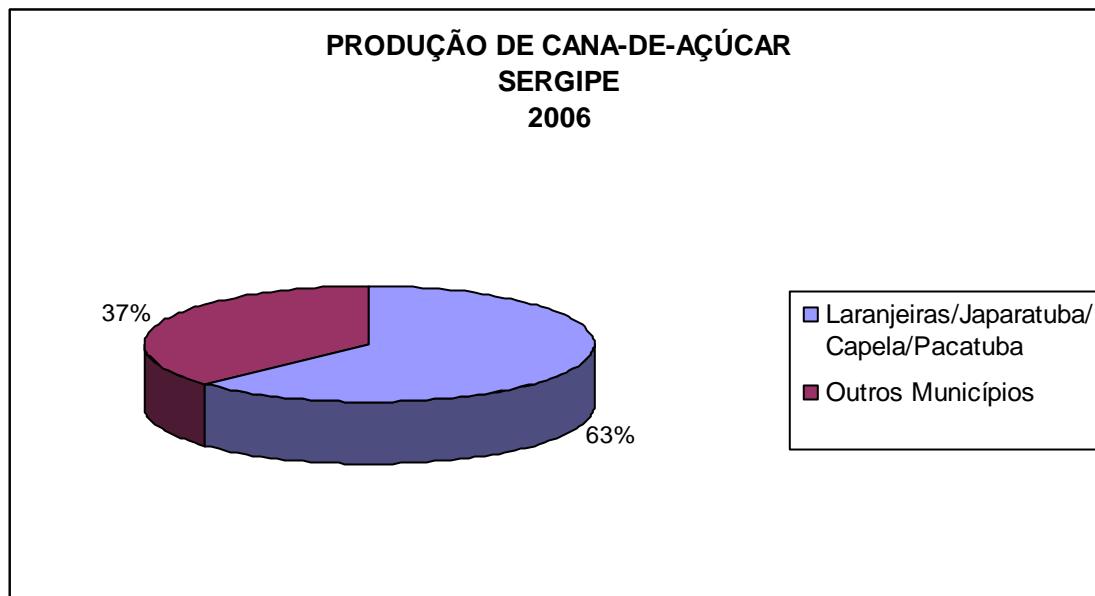
FIGURA 06



Fonte: SEPLAN/SE, 2007.

Como os estudos realizados pelos órgãos competentes evidenciam os produtos agrícolas por regiões, então a análise da pesquisa é feita a partir das regiões sergipanas. Sendo assim, conforme os dados do IBGE (2006), a área de plantio da cana-de-açúcar está compreendida na região da Cotinguiba dividida em duas microrregiões: a microrregião do Cotinguiba formada pelos municípios de Capela, Divina Pastora, Santa Rosa de Lima e Siriri – e a microrregião do Baixo Cotinguiba, constituída pelos municípios de Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, Carmópolis e General Maynard. Estes dois últimos, não possuem canaviais. Além da presença da produção de cana-de-açúcar nos municípios de Japaratuba, Pacatuba, Japoatã, Nossa Senhora das Dores, Areia Branca, São Cristóvão, Neópolis, Muribeca, São Francisco, Malhada dos Bois, Santana do São Francisco, Santa Luzia do Itanhé e Itabaianinha. Evidenciando o domínio na produção de cana-de-açúcar de alguns municípios sobre os demais (observar Gráfico 01).

GRÁFICO 01



Fonte: IBGE, 2006.

Org.: SHIMADA, S. de O.

De acordo com os dados obtidos em meados de 1970 para 1980 observa-se que a produção de cana-de-açúcar no estado de Sergipe se inseriu na lógica do Programa do Governo Federal – PROÁLCOOL – gerando momentos de expansão e recuo da produção canavieira; com período de redução de área plantada, houve queda na quantidade de cana produzida. Atualmente tem havido um grande *boom*, com uma contínua expansão da produção canavieira, em uma arrancada significativa. (Apêndice 1)

Conforme estudo realizado pela EMBRAPA³⁷ (2007) houve uma mudança na geografia agrícola nas microrregiões sergipanas. No período que compreende 1990 a 2004, os cultivos temporários ocupavam mais de 60% da área total cultivada (ver tabela 09). A microrregião de Japaratuba, por exemplo, líder em concentração de área para cultivos temporários, com 12% dos 15.355h cultivados, em 2004 assinala uma queda de 50% da área cultivada, sendo superada pelas microrregiões de Tobias Barreto (24%) e Carira (15%).

³⁷ Estudo realizado pela EMBRAPA, In: CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez; MANDARINO, Diego Costa; SIQUEIRA, Otávio João Wachholz de. Mudanças na Geografia Agrícola no âmbito de Microrregiões: Sergipe, 1990 e 2004, Aracaju: **EMBRAPA**, 2007. Disponível em <<http://www.cpatc.embrapa.br>> acesso em 08/12/2007.

TABELA 09
Sergipe: Área Total de Cultivo Temporário e Permanente
1990-2004

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA TOTAL CULTIVO TEMPORÁRIO		ÁREA TOTAL CULTIVO PERMANENTE	
	1990	2004	1990	2004
Sergipana do Sertão do S. Francisco	16.087	32.240	25	118
Carira	21.774	31.136	6	31.145
Nossa Senhora das Dores	9.478	11.774	331	326
Agreste de Itabaiana	16.109	13.284	803	1.968
Tobias Barreto	16.789	52.088	376	627
Agreste de Lagarto	15.424	15.925	12.043	12.629
Propriá	15.214	13.048	4.530	7.202
Cotinguiba	8.434	6.909	401	1.061
Japaratuba	18.362	13.207	10.451	12.783
Baixo Cotinguiba	8.638	11.055	8.320	4.585
Aracaju	1.518	1.200	10.967	4.287
Boquim	6.268	6.383	26.999	38.180
Estância	4.260	4.845	16.219	23.094

Fonte: EMBRAPA, 2007.

A produção da cana-de-açúcar teve redução na área e na participação no cenário da agricultura, como aconteceu nas microrregiões de Nossa Senhora das Dores, Agreste de Itabaiana, Cotinguiba, Propriá e de Japaratuba (ver Tabela 10). Isso aconteceu por causa do dinamismo e estímulo dado à fruticultura, ao arroz e ao coco; a produção de milho, que cresceu também nesse período, possivelmente, deslocou a cana-de-açúcar de antigos plantios praticados no início da década de 1990 (Ibid, 2007).

TABELA 10
Sergipe: Área Colhida de Cana-de-Açúcar
1990-2004

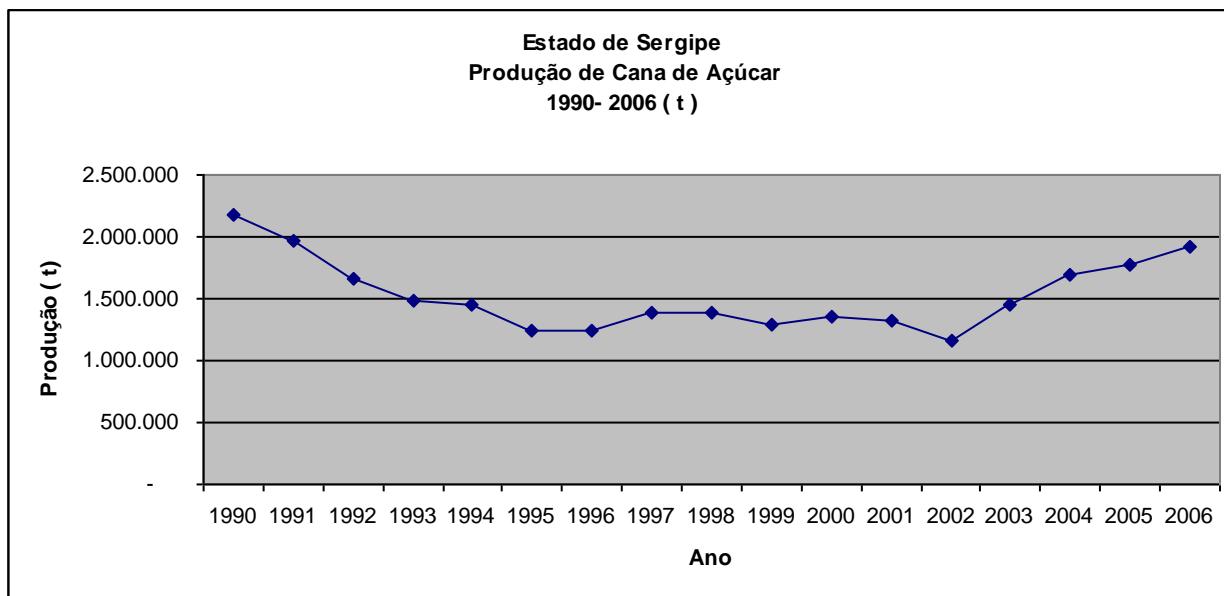
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	1990	2004
Nossa Senhora das Dores	1.697	1.054
Cotinguiba	6.430	3.650
Baixo Cotinguiba	7.530	9.595
Boquim	20	—
Própria	6.022	233
Japaratuba	14.280	9.270
Agreste de Itabaiana	1.310	600
Aracaju	815	800
TOTAL	38.104	25.202

Fonte: EMBRAPA, 2007.

De acordo com o estudo da Embrapa a redução na produção da cana-de-açúcar na economia de Sergipe foi proveniente da existência de apenas duas usinas de transformação no estado, havendo redução e/ou estabilidade da produção nas microrregiões.

O período de estabilidade é acompanhado de mudança na economia nacional, pois o investimento feito a produção sucroalcooleiro da mesma maneira ocorreu em Sergipe, que gerou mudanças profundas no cenário local numa dinâmica no espaço agrário, causando desequilíbrio devido à territorialização da cana avançar em ritmo acelerado em Sergipe, podendo ser verificado na Tabela 11.

TABELA 11
Sergipe: Produção da Cana-de-açúcar
1990-2006

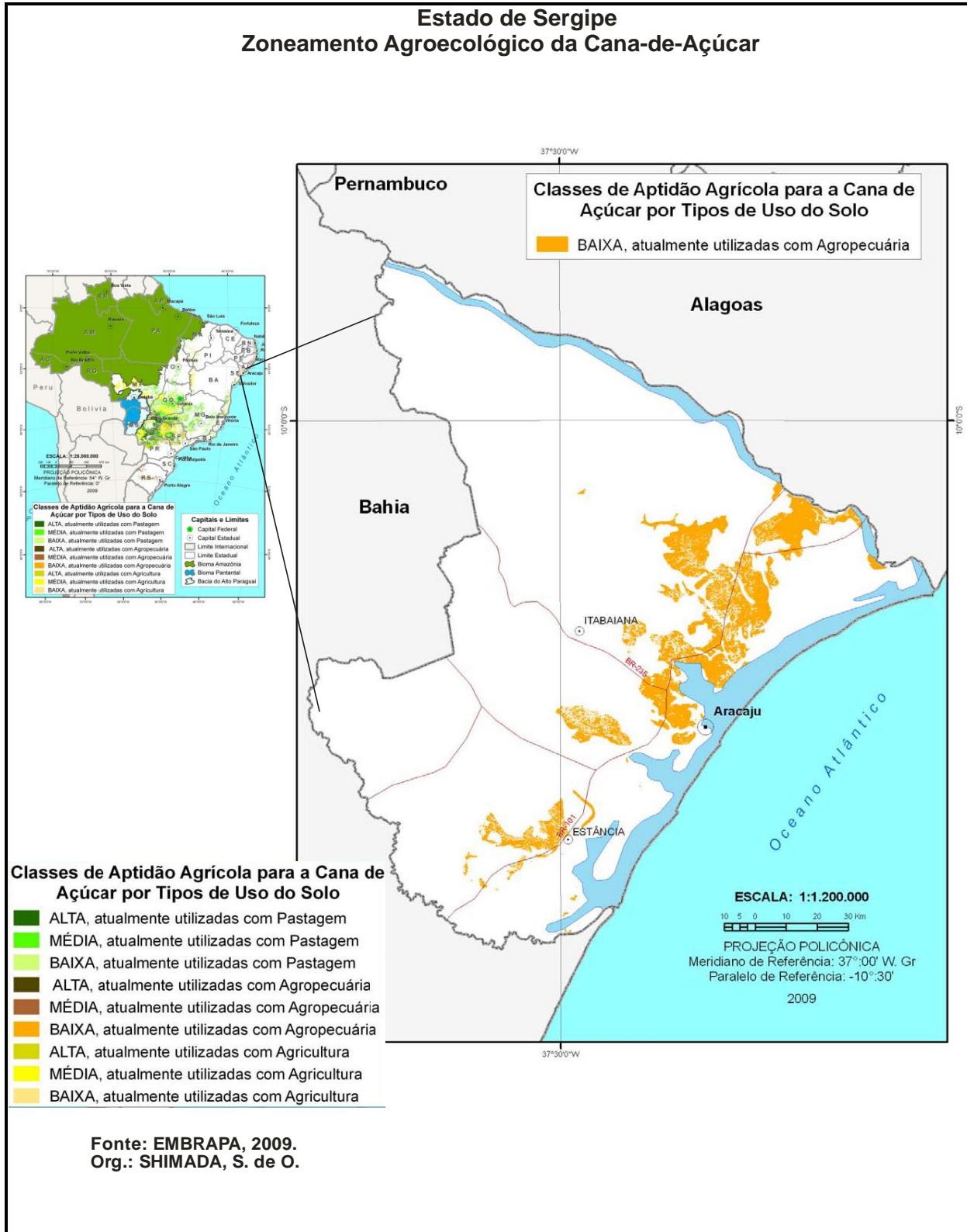


Fonte: IBGE – Produção cana-de-açúcar de Sergipe, 2006.

Conforme os dados obtidos, pode-se afirmar que a partir de 2003/2004 o estado de Sergipe teve um aumento significativo na produção de cana, o que na nossa análise indica que ele acompanha o *boom* da economia nacional no processo de expansão, para o atendimento da procura deste produto no mercado externo, em decorrência do estímulo ao consumo de agrocombustível ao priorizar a produção de etanol e biodiesel para os veículos *bi-flex*.

Deve-se frisar que de acordo com estudo da Embrapa (2009) o solo de Sergipe não possui uma alta produtividade, por isso não tem uma significação, com referência a outros estados brasileiros (Figura 07). No entanto, numa dimensão local o agronegócio da cana se fortalece e o território canavieiro ganha dimensões nunca antes vistas, seu aumento acontece em municípios que anteriormente não tinha plantação da cana.

FIGURA 07



Fonte: EMBRAPA, 2009.

Organização: SHIMADA, S. de O.

A partir dos primeiros anos do novo milênio, o retorno crescente da produção de álcool combustível, na economia sergipana está associado ao *boom* da expansão da cana-de-açúcar, que faz parte da dinâmica da economia nacional, conforme modelo implementado pelo agronegócio. O dinamismo econômico provoca o interesse da unificação do mercado para a reprodução do capital e consequentemente resulta na desigualdade da propriedade fundiária da terra. A expansão das exportações agrícolas gera o processo de concentração do mercado de terras por grandes propriedades.

Conforme pesquisa de campo realizada nos municípios sergipanos, em áreas onde eram plantados cultivos de subsistência o que se constata hoje é a presença da plantação da cana-de-açúcar como um “imenso campo verde” sem a presença humana ao longo do percurso, onde o monocultivo da cana domina todo o entorno. Como pode ser observado nas Figuras 08 e 09.

FIGURA 08



Fig 8: Presença do cultivo da cana-de-açúcar ao longo da BR-101, próximo ao município de Laranjeiras.
Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2008.
Foto: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 09



Fig 9: Presença do cultivo da cana-de-açúcar ao longo das rodovias estaduais, próximo ao município de Neópolis.

Fonte: Pesquisa de campo, abril, 2010.

Foto: SHIMADA, S. de O.

A expansão da produção canavieira aconteceu em detrimento ao agronegócio ter se estabelecido como prioridade ao crescimento econômico do país, auxiliado pelo Governo Federal. Sendo assim, houve a alta nas exportações do etanol que ocorreu com a queda da produção na Índia –o maior produtor do mundo – e a crise do milho nos Estados Unidos. O etanol é o produto de exportação do Brasil, de acordo com dados da UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar – produz aproximadamente 24 bilhões de litros de álcool e a estimativa era que em 2009 chegassem a um aumento de mais de 04 bilhões de litros, representando um crescimento de 27% em relação à safra anterior de 2007/2008 (JORNAL CINFORM, 2009).

Nesta trajetória, em Sergipe, o próprio Programa de Governo estabelece prioridades à agricultura, através de um planejamento estratégico, recomposição do quadro de pessoal, qualificação e requalificação de pessoal e reordenamento da estrutura operacional do setor público agrícola, direcionando investimentos para a agricultura familiar, por compor a maioria das unidades de produção em Sergipe. As mudanças nos rumos da agricultura pelo Governo do

Estado levam a um novo enfoque que são: irrigação como elemento integrador e indutor do desenvolvimento territorial; sistemas produtivos articulados com o segmento agroindustrial para processamento da produção; e sistemas produtivos articulados com o mercado, através de contratos firmados entre produtores e empresários³⁸.

Com ênfase ao agrocombustível para a produção do etanol, a produção da cana-de-açúcar tem sido uma vertente em ascensão no mercado nacional. Segue também a agroindústria sucroalcooleira que vem se expandindo cada vez mais, através do trâmite do Estado como articulador de uma política voltada para o crescimento econômico, investindo através de programas de beneficiamento às empresas particulares. Esses programas estão inseridos na estrutura política federal através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – que estimula o crescimento do modelo agrário-exportador, através do monocultivo da produção em larga escala.

O estado de Sergipe acompanha nos últimos anos, a mesma trajetória nacional, através do beneficiamento dado pelo Governo Estadual através do Programa de Desenvolvimento Industrial – PSDI – que concede incentivos fiscais ao empreendimento e apoio na área de infra-estrutura. Nessa forte demanda pelo álcool combustível, os incentivos fiscais concedidos durante 15 anos pelo governo do Estado, em que a produção de álcool – anidro e hidratado – estará isenta da cobrança de ICMS.

Em 2008, Sergipe foi o único estado do Nordeste que ganhou novas usinas: Taquari e Campo Lindo (ver Quadro 03). Com isso, as usinas de Sergipe moeram 2,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em agosto de 2009, volume 8,6% maior do que o registrado no mesmo mês de 2008. Os dados sobre a produção agrícola sergipana, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a cana obteve maior crescimento entre os produtos agrícolas do estado.

³⁸ Notícia “Plano de Agricultura é mostrado aos deputados em 14/06/2007” retirada do Site da Secretaria de Estado da Agricultura e do desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe <<http://sagri.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=24>>acessado em 06/01/2009.

QUADRO 03

Sergipe: Relação das Usinas 2008

USINAS	LOCALIDADES	PRODUÇÃO SAFRA 2007/2008
Campo Lindo	Nossa Senhora das Dores	Álcool
Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool	Japoatã	Álcool
Destilaria Taquari	Capela	Álcool
Junco Novo	Capela	Álcool
Pinheiro	Laranjeiras	Mista
Termelétrica Iolando Leite (antiga Carvão)	Capela	Álcool

Fonte: Site da Agricultura do Governo Federal³⁹.

Adaptação: SHIMADA, S. de O., 2010.

A usina Taquari do Grupo Samam⁴⁰ recebeu investimentos de R\$ 68 milhões, tendo capacidade para moer 500 mil toneladas de cana por safra. A unidade Taquari, que incrementará o faturamento atual do Grupo, hoje em R\$ 360 milhões, vai produzir 460 mil litros de álcool/dia e vai gerar 10 MW. A matéria-prima necessária – cana-de-açúcar – representa 60% do utilizado para a produção, já os demais 40% vem de pequenos agricultores locais⁴¹.

A mesma vantagem foi dada ao Sr. Carlos Vasconcelos, presidente da Agroindustrial Campo Lindo, que fez um aporte de R\$ 120 milhões para dar vida a esse empreendimento - 80% do valor foi financiado pelo Banco do Nordeste (BNB). A usina distribui combustível aos postos Petrox, pertencente a mesma família, com atuação nos estados de Sergipe, Paraíba, Bahia e

³⁹ Site da Agricultura Federal <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/USINAS_DESTILARIAS/USINAS_CAD_ASTRADAS/UPS_11-05-2010_0.PDF>, acessado em 15/05/2010.

⁴⁰ Empresa que se transformou em um holding que abrange mais de 20 empresas em diversos seguimentos como: móveis, decorações, automóveis, caminhões, tratores, empresa de pecuária, agrobusiness, indústria, clínicas hospitalares e serviços em geral (Extraído do site <http://www.sama.com.br/samamholding/interna.wsp?tmp_page=institucional>, acesso em 12/04/2010).

⁴¹ Extraído da notícia Sergipe faz suas apostas no etanol, Intelog de 18/08/2008 do site: Etanol Brasil Blog, visitado em 02/03/2009.

Alagoas. A empresa Agroindustrial Campo Lindo começou a operar em setembro/2008 no município de Nossa Senhora das Dores com a unidade de produção de energias renováveis, como etanol, biodiesel e co-geradora de energia elétrica. Com objetivo para o biodiesel com a colheita de um milhão de toneladas de cana por safra querem atingir 500 mil litros de etanol por dia, tendo como meta a plantação de 16 mil hectares de cana em 06 municípios do Estado⁴². Os postos de gasolina crescem cada vez mais num fortalecimento do grupo da Petrox, que instaura o domínio empresarial do setor de combustível nos municípios sergipanos (observar Figuras 10 e 11).

FIGURA 10



Fig 10: Posto de Gasolina no município de Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro, 2009.

Foto: SHIMADA, S. de O.

⁴² Extraído da notícia do JornalCana de 01/05//2008, disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=logistica%26transportesEsecao=cana/clippingEid_materia=30692.htm> acesso em: 02/03/2009.

FIGURA 11



Fig 11: Posto de Gasolina no município de Japaratuba.

Fonte: Pesquisa de campo, abril, 2010.

Foto: SHIMADA, S. de O.

Observam-se assim a participação de grandes empresários de Sergipe que são donos de usina, os mesmos que fizeram parte das oligarquias sergipanas constatando a lógica permissiva da dominação do latifúndio no espaço agrário que fortalece o enriquecimento exacerbado do grupo que domina o poder econômico e político do Estado.

Em pesquisa de campo verificou-se que os que não são donos de usina, possuem grandes propriedades de terra no estado de Sergipe. Desses proprietários alguns fazem a plantação e o corte das canas, tendo trabalhadores de carteira assinada para essa finalidade, vendendo-as para as usinas – são chamados de fornecedores das usinas. A maioria que age dessa maneira são os latifundiários da região da Cotinguiba e participantes da associação dos plantadores de cana de Sergipe.

Já os grandes proprietários de Capela arrendam suas terras para as usinas, dessa maneira elas ficam com as terras desde o primeiro plantio até a última ressocca da cana dando uma média

de 6 a 7 anos. Ou seja, do plantio da cana até a primeira colheita são 18 meses, a partir daí corta-se a cana anualmente, através do rebrotamento da mesma, chamando de soca no primeiro ano do rebrotamento da cana, já para os outros anos tem-se o nome de ressocca. Isso significa dizer que o plantio da cana dá uma média de 4 cortes, para depois fazer a limpeza novamente e plantar. De acordo com os hectares das terras, a produção e o valor da tonelada da cana, o arrendatário irá receber mensalmente a sua quantia. Em entrevista feita ao engenheiro agrônomo da EMDAGRO do município de Capela, Sr. João Bosco de Andrade Lima Filho, este destaca que esta é uma prática lucrativa por não ter nenhuma despesa por parte dos donos das terras.

Sendo uma lógica de lucratividade para os grandes latifundiários sergipanos, já para os pequenos produtores a situação é outra, o capital é pouco para poder competir com grupos de patrimônio elevadíssimo. Com isso, na lógica da política do atual governo há a constante ênfase dada com relação ao espaço agrário sobre a agricultura familiar, em que o Governo visa à agricultura familiar, não como sinônimo de agricultura de subsistência, mas que está diretamente articulada com o mercado, para produzir o que for viável de comercialização, potencializando-se o trabalho da assistência técnica sugerindo cultivos que se transformem em negócios. A atuação se dá através da EMDAGRO que tem o objetivo de prestar suporte técnico gratuito, ajudar na plantação e custeio da lavoura da cana para os pequenos produtores; para receber o empréstimo do governo à assistência técnica a EMDAGRO ajuda na elaboração do projeto, com o recebimento da quantia 2% será para a EMDAGRO.

Os pequenos produtores fazem a plantação e vendem a cana à usina somente no período do corte, o valor sofre variação a depender da distância, pois não se pode demorar muito tempo depois de cortada. Sendo assim o corte e o transporte da cana possuem custos maiores, daí somente os grandes fornecedores poderem fazer todo o processo para a obtenção do lucro total, enquanto que os pequenos produtores não possuem capital suficiente para tal além de ficarem muitas vezes em dívida com o banco financiador do empréstimo consentido para estes pequenos produtores.

De acordo com o entrevistado Sr. João Bosco, 70% da cana cortada são das próprias usinas sergipanas, já 30% restantes são de fornecedores, desses 80% são de fornecedores de até 50 hectares.

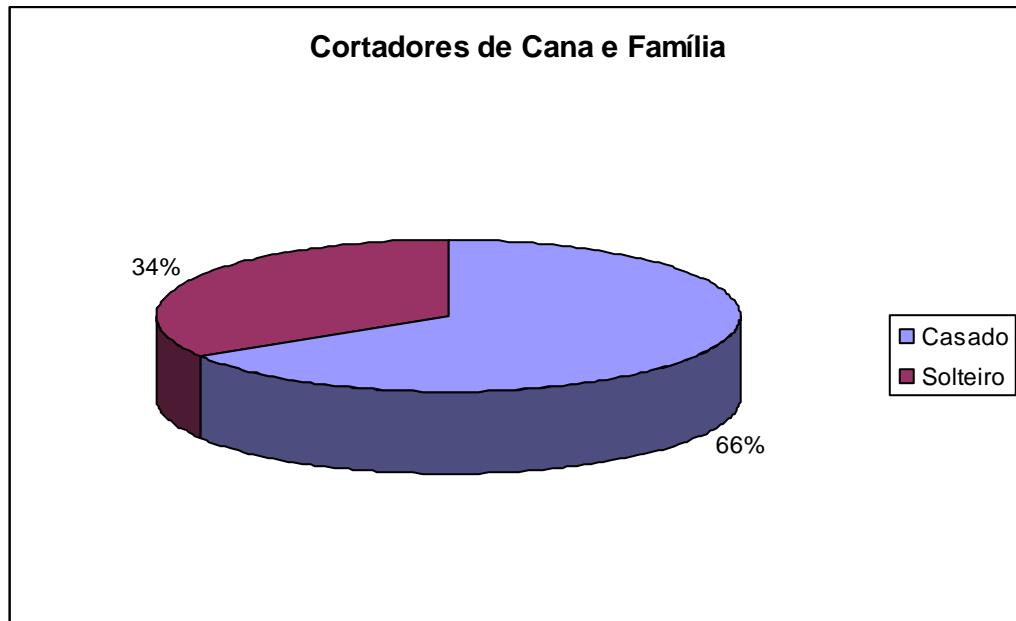
No aumento da produção canavieira sergipana houve uma reorganização no espaço agrário, em que os pequenos produtores por não terem condições de participarem do mercado açucareiro ativamente, arrendam suas terras aos grandes proprietários. Em pesquisa de campo constatou-se que há duas maneiras de arrendamento das terras: a que o pequeno produtor faz todo o serviço do terreno e da plantação, já quando está no período de corte entrega para a usina a qual irá fazer todo o serviço de retirada da cana; e o que faz o contrato de arrendamento total das terras.

Nas duas opções de arrendamento para o pequeno produtor se estabelece uma lógica desigual, pois o mesmo depende do grande capital, subtraído no papel das usinas. Assim no momento em que entrega a cana à usina para o corte, essa é quem ditará o preço e este fica diferente e menor cada vez que a cana para o corte estiver numa distância maior para a usina, ou seja, quem perde é o pequeno produtor. Já no momento que faz o arrendamento total das terras, o produtor receberá um valor, que muitas vezes não representa aquilo que deveria ser pago; e quando arrenda a terra total o pequeno produtor não terá espaço para plantar subsistência, além de que o dinheiro entregue é gasto e depois não terá dinheiro para sobrevivência, levando-o a se tornar um trabalhador da usina nas suas próprias terras.

De uma maneira ou de outra se percebe que o produtor se torna trabalhador, vendendo além da terra, a sua força de trabalho e de sua família numa relação de sobrevivência às intempéries do capital que prevalece no espaço agrário sergipano, produzindo uma (des)configuração através da nova “roupagem” do agronegócio.

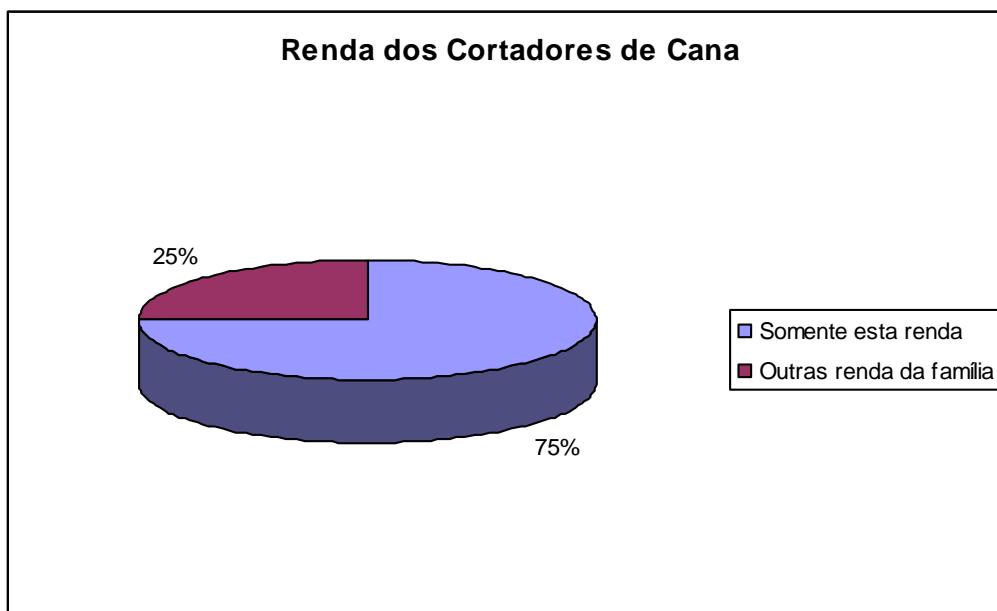
A (des)configuração produzida no espaço agrário devido a territorialidade cada vez mais crescente da cana-de-açúcar no estado sergipano retira a condição de camponês para se tornarem trabalhadores braçais para o capital. De acordo com pesquisa constatou-se que muitos dos cortadores são casados, necessitando trabalhar para sustentar a família, sendo essa a única fonte de renda (Gráficos 02 e 03).

GRÁFICO 02



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Organização: SHIMADA, S. de O.

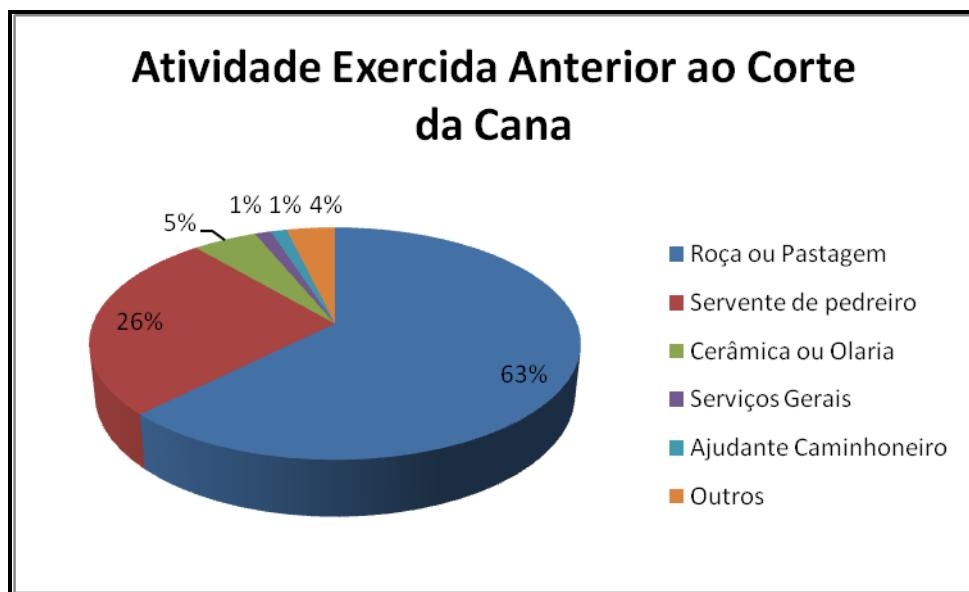
GRÁFICO 03



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Organização: SHIMADA, S. de O.

Para os trabalhadores do corte da cana, o único trabalho que tem um valor certo no final do mês é esse, por ser carteira assinada, pois para a maioria só há a pastagem, que é diária, e quando tem uma terra para limpar; outros tiveram outros serviços, mas sem a carteira assinada (Gráfico 04).

GRÁFICO 04



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Organização: SHIMADA, S. de O.

Mostrando assim o fetiche da carteira de trabalho, imbuído na concepção do “emprego de carteira assinada”. Na prática é um trabalho por produção que requer o esforço físico constante do cortador de cana, que não atingindo o estipulado estará demitido.

De acordo com o vídeo-documentário *Migrantes* (2007)⁴³, algumas usinas possuem o sistema de poda. Se o cortador não atingir a produção estabelecida pela empresa no período de 60 dias, estará demitido. O cortador que foi entrevistado no vídeo-documentário citou que:

- Como a poda é o corte do funcionário que não está chegando a produção que a empresa quer. Aí é um modo que você tem que ser macho, macho e macho. Então, para qualquer trabalho tem dia que você está de bom humor, tem dia que você não está de bom humor. Então no corte da cana é o seguinte: não tem bom humor, é um humor só, é *pá, pá e pá*. E se você disser: Hoje não, eu tomei ontem... O primeiro prejuízo que você toma é na boia que você leva, porque não recompensou ela. E a usina *tá* de olho. Quando der aqueles 60 dias, *pá*, não quer nem saber.

Na lógica do discurso do capital, o homem é apresentado apenas formalmente livre, mas na realidade ele é protegido pela “servidão patrimonialista”, por estabelecer uma condição de assalariado temporário, mas privado dos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista (D'INCÃO, 1983). Nessa simbiose “o que existe por trás do capital, do lucro e do mercado é essencialmente o trabalho, trabalho barato e miserável” (MENEZES, 2007).

O trabalho por ser a maneira de sobrevivência nas intempéries do capital leva o cortador da cana a trabalhar de sol-a-sol no período de safra recebendo o salário para sobreviver com sua família. Fortalecendo no espaço agrário o ser trabalhador, que retira a condição do camponês que plantava para a subsistência e estabelece o trabalhador para o agronegócio (Gráfico 05). A precarização do trabalho existente no corte da cana aponta para a condição do trabalhador à mercê da lógica do capital que tem a produção como viés principal para se estabelecer no período da safra, ou seja, no trabalho temporário.

⁴³ NOVAES, J.R. & ALVES, F., 2007. MIGRANTES, Vídeo-Documentário, DVD, Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 40 minutos.

GRÁFICO 05



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Organização: SHIMADA, S. de O.

Essa realidade mostra o discurso do agronegócio que se fortalece com a junção do Estado, dos usineiros e/ou latifundiários, em direção ao aumento da precarização do trabalho, realizada pela superexploração do trabalhador do corte da cana.

De acordo com estudo realizado nas áreas de expansão canavieira em São Paulo, Thomaz Junior (2007, p.22), afirma que o crescimento contínuo dos patamares mínimos exigidos no corte manual, hoje por volta de 14 toneladas homem/dia, superam as 12 toneladas da safra 2006-2007. De 10 toneladas, em 2005, e em 1969 de 03 toneladas, revelando que o limite para essa frenética superexploração do trabalho só esbarra na morte.

Como pode ser visto nas Figuras 12 e 13, em trabalho de campo realizado na estrada sem pavimentação do Povoado Sibalde, município de Japaratuba:

FIGURA 12



Fig 12: Trabalhadores da Usina Campo Lindo no corte da cana, estrada de acesso ao povoado Sibalde, município de Japaratuba.

Fonte: Pesquisa de campo, março, 2009.

Foto: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 13



Fig 13: Trabalhadores colocando vestimenta de trabalho necessária para o corte da cana.

Fonte: Pesquisa de campo, março, 2009.

Foto: SHIMADA, S. de O.

O incentivo à agricultura de mercado mostra que o agronegócio da cana é um processo que sempre existiu, mas que aparece numa “nova roupagem” que gera a desconfiguração do espaço agrário sergipano através das novas territorialidades em que o domínio do Senhor e do escravo continua existindo numa “falsa” mudança estabelecida pelo agronegócio sucroalcooleiro.

CAPÍTULO IV
AS NOVAS FORMAS DE TRAVESTIMENTO DO TRABALHO “ESCRAVO” -
PRECARIZADO

“[...] Dentro do eito da cana
muitos são molestados
contraem algumas doenças
que lhes deixam mutilados
terminam morrendo a míngua
pelos patrões desprezados.

Quantos deixam suas terras
com o sonho de vencer
cada podada que dão
veem seu suor descer
uma mistura de trabalho
com exploração e sofrer”

(COSTA, Pedro. *A migração e o trabalho escravo na lavoura de cana em São Paulo*)

CAPÍTULO IV

As Novas Formas de Travestimento do Trabalho “Escravo” – Precarizado

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e a condição de domínio do capital estabelecem a relação capital-trabalho de forma contraditória, nas amarras do capital gera a precarização e/ou temporalidade do trabalho. O trabalho precarizado evidencia toda a lógica do processo capitalista de acumulação produtiva tendo sua marca desde o período colonial até os dias atuais; embora instituído o fim da escravidão, nos últimos anos o que se pode observar é o fetiche da carteira de trabalho que na prática antes de constituir um avanço na melhora de vida do cortador de cana, retira de cena seus direitos trabalhistas e o submete de forma mascarada a condição subumana para a obtenção do acúmulo produtivo visando somente os lucros contínuos da usina.

4.1 Na Dialética da Exploração e Expropriação do Trabalho

De acordo com Engels⁴⁴ ao analisar “o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, a importância do trabalho é mais do que a fonte de toda riqueza, pois é a condição básica e fundamental de toda a vida humana podendo afirmar que ele criou o próprio homem. O efeito útil do trabalho existia nos modos de produção para o processo de repetição e acumulação gradual. Com o esgotamento do excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade

⁴⁴Escrito por Engels em 1876. Publicado pela primeira vez em junho de 1895 no jornal do partido social-democrata alemão (Nue Zeit). Publica-se segundo a edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão.

comunal, conduzindo à divisão da população em classes diferentes, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas (ENGELS, 2009).

O controle do capital no sistema de reprodução social sustenta-se pelo processo de expansão ao mesmo tempo de contradições, que terá as “personificações do capital”, como analisa Mészáros em seu livro *Para Além do Capital*, impostas sobre o agente social da produção – o trabalho, este que controla a produção para assegurar o controle do sistema do capital. Nessa lógica do sistema do capital,

a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2002, p, 106).

A condição do capital de permanecer e fortalecer se constitui numa característica essencial à custa da subjugação do trabalho, “porque só o trabalho é capaz de criar riqueza”, ou seja, a medida que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, este terá o salário para pagar, além do lucro referente a força de trabalho. Com isso fortalece o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que ocorre a expropriação e exploração do trabalhador. Assim, a propriedade capitalista torna-se um regime distinto de propriedade, baseando-se no princípio de exploração exercido pelo capital sobre o trabalhador, este fica subjugado aos mandos do capitalista (MARTINS, 1991).

O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. [...] A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (Ibid, p.50-51).

O capital se transforma no mais dinâmico e mais competente extrator do trabalho excedente em toda a história, em que a noção da escravidão e da servidão absolve-o do peso da

dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é internalizada pelos sujeitos trabalhadores. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, em que a sua extração não conhece as fronteiras, estando em sintonia com as suas determinações internas (MÉSZÁROS, 2002).

Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem (Ibid, p. 103).

Para o fortalecimento do sistema do capital, Karl Marx⁴⁵ (2004) analisa que o capitalista desempenha a função de dirigir e explorar o trabalho produtivo, a classe do capitalista seria a produtiva por excelência (*par excellence*). A determinação do trabalho produtivo, como o improdutivo, funda-se no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia, sendo assim o trabalho empregado é trabalho produtor de mais-valia.

De acordo com Karl Marx (2004, p.167-168), a definição do trabalho produtivo e improdutivo por seu conteúdo material origina-se de três fontes:

1. da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias;
2. do processo de trabalho como tal. Só é produtivo o trabalho que resulta em um produto (produto material, já que aqui se trata unicamente de riqueza material);
3. do processo real de reprodução – considerando-se seus momentos reais – relativamente à formação etc. de riqueza, existe grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em simples artigos suntuários.

⁴⁵ Escrito sobre Trabalho produtivo e Trabalho improdutivo In: MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, capítulo VI (inédito), São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas Ltda, 1^aed, 1978, p.70-80.

Sendo assim, “a diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste tão-somente no fato de o trabalho trocar-se por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital” (MARX, 2004, p.169).

Desse modo, a classe-que-vive-do-trabalho são os trabalhadores produtivos que vendem a sua força de trabalho, tendo a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Esse trabalhador produtivo, de acordo com o entendimento dado por Marx, é aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, não se restringindo ao trabalho manual direto, mas também as formas de trabalho que são produtivas e produzem mais-valia. A classe-que-vive-do-trabalho engloba tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem a sua força de trabalho, além dos que estão desempregados pela vigência da lógica destrutiva do capital (ANTUNES, 1999).

O capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se torna ainda mais fundamental para a realização de seu ciclo reprodutivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas (Ibid, p.120).

Na análise de Ricardo Antunes (2007) a relação contratada tayloriana/fordizada que marcou a industrialização do século 20 está em processo de erosão, o capital quer uma classe trabalhadora supérflua que possa oscilar na sua condição de perenidade. Um núcleo cada vez menor trabalha muito e, no outro pólo da superfluidade, há um outro cada vez maior de homens e mulheres que vivem na informalidade, quando não no desemprego. A partir de 1970, houve transformações profundas do capitalismo mostrando que essas mudanças afetaram muito o mundo produtivo e a forma de ser do trabalho, abalando violentamente a classe trabalhadora, o sindicato, os partidos de esquerda. Entre tantas consequências desse vulcão está a precarização estrutural do trabalho; para Antunes essa precarização do trabalho que se vive não é circunstancial, mas sim estrutural, assim como o desemprego. Isso acontece devido ao capitalismo ter uma lógica destrutiva, ele cresce destruindo: o ambiente, a natureza, a força humana de trabalho e através da guerra; o sistema precisa destruir para poder se alavancar. Esse traço afetou bastante a classe trabalhadora.

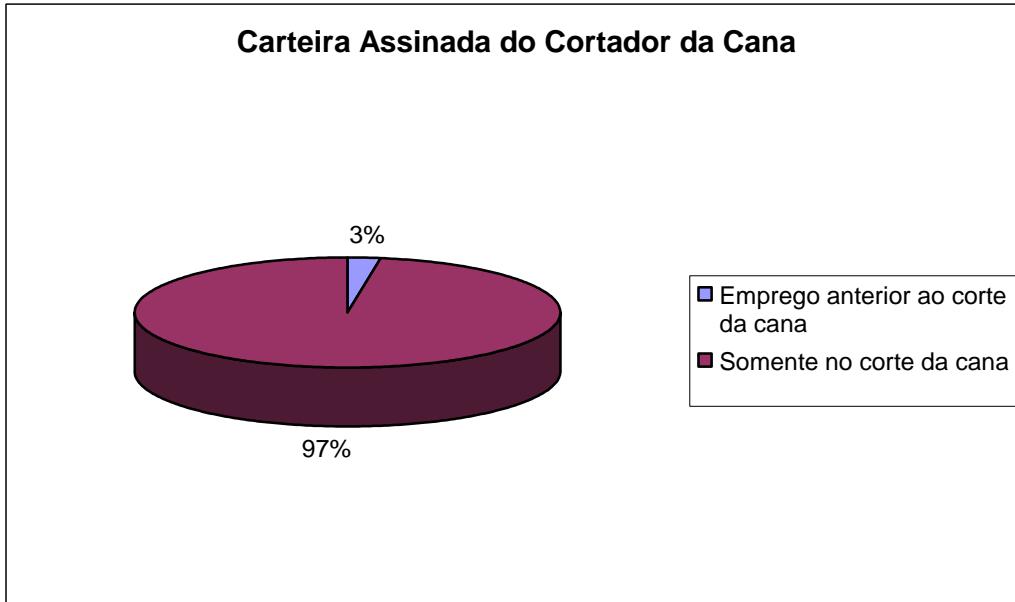
De acordo com Marcelo Mendonça (2007) essa classe trabalhadora é formada por todos aqueles que estão submetidos às diferentes expressões do capital, que os explora, arrancando

mais-valia; são as classes sociais despossuídas dos meios de produção e que, sob diferentes formas vendem sua força de trabalho para assegurar, minimamente, a sobrevivência. Esse processo produz mobilidade populacional, altera as relações sociais de produção e introduz novas modalidades de trabalho.

Em um tempo em que o desenvolvimento é estrutural, a mobilidade vai atender a essa condição, sendo que o crescente número de desempregados é que garante essa dinâmica. Na condição do desemprego estrutural presente na produção capitalista o que se tem é um número crescente de trabalhadores desempregados a procura do emprego que garanta o mínimo de sobrevivência. Esta lógica não é diferente no estado de Sergipe em que a força de trabalho do espaço agrário só tem na sua grande maioria a terra como sustentação de vida; assim trabalham nos roçados e pastagens, ganhando irrigórias diárias quando se tem serviço.

A presença da perspectiva de emprego com o aumento da produção da cana-de-açúcar em Sergipe gera o ímpeto do sonho de mudanças nas vidas desses trabalhadores, no momento em que são chamados a trabalhar para a usina, principalmente pelo discurso da “garantia” da carteira assinada, já que os cortadores em sua maioria nunca tiveram esse benefício. Como pode ser observado na nossa pesquisa de campo em entrevista aos cortadores de cana Gráfico 06.

GRÁFICO 06



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Organização: SHIMADA, S. de O.

No domínio da produção capitalista, o trabalho é a condição de sobrevivência da maioria da população que ao vender a força de trabalho tem em troca a obtenção do salário, como base de meios de subsistência e de garantia do valor em dinheiro. De acordo com Karl Marx (2006, p.34), “o salário se estabelece como soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho”.

Para Martins (1990a), o trabalho é apropriado pelo capital, ou seja, força do capital e não do trabalhador; sendo assim, o trabalhador e a força de trabalho do trabalhador não é produto de trabalho. Nesse sentido, o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário. A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazendo com que o homem se torne trabalhador do capital.

Assim, ele [salário] recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição – ele se mantém livre dos instrumentos e dos materiais de que necessita para trabalhar, já que o trabalho só existe pela sua combinação com esses meios de produção que não são propriedade do trabalhador e sim do capitalista. O salário não é determinado pela pessoa e pela vontade particular do capitalista individual.

O salário é determinado pela taxa de lucro do capital e essa taxa de lucro é determinada socialmente. [...] O capital é a coisa que domina a pessoa, não só do trabalhador, mas também do capitalista. Só que aí o trabalhador perde e o capitalista ganha (Ibid, p. 154).

O pagamento por produção dado ao trabalhador do corte da cana é a maneira mais clara da exploração da força de trabalho, numa lógica perversa de mascarar o sentido do trabalho, pois se retira a ideia de organização do trabalhador em classe, para lutar por reivindicações e principalmente retira dos donos de usina a responsabilidade pelo trabalhador dos seus direitos. Assim, o trabalhador tem em sua perspectiva o aumento da intensidade do trabalho para a garantia do seu salário, até o seu constante desemprego no término da safra, deixando claro que muitos cortadores não terão no fim da vida o direito à aposentadoria.

Francisco José Alves (2007), em entrevista ao site Adital⁴⁶, defende que desatrelar pagamento e produção é a única maneira de garantir uma vida mais longa ao trabalhador e menos acidentes e doenças decorrentes do trabalho. O trabalhador da cana só vai saber quanto produziu depois de um mês, ou no mínimo 15 dias, por saber quantos metros tem a área cortada, mas não vai saber o peso dessa cana (a usina é quem pesa e faz a conversão), fazendo com que o cortador se esforce mais para ganhar mais, levando a casos de morte por excesso de trabalho. Com isso, o autor justifica que se deve parar de pagar por produção na cana e passar a pagar por salário fixo.

Nesse processo de estruturação aglutinada da agroindústria canavieira inserida no espaço agrário brasileiro, e localmente sergipano, verifica-se a presença da exploração e expropriação do trabalhador do corte da cana, como afirma José de Souza Martins (1991) em seu livro *Expropriação e Violência*, demonstrando a diferença entre exploração e expropriação, a qual tem como agente principal o capital. Assim, o aumento da produção canavieira que leva a imensa área verde definida como o “petróleo verde”, escamoteia-se na lógica do agronegócio que inclui na sua “ilusão” a geração de emprego e renda; na prática, o que se determina é a exploração do trabalhador pelo capital através das grandes usinas que tem o apoio do poder estatal para o “crescimento” agrícola do estado, consequentemente do país. Por isso não se deve ter a ideia de que exploração e expropriação são fatos isolados na história brasileira, mas deve atribuí-las como

⁴⁶ALVES, Francisco José. **Corte da cana: fim do trabalho por produção**, in: Adital, 13.08.2007, disponível em <<http://www.adital.com.Br/site/noticia.asp?lang=PT&cód=29006>> acessado em 12/03/2010.

processos simultâneos e articulados pelo poder que o capital exerce na condição do fardo histórico.

4.1.1 O Poderio dos Latifundiários e do Estado

O capital agroindustrial da cana se alia aos agentes dominantes e ao próprio Estado para uma expansão do setor cada vez maior, impondo as contradições da lógica destrutiva do capital que afeta as classes dominadas no processo. Os usineiros/latifundiários com o apoio estatal saem fortalecidos defendendo o discurso do agronegócio para o acúmulo de capital nas suas empresas.

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é de proteger legalmente a relação de forças estabelecidas, nas diversas “personificações do capital” conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais “livremente iniciado”. Na possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso acontece devido a capacidade estatal de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. (MÉSZÁROS, 2002).

À sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas [...]. Tornando sustentável (enquanto permanecer historicamente sustentável) a prática metabólica de atribuir ao “trabalho livre” o cumprimento de funções rigorosamente econômicas numa condição incontestavelmente subserviente, o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital, o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação (Ibid, p.122).

Na lógica do agronegócio a visão dos usineiros e latifundiários é da sua “importância” para com o cortador de cana, no momento em que assina a carteira de trabalho está ampliando o mercado de trabalho para o estado facilitando através dessa parceria o enquadramento de alto índice de empregabilidade; além de propagandear o discurso político de crescimento positivo. Para toda essa lógica de concordata, exige-se ajuda financeira do Estado para continuar a dinâmica de “ajuda mútua” entre os grupos latifundiários e o Estado.

De acordo com entrevista realizada com o Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe, Sr. José Amaro, fica claro o domínio dos latifundiários no campo sergipano numa condição histórica de continuidade dos “coronéis” do açúcar em Sergipe. A Associação existe desde 1940, formada por associados que são médios e grandes produtores no estado e que contribuem com a quantia de R\$0,50 por tonelada de cana vendida a usina, no entanto a única que possui relações comerciais com a Associação é a Usina Pinheiro, devido aos proprietários terem os seus estabelecimentos próximos a esta usina, principalmente os municípios de Riachuelo e Laranjeiras.

As contradições são inúmeras para a manutenção do “desenvolvimento capitalista” no processo de modernização no campo, pondo claramente a inserção do Estado nessa lógica para o capital, através da participação ativa dos incentivos financeiros governamentais concedidos por empréstimos em longo prazo com juros subsidiados (taxas inferiores de juros com relação às taxas normais de mercado) aos latifundiários e donos de usina. Instaura-se assim a mecanização através do avanço tecnológico, gerando rapidez nos negócios e redução do número de trabalhadores.

O Estado tem como preocupação somente aumentar o plantio de cana para a produção de etanol para lucratividade dos seus cofres, garantindo aos usineiros um maior acesso ao crédito, sem priorizar as boas condições de trabalho dos cortadores. Aprofundam-se assim as contradições da sociedade que produz: de um lado, a precarização dos trabalhadores e, de outro, o enriquecimento de um pequeno grupo mandante do capital.

Em entrevista feita ao engenheiro agrônomo da EMDAGRO do município de Capela, Sr. João Bosco de Andrade Lima Filho, fica claro a lógica dos órgãos governamentais sobre a cana-de-açúcar, deixando claro os domínios dos poderes exercidos no estado de Sergipe e a

desvantagem que têm os trabalhadores nesse processo. Pois os grandes latifundiários arrendam suas terras às usinas recebendo mensalmente quantias altíssimas. Os lucros são exorbitantes enquanto que o trabalhador recebe quantias mínimas pelo trabalho de superexploração realizado.

Além das ajudas governamentais “emprestadas” para pagamento em longo prazo, deve-se frisar há o subsídio repassado pelo Governo Federal como estímulo aos produtores que fornecem a cana para a usina, tal concessão é justificada pelos produtores de cana-de-açúcar da região nordeste terem sido penalizados na última safra 2008/2009, com o baixo preço da comercialização da produção – conforme justificativa, o custo da produção foi menor do que o esperado – levando o Governo Federal a garantir, através da Medida Provisória 449/2008, a subvenção aos produtores de cana no valor de até de R\$5,00 por tonelada de cana, entregue a a usina durante a safra de 2008/2009, atingindo até 10 mil toneladas, por produtor⁴⁷.

Nessa lógica perversa fica claro que o empregador não teve nenhum jus com relação ao trabalhador do corte da cana, pois o recebimento realizado por tonelada de cana cortada pelo trabalhador é de R\$5,00 ou muito menos do que isso chegando até a R\$3,70; em alguns casos é que se tem o pagamento ao cortador pela tonelada de R\$6,00 ou R\$7,00, mas são os grandes proprietários de terra particulares que pagam por esse valor aos cortadores, de acordo com pesquisa de campo realizada.

Já em meados de 2009, o Governo de Sergipe lançou programa denominado *Mão Amiga* com o objetivo de renda mínima para trabalhadores dos cultivos da laranja e cana-de-açúcar na entressafra, que funciona nos moldes do Bolsa Família. Dessa forma, estabelece uma mudança para os trabalhadores de cultivos temporários da cana-de-açúcar e da laranja, em que o governo deve conceder um benefício financeiro de R\$190,00 durante os quatro meses de entressafra, período em que ficam desempregados, como condição de “estímulo” para tais trabalhadores. Em contrapartida, estes trabalhadores deverão participar de atividades de capacitação oferecidas pelo

⁴⁷ASPLANOTÍCIAS – O Jornal do Plantador, ano V, nº32, março-abril de 2009 (informativo da associação de plantadores de cana da PB).

governo, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e da Promoção da Igualdade Social (Setrapis)⁴⁸.

Em entrevista realizada com os representantes da FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe -, Nunes dos Santos Alexandre (Secretário de Assalariados Rurais) e Lanielle Amarantes Santana (Assessora na Coordenação de Assalariados e das Mulheres), enfatiza que este Programa é um marco importante para os trabalhadores assalariados que nunca foram beneficiados com projetos pelos governantes, tendo agora essa oportunidade. O Programa tem como iniciativa beneficiar 10 mil cortadores de cana, no entanto os municípios que participam do programa são quatorze (QUADRO 04), mas na realidade deveria atingir mais de 20 municípios. Sendo questionado pelos representantes da FETASE, o governo explicou que o programa seria inicial nestes municípios, mas que no futuro beneficiaria os outros.

QUADRO 04

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MÃO AMIGA TRABALHADORES DA CANA	
Areia Branca	Nossa Senhora das Dores
Capela	Pacatuba
Japaratuba	Riachuelo
Japoatã	Rosário do Catete
Laranjeiras	Santo Amaro das Brotas
Maruim	São Cristóvão
Muribeca	Siriri

Fonte: Site do Governo

⁴⁸ ASN – Agência Sergipe de Notícias. **Estado lança programa de renda para agricultores na entressafra**, de 08/08/2009, disponível em <http://agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:14845/estado_lanca_programa_de_renda_para_agricultores_na_entressafra.html>, acessado em 04/03/2010.

Assim, houve o cadastramento dos trabalhadores do corte da cana realizado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em cada município onde reside e pela EMDAGRO para estabelecer os 10 mil trabalhadores da cana para o recebimento do benefício, “amenizando” os efeitos do desemprego sazonal. A comprovação é feita através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou através de declaração conjunta emitida pelo trabalhador rural.

Deve-se frisar que como o programa instituído, de acordo com o Bolsa Família, significa dizer que estão aptas as famílias devidamente cadastradas para programas sociais, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa. Com isso o benefício não atingirá a todos, uma vez que os cortadores que por trabalharem na exaustividade para tentar receber um pouco a mais não se inserem na renda estabelecida pelo Governo para o recebimento do “benefício” na entressafra. Assim, o trabalho desprendido no corte da cana, que é tão degradante, para os governantes já é o necessário para “passar” o trabalhador no período de entressafra; pois se o dinheiro recebido conseguisse ser guardado para esse período, sem dívidas a pagar para sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, seria o ideal para os cortadores.

4.2 A Carteira de Trabalho: o Fetiche para a Superexploração do Capital

O crescimento sucroalcooleiro com o progresso tecnológico estabelece o aumento da produção canavieira devido a utilização do álcool combustível transformando o campo brasileiro num cenário de domínio do capital, na formação de *commodity* para o mercado internacional. O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital, em que, para manter à lógica do lucro, há a destruição da classe

trabalhadora que é afetada pelo desemprego estrutural, formando o trabalho precarizado ou mesmo o trabalho escravo.

No território do agronegócio açucareiro esta situação está presente através da privatização das propriedades agroindustriais, da ação reguladora do Estado de maneira indireta, da má-remuneração do trabalho, do desemprego e da crescente precarização do trabalho. A exploração dos trabalhadores pelo capital se expande pelo agronegócio no Brasil, em particular o canavieiro intensificando a relação capital-trabalho.

Os trabalhadores da cana-de-açúcar participam do sistema agrícola do agronegócio na condição determinada pelo capital, este que se territorializa extraindo a mais-valia dos trabalhadores, os quais ficam na subalternidade, sem possuir poder para impor outro modelo. Ou seja, a própria condição do capitalismo mascarado pelo agronegócio é a de manter a sua hegemonia no sistema agrícola fazendo-se necessário intensificar a exploração da terra e do trabalhador, destacando as formas de resistência e subalternidade para manterem-se nesse espaço contraditório.

Desse modo a geração de emprego direto e indireto se constitui numa falácia estabelecida pelos donos do poder para propagandear a importância e o crescimento econômico realizado pelo agronegócio no Brasil, na prática o que se têm são baixas remunerações além da superexploração dos trabalhadores do corte da cana.

Destacam-se, assim, as contradições marcadas pela riqueza dos latifundiários e dos grandes usineiros em detrimento dos trabalhadores que enriquecem os patrões no momento em que recebem irrisórios salários, fetichizados pela carteira de trabalho. O que se percebe na atividade canavieira são trabalhadores que no sonho de ter a carteira assinada, são superexplorados, devido a sua remuneração ser ganha por produção.

O corte da cana-de-açúcar exige do trabalhador um alto esforço físico para poder atingir um maior número de cana e garantir ainda assim um baixo salário. De acordo com Alves (2006) o cortador não se limita apenas à atividade de retirada da cana no solo que depende da sua resistência. O trabalho envolve um conjunto de outras atividades, que são:

1. limpeza da cana, com a eliminação da palha que ainda permanece nela;
2. retirada da ponteira;
3. transporte da cana cortada para a linha central do eito; e
4. arrumação da cana depositada na terceira linha em esteira, ou em montes separados um do outro por um metro de distância.

Na prática do corte, especificamente, o trabalhador abraça um feixe (contendo entre cinco e dez canas) e curva-se para cortar a base da cana. O corte tem que ser feito bem rente ao chão, porque é no pé que se concentra a sacarose. O corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota. Depois de cortadas todas as canas do feixe, ele corta o palmito, isto é, a parte de cima da cana, onde estão as folhas verdes, que são jogadas ao solo. Em algumas usinas é permitido aos trabalhadores o corte do palmito no chão, na fileira do meio, onde os feixes são amontoados, neste caso, além de cortar o palmito o trabalhador tem que realizar um movimento com os pés, para separar as pontas das canas amontoadas na linha central. Em algumas usinas as canas amontoadas na fileira central devem ser dispostas em montes, que distam um metro um do outro; em outras é permitido ao trabalhador fazer uma esteira de canas amontoadas sem a necessidade dos montes. Com isto, fica claro que a quantidade cortada por dia de trabalho depende mais, para ganhar mais, de sua força física e habilidade para execução da atividade⁴⁹ (Figuras 14 e 15).

⁴⁹ ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? In: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=316&eid=129>> Acessado em 22/02/2010.

FIGURA 14



Fig 14: Trabalhadores em dupla realizando o corte da cana que coloca enfileirada em feixes que depois serão medidos com a vara contabilizando o quantitativo de tonelada de cana cortada.

Fonte: Pesquisa de campo, março, 2009. Foto: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 15



Fig 15: O feixe da cana cortada.

Fonte: Pesquisa de campo, março, 2009. Foto: SHIMADA, S. de O.

Daí pode-se verificar o ritmo de exploração de trabalho realizado por um cortador de cana, que numa condição sub-humana precisa passar para conseguir atingir o seu salário no final do mês e continuar a fazer parte do quantitativo da empresa. Esta situação é expressa nas falas dos trabalhadores.

- O cortador tem que tirar na média 4 toneladas de cana por dia pois tirando menos com certeza estará fora logo, logo. Na média de 40 varas dependendo do peso da cana, se a cana for forte é menos vara. Quando passa da produção dá para “descansar”.

- Eles determinam quanto será a tonelada se 4 ou 9 varas. Assim se fosse para 4 varas assim mesmo ele colocaria 9 varas. Ou seja, quem sempre ganha são eles... Se falar, reclamar, já sabe qual é o caminho...

- Se a cana for boa é menos vara, quanto pior a cana é mais vara.

- A empresa é quem diz quantas varas será a tonelada, então o cortador nunca terá a compreensão do que ganhará. Pois para a usina 2 moinhos de cana numa ‘bocada’ forma uma tonelada, então eles dizem que têm que fazer 9; então com certeza quantas toneladas na realidade é feita e a usina ganha em cima disso?

- Só não recebe menos que 1 salário porque é carteira assinada...

De acordo com o Caderno Especial Mais (2008), do jornal Folha de São Paulo, exige-se um alto esforço físico para a atividade do corte sendo preciso dar 3.792 golpes, com o facão, e fazer 3.994 flexões de coluna para colher 11,5 toneladas no dia. Nos últimos anos têm sido registradas várias mortes de canavieiros, que foram associadas ao excesso de trabalho, além de inúmeros problemas de saúde.

Estabelece-se como “operário-padrão” aquele que se destaca na agilidade do corte da cana, no entanto essa vem ao mesmo tempo com problemas gravíssimos de saúde podendo

chegar a óbito. Um exemplo citado no Caderno Especial Mais (2008) é de Valdecir da Silva Reis que após começar a trabalhar aos 13 anos, ex-campeão de corte, está hoje, aos 35 anos, com uma hérnia e a coluna “travada”. O cortador que arrancava suspiros dos colegas incrédulos definha na casa onde vive de favor, em Engenheiro Coelho. Na roça, não sentia dores. Hoje Valdecir se queixa de dores de cabeça, na barriga, no peito (não fez avaliação cardíaca), no saco escrotal, no ombro direito, nos braços, joelhos e pernas; de falta de força para levantar uma garrafa d'água; de cansaço após caminhar 800 metros; de ouvir mal por um ouvido. O lado esquerdo do tórax é mais desenvolvido; com o braço esquerdo ele atirava a cana na leira, o corredor aberto na terra onde fica a cana colhida.

O cortador que permanece, só possui emprego no período de safra da cana, que dura 4, 6 ou até 8 meses. Depois desse período são dispensados para voltarem na próxima safra. Por ter a carteira assinada por safra, o trabalhador é explorado na medida em que a carteira é assinada no período de uma safra, mas de acordo com as leis trabalhistas só se tem direito ao benefício do seguro desemprego quem está há um ano de carteira assinada, necessitando o trabalhador estar duas safras no corte da cana.

Na hierarquia atual da usina é importante destacar o rastro estabelecido na produção canavieira com os mesmos abordados na historiografia da época colonial, além de se destacar o domínio dos usineiros. Há a presença do fiscal e dos chefes/encarregados ou cabos de turma das usinas, estes são chamados de feitor pelos cortadores de cana, numa espécie de domínio e subserviência, estabelecidos, como na época colonial (Figura 16).

FIGURA 16



Fig 16: À Direita da foto representantes da Usina: a pessoa que está na motocicleta é o fiscal, os outros dois (o que está de costa, e o outro encostado ao ônibus) são chefe/cabo de turma.

Fonte: Pesquisa de campo, março, 2009.

Foto: SHIMADA, S. de O.

Em entrevista realizada, pode-se verificar o repúdio e medo passado pelos que dominam os grupos de cortadores da cana, pois para a Empresa o que estes falarem sobre a situação em que vivem estará assinando a sua expulsão. Todos os poderes são passados para o denominado cabo de turma, conforme a denominação recebida na estrutura oficial da divisão do trabalho, mas chamado pelos trabalhadores como “feitor”. É o “feitor” o responsável por todo o processo de “contratação”. A sua função consiste em ir aos povoados para “oferecer” emprego. Além também de fiscalizar o trabalhador tanto no número da sua produção para a usina (vale o quanto o trabalhador cortar), quanto na sua demissão, quando esgota o prazo de corte da cana, quando o mesmo não está seguindo as normas da usina, ou melhor, não está produzindo o “suficiente” que a usina exige ou descumpri alguma ordem do chefe.

Nessa situação o trabalhador só tem a condição do trabalho para viver, para obter o salário, quantidade monetária mínima para os meios de sobrevivência. Karl Marx (2006) assinala

que a força de trabalho em ação – o trabalho – é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. Trabalha para viver, nem se quer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. A força de trabalho é uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital.

4.3 A Mobilidade do Trabalho: forma indireta para a garantia do trabalho precarizado – “escravo”

O tempo de permanência do trabalho está diretamente vinculado a produção, o contrato é definido pela quantidade de cana cortada. De acordo com o que se pode verificar em pesquisa de campo havia mudanças de valores pagos aos trabalhadores referente ao corte da cana tanto com relação as usinas, quanto com relação aos grandes proprietários fundiários do estado de Sergipe. O preço dado por tonelada, varia também com relação a cana queimada ou cana crua. Essa variação chega a quase ou até 100% do valor.

De acordo com a pesquisa de campo (2009) a variação do preço pago pela cana queimada ao cortador foi entre R\$ 3,70 a R\$ 5,00 pelas usinas, já no caso dos grandes proprietários fundiários chegou a R\$ 7,00. Os valores da cana crua e queimada já vêm informados na carteira de trabalho, como pode ser visualizado na Figura 17. No contrato de trabalho automaticamente é assinada a carteira de trabalho, no entanto se o trabalhador não atende ao perfil exigido, ele sumariamente é demitido. Esta demissão inclusive é considerada oficialmente justa por não atender ou mesmo descumprir o contrato.

FIGURA 17

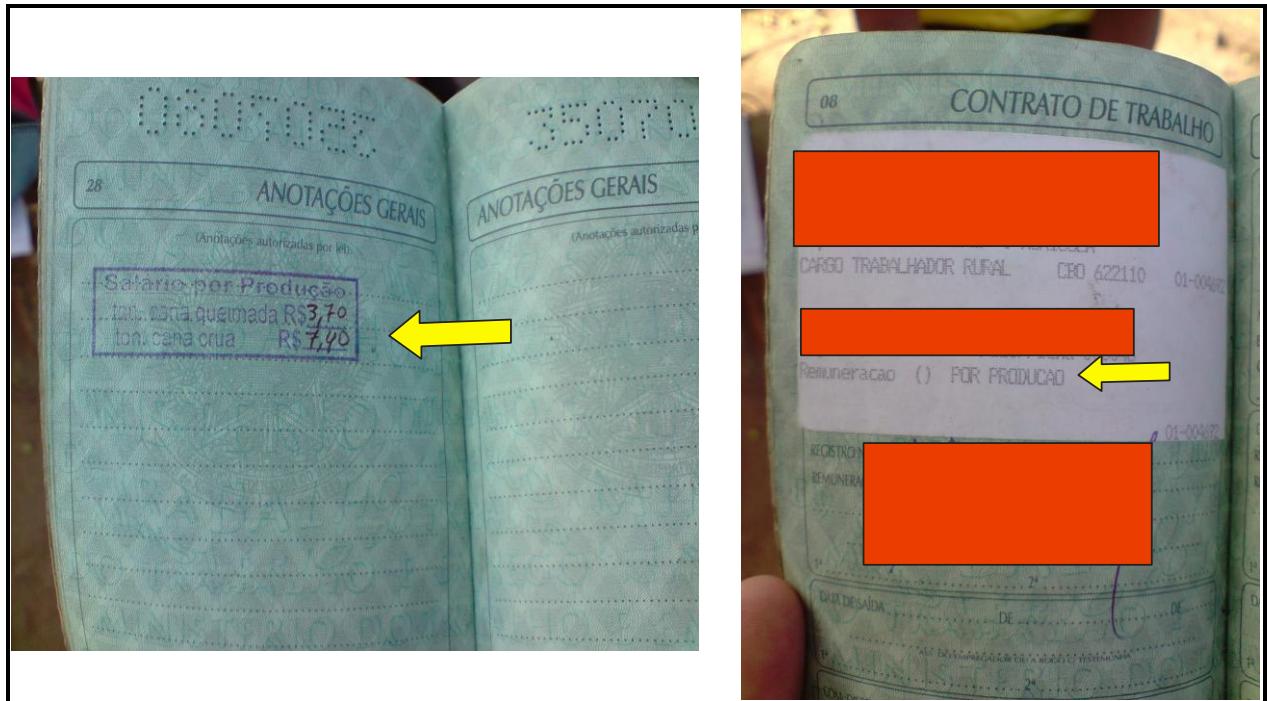


Fig 17: Carteira de Trabalho mostrando a remuneração por produção e o preço pago por determinada Usina em Sergipe.

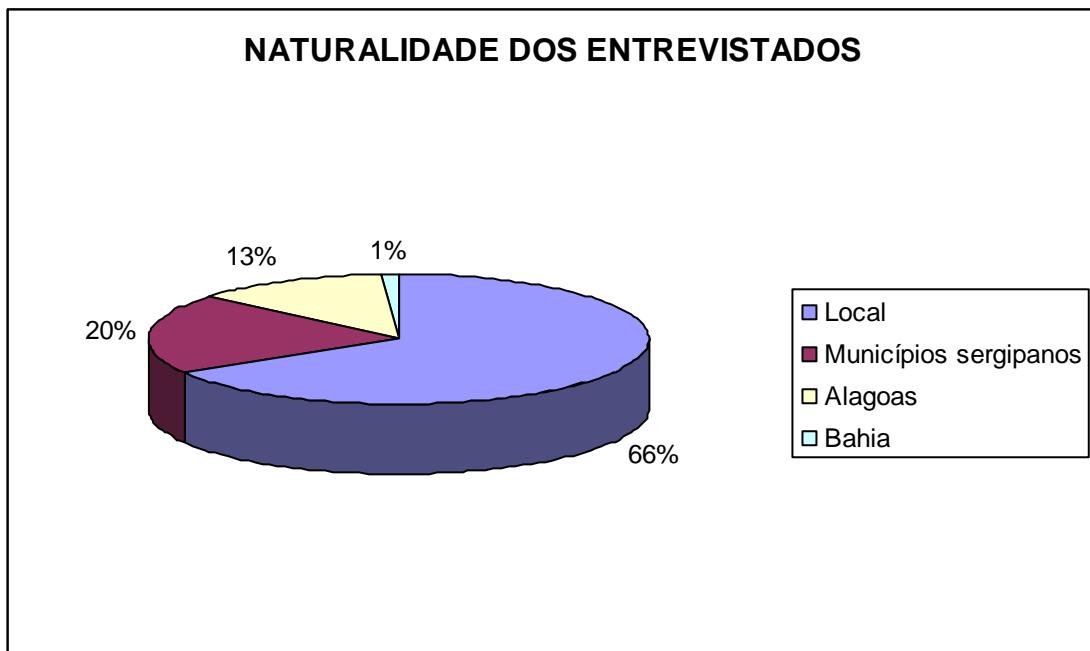
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro, 2010.

Foto: SHIMADA, S. de O.

A mobilidade dos trabalhadores do corte da cana é constante seja com relação a sua entrada e saída da empresa, seja com relação ao próprio trabalho diário em que o cortador não sabe qual o destino do dia, ou seja, o cabo de turma diz no momento em que entram no ônibus para onde eles vão, onde terá cana para cortar naquele dia. Seu objetivo é atingir a produção “mínima” exigida pela empresa. O que varia a depender do tipo de cana.

Em pesquisa de campo quando foram interrogados sobre sua origem, identifica-se que muitos não são naturais dos povoados que estão residindo, sendo de municípios do próprio estado, quanto de estados vizinhos, verificado no Gráfico 07.

GRÁFICO 07



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

Dieter Heidemann (2008) analisa que as migrações de hoje não devem ser confundidas com qualquer deslocamento da história pré-moderna, pois ser migrante não é nenhuma condição humana ontológica de um suposto “*homo migrans*”. A sociedade moderna caracteriza-se pelo desemprego em massa e pauperização que se tornaram condição estrutural do mundo contemporâneo e os migrantes não constituem mais um “exército industrial de reserva”, mas fazem cada vez mais parte de um “lixo social” de difícil reciclagem humanizante. Na condição de mobilidade e flexibilização, esses migrantes ficam presos a sua própria forma de sujeito sujeitado.

Das usinas pesquisadas, a usina Pinheiro apresenta o maior índice de cortadores de outros estados, isto se deve a forma diferenciada de contratação. Ela é a única em Sergipe que possui alojamento. Fato tão presente nos estados do Sudeste e Centro-Oeste referentes aos estudos realizados dos autores como Thomaz Junior, Maria Aparecida Moraes Silva e do vídeo-

documentário *Migrante*⁵⁰. Os alojamentos da Usina Pinheiro são antigos prédios de escolas desativados em povoados próximos a usina. Em entrevista consentida identificou-se a presença de trabalhadores vindos da Bahia e Alagoas, para o período de safra.

De acordo com a Norma Regulamentadora 31 (NR-31)⁵¹, para a empresa ter alojamento é necessário seguir o regulamento estabelecido. Conforme as normas, os alojamentos devem:

- a) ter camas com colchão, separadas por no mínimo um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de cento e dez centímetros acima do colchão;
- b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais;
- c) ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança;
- d) ter recipientes para coleta de lixo;
- e) ser separados por sexo.

31.23.5.2 O empregador rural ou equiparado deve proibir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.

31.23.5.3 O empregador deve fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.

31.23.5.4 As camas poderão ser substituídas por redes, de acordo com o costume local, obedecendo o espaçamento mínimo de um metro entre as mesmas.

31.23.5.5 É vedada a permanência de pessoas com doenças infectocontagiosas no interior do alojamento.

31.23.6 Locais para preparo de refeições

31.23.6.1 Os locais para preparo de refeições devem ser dotados de lavatórios, sistema de coleta de lixo e instalações sanitárias exclusivas para o pessoal que manipula alimentos.

31.23.6.2 Os locais para preparo de refeições não podem ter ligação direta com os alojamentos.

31.23.7 Lavanderias

31.23.7.1 As lavanderias devem ser instaladas em local coberto, ventilado e adequado para que os trabalhadores alojados possam cuidar das roupas de uso pessoal.

⁵⁰ NOVAES, J.R. & ALVES, F. **Migrantes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Vídeo-Documentário, DVD, 40 minutos, 2007.

⁵¹ A norma regulamentadora específica para a área rural foi reivindicada através do Grito da Terra Brasil e priorizada no planejamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT à luz da discussão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre a Convenção 184 – Segurança e Saúde na agricultura, que foi utilizada como elemento para a construção do texto da norma. Sendo analisada pela Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego e publicada através da Portaria nº86 de 03 de março de 2005, no Diário Oficial da União de 04/03/2005, aprovando a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura – NR-31 (CONTAG, 2005).

31.23.7.2 As lavanderias devem ser dotadas de tanques individuais ou coletivos e água limpa.

A realidade é totalmente diferente, pois o alojamento não requer as mínimas condições dignas de uso, sendo precário, com esgoto a céu aberto (Figura 18). Os trabalhadores, além de trabalharem no corte da cana, ainda precisam fazer a sua própria comida. Cada um tem seu armário, traz a sua panela (Figura 19). Além de não haver segurança no alojamento.

No alojamento tudo é pago, desconta-se tudo: a comida, o gás, o próprio alojamento e até o material de trabalho. Quando chegam no alojamento, pega-se o material já usado por outros que foram demitidos e que são obrigados a deixar. Como pode ser verificado na fala dos entrevistados e nas imagens (Figura 20).

- Para começar aqui deveria ter guarda, pois a gente dormindo aí não vai ver quem chega, não temos proteção nenhuma. Dormimos num beliche “derrubada”, mas é um beliche (tem que falar a verdade, não é?), derrubada porque essa empresa aqui para falar a verdade...

- Peguei já bota usada dos outros, aqui os que vão saindo os outros que vão chegando pega as coisas usadas dos outros, pois quem sai tem que deixar tudo, seja bota, mangão, caneleira, luva; tudo velho, rasgado. Tem que pegar para trabalhar, senão não trabalha.

FIGURA 18



Fig.: Área aberta do alojamento sem calçamento, quando chove além de formar lama o esgoto excede o nível prejudicando ainda mais o ambiente.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Foto: SHIMADA, S. de O.



Fig.: Esgoto a céu aberto próximo as salas de aula que serve como quartos para os cortadores da cana descansarem depois de muito esforço físico desprendido no corte da cana.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Foto: SHIMADA, S. de O.



Fig.: Esgoto a céu aberto possuindo cheiro desagradável que fica próximo as salas de aula que serve como quartos para os cortadores da cana e do refeitório, local onde fazem as refeições.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Foto: SHIMADA, S. de O.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 19



Fig.: Única cozinha do alojamento para atender mais de 100 cortadores de cana que preparam a própria comida para se alimentarem.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Foto: SHIMADA, S. de O.



Fig.: O fogão industrial pertence a Usina, já as panelas os cortadores trazem para fazer suas alimentações.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Foto: SHIMADA, S. de O.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Elaboração: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 20



Fig.: Refeitório sem mesas e cadeiras, onde os trabalhadores do corte da cana fazem as refeições sentados no chão. Local que serve também para assistir televisão (única televisão para mais de cem trabalhadores). Sobre os pequenos armários presos a parede, cada trabalhador possui 1 para colocar os alimentos que eles compram para as suas refeições.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Foto: SHIMADA, S. de O.



Fig.: Corredor que dá acesso as salas de aula, local que serve de dormitório para os trabalhadores. Cada sala com mais de 10 trabalhadores que dormem em beliches.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.
Foto: SHIMADA, S. de O.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

Em entrevista realizada com o Sr. José Amado, este destaca que o alojamento na atualidade só estabelece o aumento de gastos, por isso para ele como para outros grandes latifundiários se torna inviável. Como pode observar na fala do entrevistado:

- É inviável trabalhar com alojamento devido a exigência que o Ministério do Trabalho mantém, com isso exige-se televisão, cozinha, camas, tornando inviável tanto gasto.

Fundamentando a lógica de domínio e exploração dos trabalhos precarizados devido ao excedente de força de trabalho no mercado, justifica-se que o gasto para os que detêm o poder deve ser o mínimo possível.

Em entrevista, o Sr. Cícero de 35 anos, vindo de Alagoas, mostrou o seu desgosto por ter vindo para as “bandas de cá”, pois tem experiência de 20 anos no corte da cana, já trabalhou nos canaviais de Alagoas e até do Mato Grosso do Sul; mas sente profundo desgosto pela escolha de trabalhar nesta safra, em Sergipe, desde a chegada no alojamento, onde há a falta de equipamentos básicos para o próprio corte.

Deve-se destacar que os equipamentos são importantes para um melhor desempenho do trabalho e estão nas normas para a segurança do trabalhador (NR-31) e para o melhor funcionamento da empresa; mas a realidade mostra que os regulamentos não são cumpridos devidamente, necessitando a fiscalização dos órgãos responsáveis pela inspeção e verificação das irregularidades de trabalho que acontecem não só local, como em todo o país. Sobre as ferramentas, as normas regulamentam:

31.11.1 O empregador deve disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário.

31.11.2 As ferramentas devem ser:

- a) seguras e eficientes;
- b) utilizadas exclusivamente para os fins a que se destinam;
- c) mantidas em perfeito estado de uso.

31.11.3 Os cabos das ferramentas devem permitir boa aderência em qualquer situação de manuseio, possuir formato que favoreça a adaptação à mão do trabalhador, e ser fixados de forma a não se soltar accidentalmente da lâmina.

31.11.4 As ferramentas de corte devem ser:

- a) guardadas e transportadas em bainha;
- c) mantidas afiadas.

Para este entrevistado, com larga experiência de mobilidade, os estados do sudeste e centro-oeste do país são melhores para conseguir ganhar um bom dinheiro na época da safra, fato também comparado em seu próprio estado, Alagoas, como melhor na quantia recebida, do que no estado de Sergipe. Pois o mesmo já esteve nesses estados, citando em entrevista a presença do “gato” que faz todo o contato para levá-los para o trabalho nestes lugares, como também o valor recebido, pois nos outros estados se conta a produção por metro já aqui em Sergipe é por vara, esta que mede 2,20m.

- Já trabalhei no Mato Grosso do Sul, e tem muita diferença. Lá é *muito mais melhor*, pois é tudo pela firma, café da manhã, o almoço chega quentinho na roça, a água é gelada, tudo pela firma. Além de que eu recebia por metro cortado...

- Por metro é melhor, porque você ganha mais, aqui além de ser por vara, olham a pesagem da cana e aí não recebe muito.

No entanto, deve-se tomar muito cuidado com o trabalho migrante devido ao aliciamento para escravidão acontecer com base no recrutamento feito pelos empreiteiros ou “gatos”, sendo assim os trabalhadores recebem dinheiro “emprestado” para custear a passagem e a moradia até o local do trabalho, mas acumulam dívidas sem condições de pagar. Dessa maneira, tem que trabalhar excessivamente para saldar a dívida, fato que muitas vezes se estabelece como trabalho escravo.

O trabalho escravo constitui uma grave violação aos direitos humanos. Tanto o trabalho forçado como o escravo são caracterizados pelo constrangimento humano. Esse é de maior gravidade, pois pressupõe a degradação das condições de trabalho, onde não há cumprimento de

normas básicas de segurança e saúde, expondo o trabalhador a risco de morte. A escravidão está na violência, que se baseia na coação física e, às vezes, na coação moral, utilizados por maus empregadores e capatazes que subjugam o trabalhador (CONTAG, 2005).

Assim, o que se tem em comum nas usinas é a produtividade como principal critério de seleção dos trabalhadores para se manterem como cortadores de cana. Se não atingirem a meta estabelecida pela empresa é demitido, sendo substituído por outro. Para isso, a agilidade é o principal fator para obtenção do maior número no corte da cana, do contrário não terá a produção contabilizada, levando a certa “individualização” do serviço, isso acontece comumente na Usina Pinheiro devido o serviço ser mais individual, só há duplas quando a cana está “deitada”, ou seja, ruim de cortar.

- Se você não “bater telefone”, não bater o pé, não tirar rojão, fica sem cortar, sem fazer mais e não recebe.
- Quando a cana é ruim, é deitada, pega de dois em dois; se a cana estiver em pé, é individual.

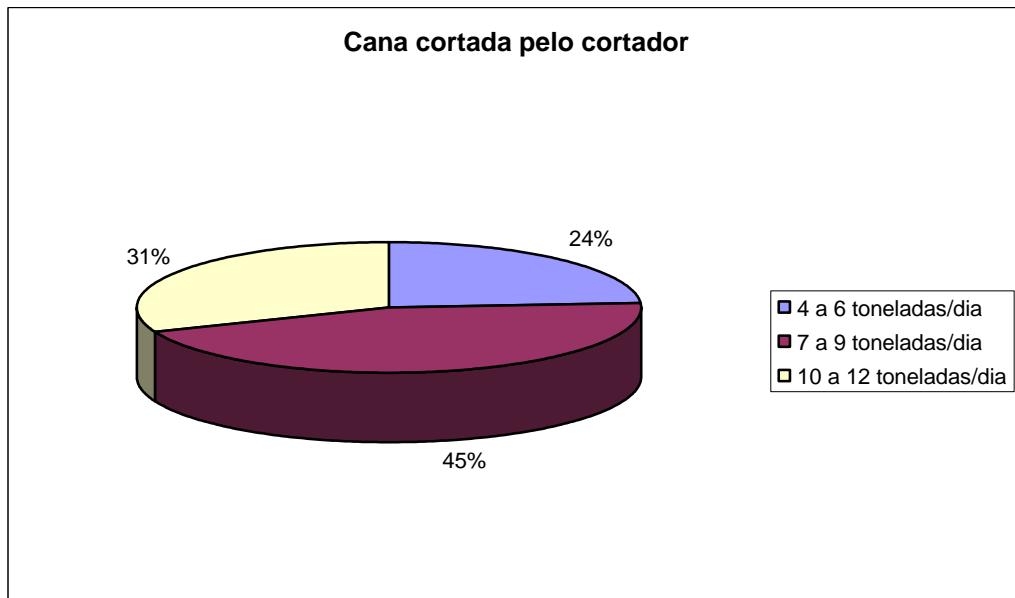
Essa lógica é a mesma nas outras usinas, onde o trabalho é feito em dupla, se a dupla não for ágil estes ficarão sem receber a produção. Para os cortadores o problema está muitas vezes na cana ser ruim, nesse caso aumenta o número de varas para cortar impossibilitando um ganho melhor da produção.

- Deus me livre, se tivesse uma coisa melhor não estaria aqui. Numa cana ruim como essa em que numa manhã como essa irá receber R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 reais para ainda dividir para duas pessoas, já à tarde não se tira isso, é muito menos. É porque quem precisa...

Conforme padrão, fato observado também por Francisco José Alves (2007) se o trabalhador tem um porte “atlético”, para o corte de cana uma pessoa magrinha, sem massa muscular, mas dotada de muita resistência, ele tira de “letra” até 30 toneladas por dia; já para outro trabalhador, seis toneladas podem significar a morte. Daí percebe-se que a diferença

existente entre toneladas de cana cortadas por cada cortador dependerá somente do “tipo” do trabalhador. Como se pode verificar em entrevista realizada (Gráfico 08).

GRÁFICO 08



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

Deve-se destacar nessa relação perversa do capital a incessante busca de meios para o aumento dos lucros dos donos de usinas e latifundiários. De acordo com Wanderley (1979) o processo de exploração colonial era fundamentado pelo trabalho escravo, em que o escravo constituía no instrumento de produção que tinha seu tempo de trabalho representado pelo trabalho, do qual o “Senhor” se apropriava. Já no trabalho assalariado as relações capitalistas de produção têm como mercadoria a sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que o capitalista retira a mais-valia desse trabalhador, ou seja, o sobre-trabalho fornecido.

Em matéria publicada no site do Repórter Brasil⁵² o sociólogo norte-americano Kevin Bales, em seu livro “Disposable People: New Slavery in the Global Economy” (Gente

⁵²Site <<http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=7>> acessado em 08/02/2010.

Descartável: a Nova Escravidão na Economia Mundial) compara a nova escravidão ao antigo sistema, sendo que a nova escravidão é mais vantajosa para os empresários que a da época do Brasil Colônia e do Império, pelo menos do ponto de vista financeiro e operacional. Hoje as diferenças étnicas não são mais fundamentais para escolher o trabalhador, ou seja, a cor da pele, mas a seleção está estabelecida pela capacidade da força física desempenhada pelo trabalhador.

O paralelo entre os dois sistemas, analisados pelo sociólogo Kevin Bales foi adaptado pela Repórter Brasil para a realidade brasileira, conforme Quadro 05 abaixo:

QUADRO 05

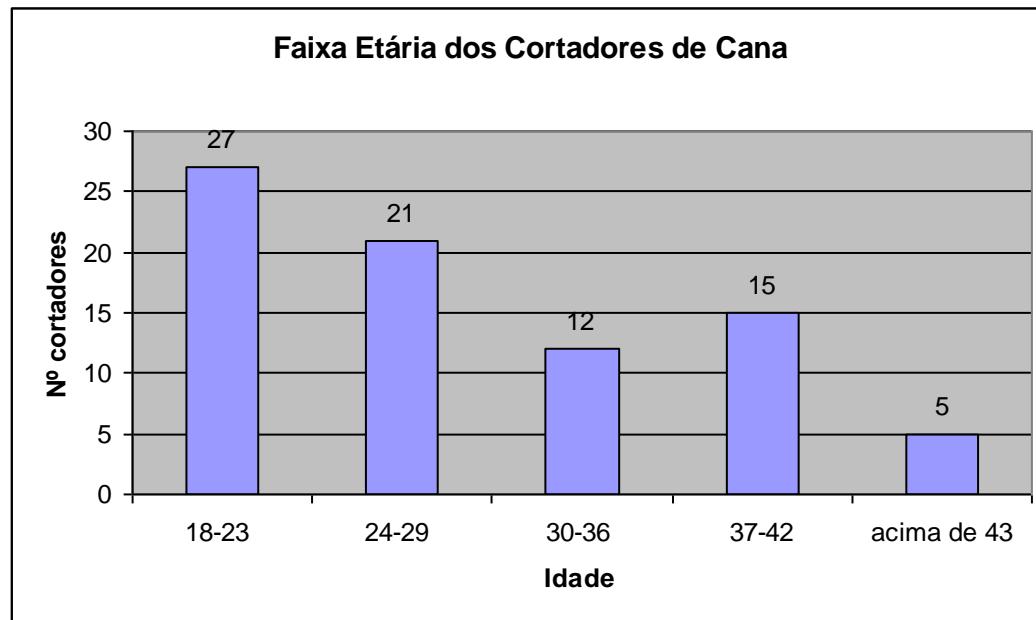
BRASIL	Antiga Escravidão	Nova Escravidão
Propriedade legal	Permitida	proibida
Custo de aquisição de mão-de-obra	alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte
Lucros	baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos	altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito
Mão-de-obra	escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução	descartável, um grande contingente de trabalhadores desempregados
Relacionamento	longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento
Diferenças étnicas	relevantes para a escravização	pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável são os que se tornam escravos, independentes da cor da pele
Manutenção da ordem	ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares a até assassinatos	ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares a até assassinatos

Fonte: Site do Repórter Brasil

Nessa lógica crescente da exigência da força física do trabalhador do corte da cana, observa-se a presença marcante de trabalhadores jovens. A presença do jovem indica o processo de máxima potencialidade da exploração, pelo tempo de trabalho, numa ideia de “descarte” no momento em que não se atinge o objetivo da empresa de lucrar exacerbadamente. Esse descarte faz parte do pós-modernismo como analisa David Harvey, em *A Condição Pós-Moderna*, que a aceleração do tempo de giro do capital acentuada pela dinâmica da volatilidade e efemeridade, estabelece a sociedade de compressão tempo-espacó na condição da imagem, através do simulacro.

Em 80 entrevistas realizadas, identificou-se a presença marcante de trabalhadores jovens no corte da cana na condição do primeiro emprego de carteira assinada, como mostra o Gráfico 09.

GRÁFICO 09



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

A mobilidade dos jovens trabalhadores é intensa nessa atividade. Conforme Conceição (2007) na condição de sujeitos assujeitados ao capital, os jovens aceitam qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário submetendo-se à irracionalidade do capital e à lógica do mercado; pois na medida em que estão à margem do processo produtivo, aumenta o estranhamento entre o sujeito que trabalha e o produto de seu trabalho, permanecendo andarilhos no curto tempo cíclico do capital. Esta situação é marcadamente viva na condição dos trabalhadores do corte de cana.

No novo padrão de acumulação, na inserção do processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico curto da produção, distribuição e circulação do capital, que, na maioria das vezes, representa-se alienígeno ao processo de tecnificação da economia. À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital é garantida por formas de desqualificação do trabalho e do trabalhador (*Ibid*, pg. 95).

A maioria dos entrevistados só tem a carteira assinada pelo corte da cana, sendo este o único trabalho nos povoados em que moram, do contrário resta a roça onde ganham por diária quando há serviço.

- As pessoas logo cedo trabalham roçando pasto com os familiares, e quando chega aos dezoito já iniciam no corte da cana devido a cana ser “fichada” levando a ganhar mais. Já na roçagem, só ganha aquilo e acabou, no caso R\$ 80,00 reais por semana.

- O povoado é muito pobre, muito carente, só tem roçar pasto e limpar de enxada. Quando chega o período da safra é uma felicidade para as pessoas. Já quando chega o inverno termina o serviço, passa uma agonia uma agonia da zorra com a família até chegar a próxima chamada para o serviço.

Nessa condição os trabalhadores ficam reféns do período da safra e da lógica perversa do capital, pois no mascaramento das propagandas governamentais que mostram o crescimento do número de empregos e de índices cada vez maiores de trabalho com carteira assinada, sem mostrar que na prática são trabalhos temporários e precarizados. A condição do tempo-espacó é análoga na relação do capitalista e do trabalhador, prevalecendo o tempo do capital que está

inserido no lucro crescente das empresas dos capitalistas, com redução máxima de despesas; já o trabalhador nessa lógica perversa, necessitando sobreviver com a sua família, busca outras “oportunidades” de trabalho.

Na fala de um trabalhador esta realidade é muito comum no estado de Sergipe:

- Quando termina o período do corte da cana são 40, 50 homens sem emprego, ou seja, todo o povoado desempregado, assim quando tem um roçado são vários para tentar pegar o serviço.

O desemprego estrutural é o garantidor do fortalecimento de domínio do capital sobre o trabalho, gerando a precarização das relações de trabalho e alterando as legislações e os direitos trabalhistas, em que cada vez mais o trabalhador é submetido a trabalhos degradantes sem nenhuma segurança trabalhista, por esta atuar sempre em favor dos donos do poder.

4.4 A Lógica do Agronegócio da Cana e a Precarização do Trabalho

O cortador de cana sempre foi associado na historiografia à imagem dos antigos caminhões pau-de-arara no transporte dos bóias-frias para as lavouras canavieiras. Nos últimos tempos o que se constata são ônibus que fazem esse transporte. São frotas de ônibus em sua maioria deteriorados e inseguros, que levam um número superior da quantidade de pessoas permitidas. Os trabalhadores saem de suas casas às 5 horas da manhã. Em um ônibus, colocam-se em média 60 pessoas, muitas vezes de um mesmo povoado, tendo em vista a superlotação. As ferramentas de trabalho são levadas junto aos trabalhadores, correndo estes o perigo de se acidentarem. Em alguns casos já existem caixas dentro do ônibus para guardá-las, depois do seu uso no canavial (Figuras 21 e 22).

FIGURA 21



Fig. 21: Trabalhadores chegando ao povoado de Japaratuba para mais um dia de trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Foto: SHIMADA, S. de O.

FIGURA 22



Fig. 22: Ônibus da Usina que faz o transporte dos trabalhadores do corte da cana.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

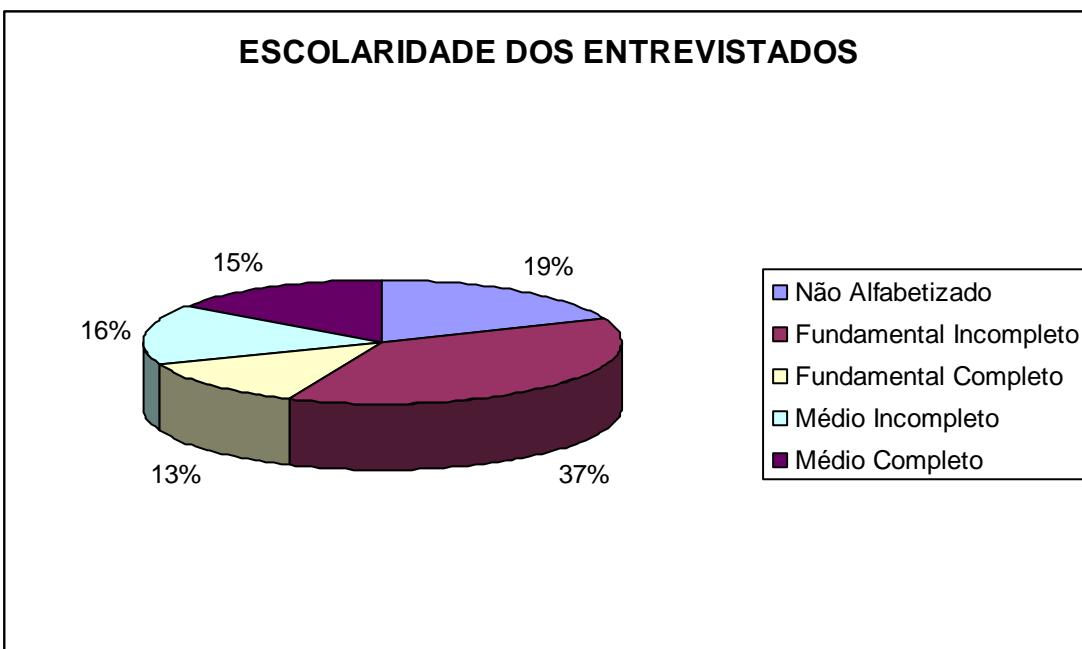
Foto: SHIMADA, S. de O.

Em pesquisa de campo, ao entrevistar alguns policiais rodoviários que fazem a fiscalização nas rodovias, verificou-se que os ônibus quando passam nas estradas rodoviárias pela fiscalização, passam com a quantidade de passageiros permitida. Não acontecendo, quando o transporte é entre povoados ou tenha um maior acesso a pistas sem pavimentação.

A jornada de trabalho dos cortadores começa às 7 horas só tendo uma hora de intervalo para o almoço, terminado o serviço só chegam em suas casas entre 17h ou 18h. No retorno as casas muito cansados vão dormir para enfrentar a mesma rotina do dia seguinte, como o trabalho é exaustivo, não têm estímulo para mais nada. Outros ainda conseguem jogar bola em alguns dias da semana, pois dizem que jogam para esquecer dos problemas e do trabalho penoso de todos os dias; já alguns mais novos ainda vão para a escola no turno da noite, pois dizem que estudando podem um dia sair do corte da cana.

Sobre a escolaridade dos cortadores de cana entrevistados, observa-se que como o trabalho realizado só depende da força desprendida, não se exige qualidade nos estudos, não sendo este o ponto principal para esses trabalhadores estarem no canavial, mas sim a agilidade realizada para o serviço no corte da cana. De acordo com a pesquisa de campo, dos trabalhadores entrevistados a maioria possui o ensino fundamental incompleto (não chegaram nem a quarta série menor, hoje chamado de 5º ano) ou não são alfabetizados, como se verifica no Gráfico 10. Essa condição implica no maior grau de alienação e consequentemente menor exigência na luta para reivindicações de direitos necessários para a melhoria salarial e, em geral, de condições de vida.

GRÁFICO 10



Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.
Elaboração: SHIMADA, S. de O.

O trabalhador do corte de cana-de-açúcar recebe por produção, conforme o valor da tonelada da cana crua ou queimada. Estando crua, tem um valor maior, devido ao corte ser mais difícil. Para o cortador; é bom porque ganha mais, no entanto ele está em perigo constante por ter no canavial bichos peçonhentos que atacam o trabalhador ocasionando problemas gravíssimos. O corte da cana crua é necessário para fazer a limpeza das moendas e caldeiras da usina, para depois moer as canas queimadas. Sendo assim os cortadores não tem opção de escolha se cortam cana queimada ou crua, eles trabalham onde o chefe mandar.

Os canaviais costumam ser queimados de madrugada para poder ser feito o corte da cana pela manhã, isso facilita o trabalho, pois o fogo queima a palha da cana restando apenas as varas, que serão golpeadas pelo cortador com o falcão. No entanto as varas possuem fuligem, o pó se espalha, entra pelo nariz e gruda na pele ocasionando graves problemas respiratórios.

A produtividade dos cortadores é maior em lavouras submetidas à queima, devido o fogo preservar as varas, ficando o corte manual mais simples e menos perigoso. Depois que o fogo se

apaga, à medida que os trabalhadores cortam e retiram a cana é possível observar animais como aves, pequenos roedores, cobras e outros animais peçonhentos que a queimada dizimou.

- Cortar cana crua tem que ter cuidado com cobra. Já vi muito amigo meu morrer no corte de cana crua.

A produção tem o seu preço estabelecido pela tonelada colhida, assim o tipo da cana é que estabelecerá as cifras que os mesmos irão ganhar como lucro. Já na relação com o cortador, este recebe de acordo com as varas, ou seja, é aferido pela distância no canavial, em que mudará de acordo com o tipo da cana. Nessa lógica o cortador irá receber no “olômetro” que o chefe indica, pois os carros quando chegam na usina serão pesados, mas os cortadores não estão lá para saber se o cálculo estipulado no canavial foi coerente ou não. No consenso, o domínio é que quem sempre leva a vantagem são os latifundiários/usineiros, então os cortadores receberão o ganho estimado por estes, sem poderem reclamar. Se for contra o chefe, este dá suspensão ou é expulso da empresa, recebendo baixa na carteira, levando o cortador a ir mais cedo para casa sem a condição de emprego à vista até a próxima safra.

Como a balança que pesa os caminhões está na usina, na lavoura canavieira a medida é feita com uma vara que mede 2,20m. Para o controle da produção e conferência do peso e preço, as usinas fazem o método de pesagem e preço através da seleção de três amostras do canavial, pesa-se e define-se o preço do metro, que no caso de Sergipe é dado por vara, frisa-se que o cortador não testemunha a pesagem, pois isto é realizado na usina.

Na relação de ganho por produção, os cortadores são obrigados a fazerem o impossível para receber o salário, pois os próprios fazendeiros mostram a aceleração da máquina no campo, em que o cortador terá que competir com a colheitadeira e assim levar o crescimento do desemprego estrutural.

O trabalho superexplorado do cortador para o pequeno aumento de renda familiar, significa desgaste cada vez maior no corte da cana. Para obter números altíssimos na produção faz-se necessário o consumo de drogas e bebidas alcoólicas para a superação dos limites físicos de um ser humano e tentar assim ocasionar o “esquecimento” da exaustão presente no trabalho forçado.

Sobre esse assunto, destaca-se a Análise Ergonômica do Trabalho (A.E.T.)⁵³ que tem como objetivo a garantia da saúde e do bem-estar dos trabalhadores, para isso deve-se identificar situações que levem a melhoraria ou amenizar as condições de trabalho, otimizando a produção, satisfazendo o trabalhador, melhorando o conforto oferecido e o desempenho das pessoas em seu trabalho.

Ressalta-se que a Norma Brasileira de Ergonomia (NR-17 da Portaria 3214/78 – Ministério do Trabalho e Emprego) não admite o pagamento por produção quando existem riscos à saúde dos trabalhadores, uma vez que este tipo de pagamento induz o trabalhador a ultrapassar os limites fisiológicos em busca de um rendimento financeiro extra.

De acordo com o Caderno Especial Mais (2008) a Pesquisa de análise ergonômica, financiada pela FAPESP e coordenada pelos pesquisadores Rodolfo Vilela e Erivelton de Laat, descreve os movimentos dos cortadores, mostrando que um dos cortadores, que colheu 11,5 toneladas, dá em um dia 3.792 golpes com o facão e faz 3.994 flexões de coluna. O facão pesa 600 gramas. Golpeia-se a cana no pé, onde se concentra a sacarose. O cortador destro abraça o feixe de cerca de dez canas com o braço esquerdo (ou, vara por vara, com a mão), curva-se e golpeia com o braço direito. Com o esquerdo, atira a cana na leira, de onde a máquina carregadeira a leva.

Em alguns casos há necessidade do trabalhador exercer o corte da cana, em áreas onde o terreno é íngreme e o corte é integralmente manual, neste caso as condições de trabalho são mais difíceis de serem realizadas, pois o trabalhador tem que se movimentar durante o corte subindo e descendo as encostas dos morros. Como no caso de Sergipe em que o solo possui irregularidades e com o aumento da plantação da cana no estado, expande-se atingindo locais de declives.

De acordo com Maria Aparecida Moraes Silva (2007), a consequência disso não pode ser outra senão a degradação física, ou seja, devido a ação repetitiva e ao esforço físico, os cortadores de cana começam a ter problemas nos pés, na coluna, câimbras, e tendinite, provocando a dilapidação dos trabalhadores. Portanto, o tempo de vida útil dos cortadores está em relação inversa à intensidade do trabalho, ou melhor, enquanto a vida útil dos cortadores de cana tem

⁵³Retirado do Site <www.efdeportes.com/efd111/desgaste-fisiologico-dos-cortadores-de-cana-de-acucar.htm> acesso em 15/01/2010.

diminuído nas últimas décadas, a quantidade diária de cana cortada por cada trabalhador, ao contrário, tem aumentado permanentemente.

Esses esforços repetitivos debaixo de sol forte, ao longo de muitas horas de trabalho têm conduzido muitos trabalhadores a exaustão e, em muitos casos à morte, como têm sido denunciado por entidades de Direitos Humanos, Sindicatos, Movimentos Sociais, Igreja, além do Ministério Público do Trabalho.

Silva (2007) compara as condições de trabalho dos cortadores de cana com a dos escravos africanos do século XIX, citando o historiador Jacob Gorender⁵⁴ este afirma que até 1850, o ciclo de vida útil dos escravos na agricultura era de 10 a 12 anos; com a proibição do tráfico de escravos africanos os proprietários passaram a cuidar melhor dos escravos e a vida útil subiu para 15 a 20 anos.

Dessa maneira a autora afirma que os cortadores de cana têm, portanto, uma vida útil menor que a dos escravos africanos da segunda metade do século XIX, isso ocorre porque os usineiros modernos e seus grandes fornecedores não precisam ter a preocupação de preservar a vida dos trabalhadores assalariados. Eles podem comprar a força de trabalho e usá-la com a máxima intensidade até que esta se desgaste completamente, para depois trocá-la por outra mais nova, pois o mercado de trabalho está repleto de desempregados que necessitam trabalhar para sobreviver.

A caracterização do trabalho escravo contemporâneo é constatada através do aliciamento de trabalhadores, submissão a sistemas de endividamento (conhecido como barracão ou *truck system*) e condições degradantes e irregulares nas frentes de trabalho e nos alojamentos, alimentação, transportes etc.

Na legislação brasileira, conforme o artigo 149 do Código Penal, que trata do crime de submissão às condições análogas do escravo, mostra que a existência do crime como a obrigação de garantir os direitos trabalhistas não são assuntos recentes. Os donos de terras – pessoas instruídas que vivem nos grandes centros urbanos e possuem excelente assessoria contábil e jurídica para suas fazendas e empresas – são os que costumeiramente exploram o trabalhador em

⁵⁴ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 2^aed, 1978.

subserviência, como trabalho escravo. Com isso, a legislação brasileira estabelece o empresário como o responsável legal por todas as relações trabalhistas que ocorrer nos domínios da sua propriedade particular⁵⁵.

As diversas modalidades de trabalho forçado no mundo têm sempre em comum duas características: o uso da coação e a negação da liberdade. No Brasil, resulta da soma do trabalho precário com a privação da liberdade, ou seja, refere-se às condições degradantes de trabalho, aliadas à impossibilidade de saída ou escape das fazendas em razão de dívidas fraudulentas ou guardas armados.

Todas essas situações que abrangem o trabalho escravo são de âmbito das convenções internacionais, discutidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem como princípio o fim da escravidão e de práticas análogas. Além dessa entidade não-governamental, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também faz crítica severa ao trabalho escravo no Brasil, através de denúncias gravíssimas que acontecem no país.

Com a situação de desemprego ampliado no período atual, os trabalhadores assumem a situações de trabalho escravo em empresas e fazendas que visam somente o lucro ampliado e a diminuição dos custos na produção. No Brasil, para estabelecer estratégias de combate ao trabalho escravo houve a criação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e do Cadastro de Empregados (Portaria nº540 de 15/10/2004), cadastro conhecido como “Lista Suja” e revela os nomes dos fazendeiros e das propriedades que mantiveram trabalhadores em condições análogas à de escravo, que foram autuados e condenados, consequentemente esses maus empregadores não podem receber financiamento dos bancos públicos, incluindo o BNDES. A lista é atualizada e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego⁵⁶.

As infrações cometidas aos trabalhadores da cana pelas usinas são cada vez mais escandalosas, fazendo com que o setor sucroalcooleiro ocupasse a liderança no vergonhoso ranking nacional de trabalhadores escravizados no Brasil. De acordo com os dados da CPT, no ano de 2008, 2.553 pessoas foram libertadas nos canaviais (49% do total); já em 2009,

⁵⁵Texto intitulado “O trabalho escravo e a legislação brasileira” retirado do site <<http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=55>> acesso em 08/02/2010.

⁵⁶CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Capacitação de dirigentes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (assalariados e assalariadas rurais). Brasília: CONTAG, 2005.

novamente o setor canavieiro foi líder em número de trabalhadores escravos libertados pelos grupos de fiscalização (Grupo Móvel de Fiscalização coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – TEM) foram 1.911 trabalhadores em 16 casos denunciados, 45% do total de 4.234 libertados em todo o ano.

De acordo com Leonardo Sakamoto (2005), a erradicação do trabalho só acontecerá com a redistribuição de renda, de terra e de justiça; enquanto isso não acontece, levas de migrantes continuam deixando o Maranhão e o Piauí para sangrar no Pará e Mato Grosso, saem de suas casas no Vale do Jequitinhonha e se acabam de trabalhar em usinas do Rio de Janeiro e São Paulo, todos com a mesma justificativa de que é melhor tentar a sorte do que morrer de fome.

As raízes do trabalho escravo, mesmo o contemporâneo, estão na estrutura histórica de formação do território brasileiro onde se pode afirmar que o 13 de maio de 1988 foi uma mudança de metodologia para se adaptar aos novos tempos continuando a lógica estabelecida pelas elites governamentais.

4.4.1 Os Acidentes de Trabalho/ Péssimas Condições de Trabalho

Nas entrevistas realizadas, ao comentar sobre os acidentes nos canaviais, que não são registrados, percebe-se a desconfiança dos cortadores por medo de represálias, mas com muita insistência foi possível entender o que vem sendo afirmado nos estudos e relatos disponibilizados sobre o assunto em todo o Brasil, principalmente em São Paulo, onde há o maior número de trabalhadores no corte da cana ainda existente, mesmo com a tecnologia tomando conta do campo neste estado, as usinas *high-tech*, ou seja, usinas com o que há de mais alto nível em termos tecnológicos.

De acordo com Maria Luiza Mendonça (2010) os ferimentos e mutilações causados por cortes de facão são frequentes, no entanto as empresas raramente os reconhecem como sendo acidentes de trabalho. Com isso muitos trabalhadores doentes ou mutilados, apesar de impedidos

de trabalhar, não conseguem aposentadoria por invalidez ou outros benefícios como o auxílio doença.

Registra-se que o trabalho no canavial na nossa área pesquisada desencadeia sérios problemas de saúde, desde dores lombares, dores de cabeça, cãibras em todo o corpo, levando até o óbito, como demonstra as falas dos entrevistados:

- O trabalho é muito duro, muito pesado. As pessoas têm tontura, dor de cabeça.
- Muita cãibra, acontece porque dá força em uma perna maior.
- Tem cãibra, desmaia e morre.
- Quando tem dor de cabeça fala com o cabo de turma e vai para a barraca. Porque fica na sombra não fica no sol, porque dá dor de cabeça, dá tontura. O trabalho é muito duro, é muito pesado, tem pessoa que não aguenta não esse sol quente agora a pessoa pega 7:00h para arriar 12:00h, quando é 13:00h pega para arriar 17:00h.
- Já vi morrer gente no barraco, devido o excesso de trabalho.

Deve-se frisar que além de levar o próprio almoço, o trabalhador necessita levar sua água porque algumas usinas não “oferecem” esse serviço com eficácia:

- Não dá nem água gelada, é água quente mesmo, antes tinha, mas disse que quebrou a máquina e deixou de dar água gelada.

A falta de estrutura das usinas para seguir o normativo obrigatório, para dar condições de trabalho melhores aos cortadores de cana. Pelo medo da perda do emprego não podem reclamar, pois a demissão acontece de imediato para quem não estiver de “acordo” com a empresa.

A vestimenta ideal e obrigatória para o cortador da cana é composta de botas com biqueira de ferro, calças de brim, perneiras de couro até o joelho contendo três barras de ferro

frontais, camisa de manga comprida, chapéu, lenço no rosto e pescoço, óculos e luvas de raspa de couro. Portando toda essa vestimenta, os equipamentos (um facão, ou podão de metal com lâmina de meio metro de comprimento, mais uma lima) e a realização do trabalho sob o sol levam a um elevado dispêndio de energia, o que por si só são elementos deletérios à saúde (ALVES, 2006).

De acordo com Alves (2006) como o trabalho no corte da cana ocorrer sob o sol, a utilização dessas vestimentas levam os trabalhadores a suar abundantemente e, com isto, perder muita água e sais minerais. Gerando a desidratação e a frequente ocorrência de cãimbras. Estas começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax, quando são chamadas, pelos trabalhadores, de “birola” ou “canguri”. Para combater esse quadro, as cãimbras e a “birola”, algumas usinas já levam ao campo e distribuem entre os trabalhadores soro, por via oral, e, em alguns casos, suplementos energéticos. Algumas usinas afirmaram tratar-se apenas de soro caseiro, uma mistura de sal e açúcar em água. Outras acrescentam potássio e outros sais minerais, além de substâncias que dão cor e sabor, tornando o soro uma espécie de refresco. Outras ainda admitem que os soros têm componentes energéticos. Segundo Alves, até este momento as autoridades sanitárias não sabem a composição de todos os soros e suplementos energéticos distribuídos pelas usinas aos trabalhadores, nem sabem quais os efeitos que esses suplementos podem causar a curto, médio e longo prazo sobre a saúde dos trabalhadores submetidos a forte esforço físico e com carência nutricional e hídrica.

Os trabalhadores entrevistados afirmaram que há a distribuição deste tipo de soro nas usinas em Sergipe, estes são distribuídos sem nenhuma explicação e se os cortadores não beberem recebem advertência.

- Eles dão um *soril*, um soro líquido, como remédio, diz que para não desmaiar ou é para desmaiar mais ainda.

- A única coisa que eles dão é um *soril* (soro com gosto de fruta), parece um refresco, diz que para não desmaiar, todos os dias 10h eles dão somente isso.

Além das faltas mínimas de condições de trabalho, assim como na realidade dos canaviais brasileiros, em Sergipe, constata-se a falta dos equipamentos básicos para fazer o corte da cana.

No trabalho de campo constatou-se que os trabalhadores das usinas mais velhas possuem material mais gasto, muitas vezes, descontados no próprio salário e se o trabalhador estiver sem o material, fica sem trabalhar.

- Ele dá suspensão de 10 dias, você tem que ficar esses 10 dias em casa. Esses dias eu estava sem luva, levei suspensão e não ganhei nada. Até hoje tava sem material. E eles não deram o material básico de trabalho, estava sem os óculos, sem a luva, eles têm que dá, mas assim mesmo tava trabalhando sem essas proteções para receber, cortando as mãos, não pode não. (rapaz que irá sair, mais novo).

- É um perigo estar sem o material, pois você com o facão e de repente for no rosto ou na mão, é um perigo. Uma empresa que ficha você, quando vem dá uma lima para você não tem mais graça. *Nós tá a quase dois mês que tá aqui, tá com uma lima só, preocura* diz que depois vem e nunca aparece. Falta bota, a luva. Eu calço número 42, a bota veio 40, tive que cortar a bota. Se ficar parado no barraco já manda você ir *simbora*, e olhe, olhe sem direito a nada.

- A empresa é quem tem que dar o material, como não dá a gente vai assim mesmo porque necessita do emprego então vai sem o material correto, ou seja, sempre vem faltando. Se estiver sem material fica de suspensão aguardando a boa vontade para eles darem [a empresa] o material necessário.

- Os que vão saindo deixa o material no alojamento, para os que vão chegando pegar tudo velho, acabado.

De acordo com o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (2008a) o Brasil ainda mantém uma rotina repetitiva de acidentes de trabalho subnotificados, escondidos nas estatísticas oficiais e na informalidade do mercado, devido aos dados serem feitos sobre os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ou seja, empregados formais. Por lei, caso eles tenham algum acidente em sua jornada, é necessária a emissão da CAT (Comunidade por Acidente de

Trabalho), no entanto isso não acontece, muitas vezes, porque o trabalhador não conhece seus direitos ou tem medo de perder o emprego. No campo, a situação dos acidentes que ocorrem no exercício do trabalho conta ainda com a barreira da informalidade, que atinge cerca de dois terços do mercado e a distância de postos de atendimento, o que dificulta ainda mais os registros. Trabalhadores estão expostos a inúmeros riscos, na maioria das vezes negligenciados pelos patrões: risco de contaminação por agrotóxicos pela falta de uso de equipamentos de proteção adequados, em operação de máquinas agrícolas, por mau uso de ferramentas manuais, de picadas e mordidas por animais peçonhentos, pelo transporte precário até o local de trabalho, entre outros.

Como mostra o Caderno Especial Mais (2008) segundo o Ministério do Trabalho, morreram de acidentes 84 pessoas no setor sucroalcooleiro, incluindo lavoura e indústria (3,1% das mortes por acidentes de trabalho no Brasil). O Ministério Público do Trabalho investiga a razão dos óbitos e sua associação com o caráter exaustivo do corte manual. O Relatório de 2006 da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho enumera dezenas de irregularidades em empresas nas quais trabalhavam os lavradores que morreram. Uma é o não-cumprimento do descanso de uma hora para o almoço. Os cortadores comem em dez, 20 minutos, para logo empunhar de novo o facão. Eles ganham por produção. Nenhum laudo atesta que a atividade foi decisiva para os óbitos. O Ministério Público do Trabalho relaciona as mortes à rotina “penosa” e “desumana” e prepara ação contra o pagamento por produção.

Para os trabalhadores das agroindústrias sucroalcooleiras, as inovações tecnológicas têm sido sinônimo de deterioração das relações e condições de trabalho. Ou seja, na agroindústria canavieira, o desenvolvimento do progresso técnico, por um lado, tem significado desemprego e, por outro, a intensificação do ritmo de trabalho, o que tem afetado seriamente a saúde e a segurança no trabalho. Além disso, acrescenta-se que o estado geral de saúde dos trabalhadores é agravado pela precariedade do conjunto das condições de vida em termos de, por exemplo, condições de higiene e saneamento do local de moradia, grau de instrução, facilidade de acesso aos bens de consumo coletivo em geral, existência de espaços institucionalizados ou não de reivindicação de direitos etc. (SCOPINHO *et al*, 1999).

O processo de mecanização no setor canavieiro através da incorporação de novas tecnologias aprofundou ainda mais a exploração do trabalho. Com isso, os trabalhadores estão

sendo forçados a se equipararem às máquinas para garantirem seus salários. Ou seja, as máquinas ditam o ritmo e a intensidade do trabalho, portanto, a produtividade dos trabalhadores no corte de cana.

Conforme Braverman (1981) o trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho, pois o trabalhador a retém, e o capitalista só pode obter vantagem na barganha se fixar o trabalhador no trabalho. O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo.

De acordo com Antunes (1999) o trabalho vivo que é estabelecido pelo trabalho manual, através da força física do trabalhador faz com que o capital intensifique as formas de extração do sobre-trabalho ampliando a produtividade do trabalho morto através das máquinas.

Uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo [...]. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha (Ibid, p.120).

Nessa ideia a produção da cana marcada pelo agronegócio, está inserida a esta lógica do capital constituindo em mudança em escala do global ao local a favor somente da obtenção do lucro. Para esse exacerbado lucro, a tecnologia é intensificada no espaço agrário brasileiro e o trabalhador se alia a competição das máquinas para poder sobreviver às intempéries desse capital e nessa competição descabida é retirado cada vez mais do mercado de trabalho. Na lógica desigual estabelecida do trabalho vivo pelo trabalho morto, em que a força de trabalho é uma mercadoria que o trabalhador dispõe para o recebimento do seu salário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mundialização do capital, segundo Chesnay (1996) é caracterizada pelo regime de acumulação predominantemente financeiro, com acentuada alteração qualitativa nas relações entre o capital e o trabalho e entre o capital e o Estado. Este será fundamental a partir de implementações de políticas neoliberais em um processo contínuo de desregulamentação e privatização. Nesta trajetória o governo brasileiro intensifica políticas de incentivos crescentes de *commodities* orientadas para o mercado externo, em sintonia ao movimento da expansão do agronegócio na América Latina.

Com a desregulamentação do *Estado do Bem Estar*, o capital ampliou sua participação na mercantilização de terras via modelo do agronegócio, caracterizando-se na produção de modelos de fazendas especializadas em um único cultivo (monocultura) via ocupação de grandes faixas de terras, para a exportação. No Brasil, a estrutura de poder imposta pelo Estado e pelos proprietários fundiários gerou mudanças espaciais na escala nacional e local, com a reprodução do modelo do agronegócio, através de ajustes estruturais com a internacionalização do capital financeiro, sob o controle de grandes empresas transnacionais.

Acompanhando essa dinâmica ocorre o *boom* da soja, do eucalipto, da laranja, da cana-de-açúcar entre outros. No cenário do campo a condição de ajuda financeira do Estado aos grandes donos de terras fortaleceu a lógica perversa e contraditória do capital em que se prioriza o desenvolvimento e enriquecimento de grandes empresários em detrimento dos médios, pequenos produtores familiares e camponeses que são desterritorializados para o favorecimento da economia de alta escala.

Diante deste cenário esta dissertação de mestrado, teve como proposta refletir sobre o agronegócio da cana-de-açúcar no espaço agrário sergipano. O Estado em Sergipe assumiu o modelo de financeirização da economia incentivando a política de estímulo às exportações de *commodities*, através do desenvolvimento do agronegócio que tem na produção da cana-de-

açúcar o interesse internacional para a obtenção do álcool como agrocombustível. O estímulo a produção canavieira gerou o fortalecimento do agronegócio da cana, ao mesmo tempo em que (des)organizou o espaço agrário estabelecendo mudanças na divisão social e territorial do trabalho

A pesquisa desenvolvida permitiu constatar que a territorialização da produção da cana-de-açúcar no Nordeste e no espaço agrário sergipano tem permanecido desde o período colonial. Nos últimos anos o que se observa é a alteração da reestruturação produtiva, não só no que se refere ao sistema de produção, da implementação tecnológica, da estrutura fundiária, e principalmente das relações de trabalho entre os usineiros e os cortadores de cana.

A produção da cana-de-açúcar vem assumindo um novo perfil no quadro de interesse de investimento no Brasil, gerando um novo *boom* à lógica do agronegócio nas escalas nacional/local ocasionando uma (des)configuração do espaço agrário a partir de uma nova “roupagem” de modernização capitalista.

Os grandes proprietários de terra estabelecem o domínio sobre a terra e trabalhadores, sendo as relações de trabalho de domínio e subserviência reproduzidos desde o período colonial. Como afirma Martins (1990) o capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção, caracterização que pode ser observada na relação entre o “senhor” e o “escravo” sustentada no monopólio do trabalho, transfigurado em renda capitalizada.

Ao longo do processo histórico, fica evidente o domínio de uma oligarquia que domina pelo monopólio o processo de reprodução do capital, tendo a cana-de-açúcar como principal produto econômico nesse processo histórico-econômico brasileiro, estando presente na região Nordeste desde o período colonial, com momentos de expansão e de recuo, como consequência de sua dependência às oscilações do mercado externo.

A política econômica açucareira foi fortalecida primeiramente com a formação do IAA, depois com o PROÁLCOOL, no qual a atuação do Estado esteve direcionada ao incentivo e fortalecimento das agroindústrias com a produção da cana-de-açúcar. Através de investimentos financeiros no setor, ocorreu uma aceleração da concentração de grandes terras e da expansão da produção da cana-de-açúcar para a exportação. As subvenções do Estado para o fortalecimento

do setor canavieiro para a produção de álcool gerou embate, devido à perspectiva de constantes dívidas e escassez da produção da cana-de-açúcar, e consequentemente a desestruturação do PROÁLCOOL. Para autores como Souza; Macedo; Meira Filho (2009) o retorno do PROÁLCOOL brasileiro foi fortalecido com o incentivo do governo à introdução dos veículos *flex fuel* e ao aumento das exportações de etanol.

Com a perspectiva da escassez dos combustíveis não renováveis e a necessidade da redução de emissões de gases ao meio ambiente, foi criada a política global de créditos de carbono surgindo a produção dos agrocombustíveis. Nessa perspectiva um novo *boom* foi dado à produção da cana-de-açúcar para a obtenção do etanol. Assim, nos últimos anos o espaço agrário foi fortalecido pela lógica do capital, tendo o agronegócio da cana como uma das saídas para a lucratividade do setor agrário-exportador, gerando novas territorialidades no campo brasileiro. Nessa nova dinâmica o Brasil, em 2009, tornou-se o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com mais de sete milhões de hectares plantados, produzindo mais de 480 milhões de toneladas de cana, posicionando o país na liderança mundial em tecnologia de produção de etanol⁵⁷. O Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Governo – PAC – incentivou os produtores de agrocombustíveis para a ampliação de crédito e a criação de infraestrutura logística para a expansão do plantio de cana-de-açúcar.

A relação capital-trabalho se estabelece de forma contraditória nas amarras do capital gerando a precarização e/ou temporalidade do trabalho. Ou seja, o agronegócio promove a elevada concentração fundiária, ao mesmo tempo provoca o desemprego dos trabalhadores rurais e a precarização do trabalho. As mazelas estabelecidas no território da cana têm a condição da lógica desigual e combinada do capital, em que a parte que perde nessa condição é a do trabalhador que para sobreviver fica subserviente assumindo trabalhos precarizados ou mesmo subumanos, gerando as formas de travestimento do trabalho “escravo”.

O domínio dos usineiros e latifundiários se fortalece cada vez mais junto ao Estado que manipula e tem o agronegócio como discurso do fortalecimento do “crescimento econômico”. Ao mesmo tempo, a atuação do Estado, através de políticas governamentais, propagandas de geração

⁵⁷ EMBRAPA. Agência de informação da EMBRAPA – Cana-de-Açúcar. <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/Abertura.html>> Acesso em 25/05/2010.

de emprego e renda no campo sergipano e enfatização da carteira de trabalho como marca de garantia do emprego. Na prática o que se observa é o fetiche da carteira de trabalho devido às péssimas condições de trabalho realizado pelos cortadores da cana-de-açúcar.

Os trabalhadores da cana-de-açúcar participam do sistema agrícola do agronegócio na condição de subordinação ao capital, que se territorializa ampliando a mais-valia. No trabalho feito por produção o cortador vai além do limite físico para poder receber um excedente, um mínimo a mais do período regular.

O tempo de permanência do trabalho está diretamente vinculado à quantidade de cana que o trabalhador possa cortar, se não consegue chegar à produção limite exigida pelas usinas, este será “descartado” formando o exército de reserva a espera da próxima safra para retornar ao corte. Os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que não conseguiram se “desenraizar” do processo de dominação desde o período colonial, através da exploração e expropriação do trabalho, assumem a condição de fardo histórico. O poder dos latifundiários e do Estado é da lucratividade constante do setor sucroalcooleiro.

Com valores baixos recebidos pela produção (valores entre R\$3,60 a R\$5,00 por tonelada cortada) os trabalhadores são submetidos à mobilidade constante para o corte da cana tanto no mesmo estado, como em outros no período da safra. Neste último, os alojamentos são necessários para sua permanência no local. Mesmo com a regulamentação da Norma Regulamentadora 31 (NR-31), o que se tem são alojamentos que não oferecem as mínimas condições dignas de uso e sobrevivência, como o observado no estado de Sergipe, além da inexistência de equipamentos básicos de segurança para o melhor desempenho do trabalhador.

Com a crise mundial do capital, o desemprego estrutural favorece o não cumprimento e a alteração oficial da legislação e dos direitos trabalhistas, permitindo cada vez mais que o trabalhador seja submetido a trabalhos degradantes, sem nenhuma segurança. Além de possibilitar um constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Em condições precárias de vida, sem moradia fixa, baixos salários, sem nenhuma garantia de contrato de trabalho, haja vista a própria falácia da carteira de trabalho, o cortador de cana torna-se móvel para o capital.

Nas suas diversas moradias, ele se torna um volante bóia-fria (migrante sazonal/temporário, em período de safra ou colheita), que vive em contínuo deslocamento enquanto necessário a reprodução do capital.

Somando-se nas fileiras do exército de reserva, os camponeses são pressionados a venderem suas terras e se tornarem móveis para a reprodução ampliada do capital. O campo se transforma em um produtor de *commodities*. Com o aumento da produção de cana-de-açúcar para a geração do etanol, no espaço agrário deixa de existir a pastagem e a plantação de alimentos, para ter somente o “mar de verde” formado pelos canaviais, onde os únicos a se beneficiarem são os setores associados ao agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Agriculturas no Nordeste:** apreciações e sugestões de políticas. Petrópolis: Vozes, 1985, 208p.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O sistema de produção nos engenhos bangüês,** In: Ensaios Econômicos e Sociais. Aracaju: INEP, v1, n°1, jul/dez, 1987, p.201-207.

_____. **A barra da Cotinguba e o açúcar 1840/1850,** In: Apresentação de trabalho no V Simpósio de História do Nordeste. Aracaju, 14-18 de agosto, 1973.

_____. **Uma unidade açucareira em Sergipe: o Engenho Pedras,** In: VIII Simpósio da ANPHU. Aracaju: UFS, setembro 1975.

_____. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista.** Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

ALVES, Francisco José. **Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana.** In: Revista INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cód_artigo=145>, acesso em 14/02/2010.

_____. **Corte da cana: fim do trabalho por produção,** in: Adital, 13.08.2007, disponível em <<http://www.adital.com.Br/site/noticia.asp?lang=PT&cód=29006>> acessado em 12/03/2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a Nova República.** Recife: ASA Pernambuco, 1987.

_____. Área Sistema Canavieiro. Recife: SUDENE/PSU/SRE, 1988. Coleção Série Estudos Regionais, 18.

_____. Abolição e reforma agrária. São Paulo: Ática, 2ªed., 1991. Série Princípios.

_____. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. São Paulo: Estudos Avançados, vol.15, nº43, Set./Dez.2001. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103> acesso em 16/11/2009.

_____. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, ed.7ª, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho, São Paulo: Boitempo, ed. 1ª, 1999.

_____. Entrevista com Ricardo Antunes: Trabalho X Capital. In: Jacobina Online, 31 de agosto/2007. Disponível em <<http://www.jacobinaonline.com.br>>, acesso em 05/01/2008.

ASN – Agência Sergipe de Notícias. Estado lança programa de renda para agricultores na entressafra, de 08/08/2009, disponível em <http://agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:14845/estado_lanca_programa_de_renda_para_agricultores_na_entressafra.html>, acessado em 04/03/2010.

BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. PROÁLCOOL – Economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1988.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 3ªed, 1987. Tradução: Nathanael C. Caixeiro.

CADERNO ESPECIAL MAIS – Jornal Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/inde24082008.htm>>, acessado em 25/05/2009.

CARVALHO, Horacio Martins de. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, vol.34, nº2, jul-dez, p.155-177, 2007.

CARVALHO, Martha M. Falcão; SANTANA, M. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920/1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

CEPLAN – Consultoria Econômica de Planejamento. Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômica e Evolução dos Indicadores Sociais 1970-2004. (Aldemir do Vale Souza – coordenação). Recife, novembro, 2005. 243p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Tradução de Silvana Finzi Foa.

CMA – Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Relatório O Brasil dos Combustíveis: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – **Cana-de-açúcar 2008**, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf>, acessado em 25/02/2009.

_____. Relatório O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – **Soja e Mamona 2008a**, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v1.pdf>, acessado em 25/02/2009.

_____. Relatório O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – **Cana 2009**, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf>, acessado em 20/04/2010.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), 2006. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>> acesso em: 06/06/2008.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira**: cana-de-açúcar, primeiro levantamento, abril/2009. Brasília: CONAB, 2009. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/1_cana_10.pdf> acesso em 12/11/2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Agronegócio: o velho/novo Modelo Colonial de Exploração do Trabalho**, In: Informativo da AGB/Seção Aracaju, Ano III, março 2006, n.01, p.1-2.

_____. **Jovens andarilhos do ciclo curto do capital**, In: Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 77-100, 2007a.

_____. **As margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia**. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia).

_____. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia).

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Capacitação de dirigentes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (assalariados e assalariadas rurais). Brasília: CONTAG, 2005.

CPT – Comissão pastoral da Terra. Explode o número de trabalhadores escravizados no setor sucroalcooleiro, In: Violações de Direitos Humanos, Revista *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo, UNESP, 2010, p. 81-112.

D'INCÃO, Maria Conceição. **O Bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, ed.9^a, 1983.

ELIAS, Denise. **Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola**. In: SILVA, José Borzacchiello da [et al.] (orgs.). Panorama da geografia brasileira 1. São Paulo: Annablume, 2006, p. 221-238.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Estudo de: CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez; MANDARINO, Diego Costa; SIQUEIRA, Otávio João Wachholz de. **Mudanças na Geografia Agrícola no âmbito de Microrregiões: Sergipe, 1990 e 2004**,

Aracaju: EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 2007. Disponível em <<http://www.cpatc.embrapa.br>> acesso em 08/12/2007.

_____. Org.: MANZATTO, C. V.; ASSAD, E. D.; BACCA, J. F. M.; ZARONI, M. J.; PEREIRA, S. E. M. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar** – expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2009. Disponível em <http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_cana_de_acucar/ZonCana.pdf> acesso em 22/03/2010.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem** (Texto Universidade Aberta, nº1). Brasília: Centelha Cultural, 2009.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, CNPq, 1988.

_____. **A Civilização do Açúcar** (séculos XVI a XVIII). São Paulo: Brasiliense, ed.9^a, 1994. (Coleção Tudo é História 88)

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, M^a Tereza Sousa (org.). **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2007.

FREIRE, Gilberto. O nordeste do açúcar. In: RIEDEL, D. (Org.). **Os canaviais e os mocambos: Paraíba, Pernambuco e Alagoas**. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 210-224. (História e Paisagens do Brasil, v. 3).

_____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6^aed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14^a ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 11 ed., 2002.

HEIDEMANN, Dieter. **Migrantes e a Crise da Sociedade do Trabalho**: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: Caderno de Trabalho de campo do XV ENG/AGB, São Paulo, p. 6-13, 2008.

HESPAÑHOL, Antônio Nivaldo. **O desenvolvimento do campo no Brasil**, in: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, M. I. Medeiros & SUZUKI, Júlio César (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 271-287.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Ditadura e Agricultura – O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola de Sergipe, 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em: 02/12/2007.

JORNAL CINFORM. Notícia Etanol: expectativa de alta nas exportações alavanca produção retirada do jornal Cinform, Aracaju, 02 a 08/fevereiro/2009, Ano XXV, nº1347.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: UNIT, FUNCAJU, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 4^aed, 1990.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 4^aed., 1990a.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)**. Petrópolis: Vozes, 2^aed., 1985.

_____. **O poder do atraso – Ensaios de sociologia da História lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 3^aed, 1991.

MARX, Karl. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**, In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do Trabalho – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.155-171.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas:** o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). São Paulo: USP, Programa de Pós-graduação em História Econômica, 2007. Dissertação de Mestrado.

MEIRA FILHO, Luis Gylvan; MACEDO, Isaias C. Uso do etanol contribui para reduzir o aquecimento global. In: SOUSA, Eduardo Leão de; MACEDO Isaias de carvalho (orgs.). **Etanol e bioeletricidade:** a cana de açúcar no futuro da matriz energética, São Paulo, UNICA, 2009, p. 20-23.

MENDONÇA, Marcelo. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2008. Tese de Doutorado em Geografia.

_____. **O agronegócio nas áreas de cerrado:** impasses, preocupações e tendências. In: II Fórum de C&T no Cerrado – Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana-de-açúcar no território goiano, Goiânia: SBPC – Regional Goiás, 2007

MENDONÇA, Maria Luiza. O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis. In: **Revista Caros Amigos**, ano XIV, nº157, p. 20-22, abril, 2010.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital:** a geografia do (des)trabalho. São Cristóvão: NPGEU, UFS, 2007. Dissertação de Geografia.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheiro e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, ed. 1^a, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 21^aed, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990, Coleção Tudo é História: 132.

NOVAES, J.R. & ALVES, F. **Migrantes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Vídeo-Documentário, DVD, 40 minutos, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI, in **O Campo no Século XXI**: território de vida e de construção da justiça social; orgs: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.29-70.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(ligião)**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed.3^a, 1981.

O Novo Ciclo da Cana: Estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos. Brasília: IELC / NC; SEBRAE, 2005.

PERRUCI, Gadiel. **A República as usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Estudos sobre o Nordeste, v.2.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 9^aed., 1969.

PROCANA.COM. Notícia Agroindustrial Campo Lindo produzirá etanol em Sergipe de 01/05/2008, disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=logistica%26transportesEsecao=cana/clipping&Eid_materia=30692.htm> acesso em: 02/03/2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, José Lins do. Romances reunidos e ilustrados, 3: **Banguê**. Rio de Janeiro: José Olympio, 12^aed., 1980.

_____. Romances reunidos e ilustrados, 5: **Usina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 10^aed, 1980a.

Relatório O Brasil dos Combustíveis: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – Cana-de-açúcar 2008. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf>, acessado em 25/02/2009.

REPÓRTER BRASIL. Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=7>>, acesso em 08/02/2010.

_____. O trabalho escravo e a legislação brasileira. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=55>> acesso em 08/02/2010.

Revista **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia**, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, outubro de 2008.

Revista **Sergipe: um estado de grandes oportunidades**, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC, Governo do Estado de Sergipe, 2008.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. Carlos Nelson Coutinho, Maria Beatriz de Albuquerque David (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAKAMOTO, Leonardo. **Os compadres da Casa-Grande**, In: Repórter Brasil em 01/04/2005. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=56>> acesso em 08/02/2010.

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do desenvolvimento Agrário. Noticia “Plano de Agricultura é mostrado aos deputados em 14/06/2007”, Disponível em <<http://sagri.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=24>>, acesso:06/01/2009.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; EID, Farid; VIAN, Carlos E. de Freitas; SILVA, Paulo R. Correia da. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador**: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, jan – mar, pg.147-161, 1999.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998, 149 p.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Do nacional ao local – comoifica o espaço agrário com o agronegócio da cana?**, In: I Encontro Sergipano de Geografia e IV SIMPOGEO, Itabaiana: AGB, UFS/Campus São Cristóvão e Campus Itabaiana, 2009.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2^aed., 2007. Coleção primeiros passos; 18.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas**. In: Revista INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cód_artigo=146>, acesso em 14/02/2010.

_____. **Barbárie avança: vida útil dos bóias-frias de SP se iguala à dos escravos**, In: CMI Brasil, 14/05/2007. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/05/381863.shtml>>, acesso em 05/01/2010.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia**. In: Revista Geographia, vol.4, nº7, 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76>>, acesso em 04/05/2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial**, In: Estudos Avançados 11(5), 1991, p.57-79.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**, In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (organizadores). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 139 – 160.

THOMÁZ JUNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. **Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis** (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira), In: Revista Pegada, Presidente Prudente, v.8, n 2, dezembro 2007, p.5-25.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e Propriedade Fundiária:** suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil,** In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (organizadores). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 161-190.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

**Área colhida de Cana-de-açúcar
Sergipe: Mesoregião Agreste Sergipano
1978 - 2006**

MESOREGIÃO, MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS	1978*	1980*	1985**	1990***	1995***	2000***	2005***	2006***
Sergipe	19.132	21.947	26.453	38.104	21.723	21.048	26.867	31.356
Agreste Sergipano	2.308	3.622	2.795	3.007	1.570	1.426	1.729	2.061
Nossa Senhora das Dores	834	1.596	710	1.697	900	320	1.129	1.431
Aquidabá	23	22	30	7	-	-	-	-
Malhada dos Bois	15	1	50	40	30	-	49	42
Muribeca	61	58	200	150	170	-	80	189
Nossa Senhora das Dores	735	1.515	430	1.500	700	320	1.000	1.200
Agreste de Itabaiana	1.474	2.026	2.085	1.310	670	1.106	600	630
Areia Branca	1.415	2.015	2.030	1.250	670	1.106	600	630
Malhador	59	11	55	60	-	-	-	-

FONTE: *Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1982.

**Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1987.

***Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, 2008.

Adaptação: SHIMADA, S. de O.

Produção de Cana-de-açúcar
Sergipe: Mesoregião Agreste Sergipano
1978 - 2006

MESOREGIÕES, MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS	1978*	1980*	1985**	1990***	1995***	2000***	2005***	2006***
Sergipe	1.109.680	1.258.660	1.601.846	2.182.172	1.241.895	1.352.624	1.777.372	1.924.975
Agreste Sergipano	136.272	240.039	195.350	177.400	74.170	76.948	104.850	120.720
Nossa Senhora das Dores	45.547	112.683	37.440	91.600	37.320	12.800	67.650	83.550
Aquidabã	1.285	1.047	1.800	350	-	-	-	
Malhada dos Bois	875	69	3.000	2.000	1.500	-	2.450	2.100
Muribeca	3.428	3.631	12.000	7.500	7.820	-	5.200	9.450
Nossa Senhora das Dores	39.959	107.936	20.640	81.750	28.000	12.800	60.000	72.000
Agreste de Itabaiana	90.725	127.356	157.910	85.800	36.850	64.148	37.200	37.170
Areia Branca	87.113	126.658	154.260	82.500	36.850	64.148	3.700	37.170
Malhador	3.612	698	3.630	3.300	-	-	-	

Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1982.

**Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1987.

***Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, 2008.

Adaptação: SHIMADA, S. de O.

**Área colhida de Cana-de-açúcar
Sergipe: Mesoregião Leste Sergipano
1978 - 2006**

MESOREGIÃO, MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS	1978*	1980*	1985**	1990***	1995***	2000***	2005***	2006***
Sergipe	19.132	21.947	26.453	38.104	21.723	21.048	26.867	31.356
Leste Sergipano	16.824	18.325	23.658	29.075	20.153	19.622	25.138	29.295
Propriá	-	399	3.400	-	560	70	233	198
Neópolis	-	399	3.400	-	510	50	220	190
Santana do São Francisco	-	-	-	-	50	20	13	8
Cotinguiba	6.294	5.570	4.370	6.430	3.210	2.590	4.080	5.190
Capela	4.805	4.539	3.120	4.500	2.300	1.700	3.200	4.160
Divina Pastora	210	177	300	360	260	250	150	150
Santa Rosa de Lima	615	399	430	470	300	340	250	300
Siriri	664	455	520	1.100	350	300	480	580
Japaratuba	998	3.355	6.880	14.280	9.710	9.610	9.068	11.393
Japaratuba	940	2.295	1.800	4.800	3.400	3.500	4.500	5.500
Japoatã	11	452	2.600	5.160	2.400	1.100	1.315	1.518
Pacatuba	-	3	1.700	3.500	3.150	4.430	2.854	3.915
São Francisco	47	605	780	820	760	580	399	460
Baixo Cotinguiba	8.284	7.392	7.222	7.530	5.990	6.670	11.050	11.650
Carmópolis	121	49	300	20	-	-	-	-
General Maynard	144	51	300	305	-	-	-	-
Laranjeiras	2.919	3.290	4.210	3.050	2.700	2.800	5.950	5.950
Maruim	2.778	1.321	900	2.200	1.600	2.100	1.400	1.400
Riachuelo	607	830	722	570	610	740	2.000	2.000
Rosário do Catete	627	543	170	185	180	180	800	1.300
Santo Amaro das Brotas	1.088	1.308	620	1.200	900	850	900	1.000
Aracaju	909	1.352	1.760	815	680	680	700	850
Nossa Senhora do Socorro	155	247	510	600	-	-	-	-
São Cristóvão	754	1.105	1.250	215	680	680	700	850
Boquim	13	22	20	20	3	2	-	4
Arauá	3	2	-	-	-	-	-	-
Boquim	-	-	-	-	-	-	-	-
Cristinápolis	2	1	-	-	-	-	-	-
Itabaianinha	-	-	-	-	-	-	-	4
Tomar do Geru	3	1	4	-	-	-	-	-
Umbaúba	5	18	16	20	3	2	-	-
Estância	326	235	6	-	-	-	7	10
Estância	-	-	2	-	-	-	-	-
Indiaroba	9	2	4	-	-	-	-	-
Santa Luzia do Itanhy	317	233	-	-	-	-	7	10

FONTE: *Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1982.

**Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1987.

***Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, 2008.

Adaptação: SHIMADA, S. de O.

Produção de Cana-de-açúcar
Sergipe: Mesoregião Leste Sergipano
1978 - 2006

MESOREGIÃO, MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS	1978*	1980*	1985**	1990***	1995***	2000***	2005***	2006***
Sergipe	1.109.680	1.258.660	1.601.846	2.182.172	1.241.895	1.352.624	1.777.372	1.924.975
Leste Sergipano	973.408	1.018.621	1.406.496	-	1.167.725	1.275.676	1.672.522	1.804.255
Propriá	-	16.711	187.000	-	21.840	2.980	11.650	9.900
Neópolis	-	16.711	187.000	-	19.890	2.100	11.000	9.500
Santana do São Francisco	-	-	-	-	1.950	880	650	400
Cotinguiba	350.076	303.060	219.680	363.130	146.070	122.230	262.800	332.200
Capela	273.036	242.559	149.760	245.250	92.000	68.000	208.000	270.400
Divina Pastora	11.929	11.102	18.300	22.680	18.470	17.750	9.750	9.000
Santa Rosa de Lima	34.966	25.066	26.660	35.250	21.600	24.480	16.250	18.000
Siriri	30.145	24.333	24.960	59.950	14.000	12.000	28.800	34.800
Japaratuba	56.673	140.623	384.800	666.000	520.750	625.050	602.920	685.052
Japaratuba	53.413	96.169	100.800	192.000	245.000	245.000	306.000	330.000
Japoatã	586	18.945	143.000	258.000	96.000	66.000	85.475	70.677
Pacatuba	-	140	102.000	175.000	141.750	287.950	185.510	254.475
São Francisco	2.674	25.369	39.000	41.000	38.000	26.100	25.935	29.900
Baixo Cotinguiba	489.988	464.667	488.406	577.216	429.970	477.040	747.200	725.400
Carmópolis	6.890	3.072	18.000	1.200	-	-	-	-
General Maynard	8.176	3.212	18.600	18.300	-	-	-	-
Laranjeiras	182.465	206.813	303.120	251.290	194.500	201.600	404.600	357.000
Maruim	157.860	83.019	55.800	165.000	114.500	149.100	91.000	84.000
Riachuelo	37.156	52.157	45.486	45.771	43.300	52.540	136.000	136.000
Rosário do Catete	35.634	34.143	10.200	11.655	12.870	12.600	54.400	88.400
Santo Amaro das Brotas	61.807	82.251	37.200	84.000	64.800	61.200	61.200	60.000
Aracaju	56.279	82.391	125.420	66.316	48.960	48.280	47.600	51.000
Nossa Sra. do Socorro	9.179	12.917	34.170	48.834	-	-	-	-
São Cristóvão	47.100	69.474	91.250	17.482	48.960	48.280	47.600	51.000
Boquim	595	1.313	960	900	135	96	-	200
Arauá	96	74	-	-	-	-	-	-
Boquim	-	-	-	-	-	-	-	-
Cristinápolis	72	44	-	-	-	-	-	-
Itabaianinha	-	-	-	-	-	-	-	200
Tomar do Geru	103	41	192	-	-	-	-	-
Umbaúba	324	1.154	768	900	135	96	-	-
Estância	19.797	9.856	230	-	-	-	352	503
Estância	-	-	90	-	-	-	-	-
Indiaroba	300	81	140	-	-	-	-	-
Santa Luzia do Itanhy	19.497	9.775	-	-	-	-	352	503

FONTE: *Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1982.

**Anuário Estatístico de Sergipe. SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, IESAP, 1987.

***Secretaria da Agricultura do Estado de Sergipe, 2008.

Adaptação: SHIMADA, S. de O.

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

Data: ____/____/_____ LOCALIDADE: _____

Nome do entrevistado (primeiro nome): _____

Idade: _____ anos Sexo: () Masculino () Feminino

É natural desta localidade? () Sim () Não. Se NÃO, onde residia antes? _____

Por que veio? _____

Grau de Escolaridade:

não alfabetizado ();

Ensino Fundamental: Incompleto () Completo ();

Ensino Médio: Incompleto () Completo ();

Superior: Incompleto () Completo ()

Curso Técnico especializado (). Se SIM, QUAL_____

Trabalha no corte da cana há quanto tempo? _____

Anteriormente, trabalhava onde? _____

Por que mudou? Tem interesse em sair?

O trabalho é de carteira assinada? () Sim () Não

Se não, já trabalhou com carteira assinada? () Sim () Não

Se sim, sempre trabalhou com carteira assinada? () Sim () Não

Mora no mesmo local do trabalho? () Sim () Não. Se NÃO, como você faz o deslocamento para o trabalho? _____

Trabalha por produção? () Sim () Não

Quanto consegue cortar de cana por dia (é igual ou tem variação)? _____

Trabalha quantos dias na semana?

Segunda a sexta-feira

Segunda a Sábado

Domingo a Domingo

Segunda a sexta-feira e feriados

Outro. _____

Quantas horas trabalhadas? _____

Custo da produção? _____

Recebe? Semanal Quinzenal

Mensal Outro.Qual? _____

Há intervalo para descanso? Sim Não. Se SIM, quanto tempo? _____

Depois do trabalho no corte da cana, executa outra atividade complementar? Sim Não

Se SIM, Qual? _____

Se NÃO? Por que? _____

Trabalha todo o ano no corte da cana? Sim Não. Se NÃO, qual outra atividade que exerce durante o período que não está no corte da cana? _____

EMPRESA

Como começou a trabalhar no corte da cana?

Sobre a hierarquia estabelecida para o corte da cana?

Sobre a produção: Quem conta? _____ Fica sabendo na hora quanto fez? _____

Conhece a usina por completo? _____

Grupo de quantas pessoas para fazer o corte da cana? _____

TRABALHADOR

Gosta do trabalho que executa (corte da cana)?

Você é? Solteiro Casado

A renda recebida dá para o sustento da família? _____

Outras pessoas trabalham para ajudar na renda familiar? () Sim () Não. Se SIM, quantos?

_____ Eles recebem salários? _____

Quais as atividades exercidas pelas pessoas que trabalham?

A moradia é própria: () Sim () Não

Planta subsistência? () Sim () Não. Se NÃO, alguma vez foi produtor familiar?

_____. E por que deixou? _____

Tem preferência em trabalhar na produção familiar ou no corte da cana? Por que?

Opiniões:

Já ouviu falar na expressão AGRONEGÓCIO?

A área sempre foi de plantio e corte da cana de açúcar?

Houve redução da produção de alimento na região?

O que vem alterando na região que mora? As mudanças contribuem para a melhoria ou não da região? _____

OBSERVAÇÕES GERAIS
